

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 749  
7 de Maio de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

# Comité Central aprova resoluções sobre situação política actual preparação do XII Congresso e situação internacional

Em Foco



De novo a Alameda D. Afonso Henriques se encheu de entusiasmo e determinação

## **1.º de Maio foi nova jornada de unidade dos trabalhadores**

## O Comité Central e o momento político

O exame aprofundado da situação política nacional actual e as tarefas correlativas imediatas que coloca aos comunistas portugueses; o andamento dos trabalhos preparatórios do XII Congresso a realizar nos primeiros dias de Dezembro do ano em curso, a abordagem de problemas de Direcção surgidos no contexto do debate de questões internas do Partido e o exame de importantes aspectos da situação internacional foram temas que ocuparam os trabalhos do Plenário do Comité Central do PCP nos últimos dias 4 e 5 de Maio.

Neste número do nosso jornal são publicados os Documentos saídos da Reunião para os quais chamamos a atenção do leitor: a «Resolução sobre a situação política», a «Resolução sobre a preparação do XII Congresso» e a «Resolução sobre questões da actualidade internacional» e ainda uma decisão no âmbito do trabalho de Direcção.

A Reunião do Comité Central do PCP realiza-se num momento político cujas características essenciais diferem substancialmente da situação de há nove meses, quando em resultado das eleições legislativas antecipadas de 19 de Julho de 1987, que lhe deram a maioria dos votos, o Governo do PSD chefiado por Cavaco Silva tomou posse.

A Reunião do CC do PCP, que fornece da actualidade nacional e internacional um panorama objectivo e esclarecedor, realiza-se a três dias apenas das grandiosas comemorações do 1.º de Maio em todo o País.

Esta vigorosa expressão da unidade e da disposição da luta da classe operária portuguesa — de que damos neste número do «Avante!» uma larga cobertura — oito dias depois dessa extraordinária jornada de afirmação democrática de massas constituída pelas celebrações do 25 de Abril, situou os trabalhos do CC do PCP num contexto exaltante de lutas do nosso povo, rico de perspectivas.

O desenvolvimento impetuoso da luta popular de massas é, aliás, a primeira das características essenciais da situação política actual, marcada por uma sucessão de lutas e acções de grande envergadura em que se destaca a Greve Geral de 28 de Março.

É o desenvolvimento da situação social e política do País nos últimos meses o factor que inspira fundamentalmente o fortalecimento do espírito de diálogo entre as forças democráticas na busca de entendimento e na concretização de iniciativas convergentes e unitárias, outra das características essenciais do momento político actual.

A intensificação do movimento popular e democrático de massas, a resistência e a oposição crescentes do povo à política cavaquista, correspondem ao prosseguimento a

todo o transe da ofensiva contra-revolucionária do Governo Cavaco Silva/PSD em todos os domínios, outra das características essenciais da situação actual assinaladas pelo CC do PCP.

São estas componentes do momento político actual que estão na base da agudização do descontentamento popular e no crescente isolamento e redução da base de apoio social e política do Governo, nitidamente verificáveis na hora presente.

As cinco direcções de actividade apontadas pelo CC do PCP na sua Reunião Plenária de 22 de Julho de 1987, nos dias imediatos às eleições legislativas antecipadas que deram a maioria ao PSD e lhe legitimaram o domínio do Executivo e do Legislativo, receberam a confirmação na prática destes nove meses e nos debates do CC nesta Reunião.

Um aprofundado exame de cinco questões de grande actualidade (a luta popular e o desenvolvimento da unidade dos trabalhadores, a política dos pacotes como plano de subversão do regime democrático; a revisão da Constituição e a chantagem do PSD visando a ruptura constitucional; a convergência e a unidade como imperativo das forças democráticas; o insubstituível papel do PCP na democracia portuguesa) permitiu tirar conclusões essenciais para a acção dos comunistas na conjuntura actual.

É indubitável que nos processos da luta institucional e da luta de massas não se verificaram apenas alterações quantitativas — maior número e diversidade das acções, maior força da intervenção popular e democrática. Produziram-se também alterações qualitativas que abrem perspectivas novas cuja concretização exige não apenas um esforço organizativo mais intenso dos comunistas mas também uma dinâmica adequada às novas condições políticas criadas.

No crescendo das acções de massas dos trabalhadores da Indústria, da Reforma Agrária, dos serviços, do comércio, cuja expressão mais elevada no plano social foi a Greve Geral de 28 de Março deve realçar-se o papel dirigente da grande central sindical dos trabalhadores portugueses — a CGTP-IN — e a participação unitária de sindicatos de outras áreas sindicais. Facto novo no processo unitário da luta dos trabalhadores foi também a vitória da lista A no Sindicato dos Bancários. Ainda outra expressão qualitativa do processo da luta de massas é a acção simultânea e diversificada, em que a greve tem assumido a forma mais combativa, de sectores sociais também diversos: agricultores da Benedita e Batalha, utentes dos baldios, médicos e enfermeiros, trabalhadores administrativos da Função Pública, professores, magistrados, advogados e outros — o que dá ao movimento de massas na conjuntura presente uma dimensão excepcional.

O Comité Central do PCP salientou o papel decisivo dos comunistas na intensificação de todo este processo de luta de massas nas diversas frentes.

Na luta institucional, cujo factor central de agravamento é a intensificação da contra-revolução legislativa pelo Governo PSD/Cavaco Silva, novos campos de acção foram abertos no Poder Local, na Concertação Social, na organização e participação da juventude em toda a problemática juvenil e em outros sectores sociais.

Na Assembleia da República, a convergência dos partidos democráticos na luta contra os «pacotes» do Governo, contra as tentativas antidemocráticas de imposição de um novo Regimento e de uma nova Lei Orgânica da AR, tem colocado obstáculos à manipulação daquele órgão de soberania pelo Governo e pelo PSD, tem levado ao isolamento do Governo Cavaco Silva, tem activado a conexão entre a acção oposicionista no Parlamento e a acção popular extra Assembleia.

Esta acção conjugada tem obrigado o Governo a recuos na sua ofensiva, tem posto a nu a demagogia governante, tem permitido evidenciar e agudizar o conflito insanável entre a política do Governo cavaquista e a grande maioria do povo em que se integram muitos milhares de portugueses que ao PSD e a Cavaco deram o seu voto em 19 de Julho de 87.

A política de subversão do regime democrático expressa nos «pacotes» e nas tentativas e manobras para a revisão subversiva da Constituição está levantando contra o Governo e a sua política o repúdio das massas populares e das forças democráticas.

Também neste domínio o Comité Central do PCP salientou o papel dos comunistas, a validade e objectividade das suas propostas, o seu profundo empenhamento na defesa do regime democrático.

Ao mesmo tempo que tenta forçar a passagem dos «pacotes», o Governo Cavaco/PSD manobra e faz chantagem para ganhar o PS para o seu projecto de revisão subversiva da Constituição e para acelerar o processo.

O «pacote» das privatizações está agora nas mãos do Presidente da República mas, sem esperar a promulgação, o Governo já anunciou a entrega ao grande capital privado das empresas públicas mais rentáveis e de maior liquidez e fez avançar para a Assembleia da República uma nova lei de delimitação dos sectores visando liquidar o concelho constitucional que veda os sectores básicos da economia à iniciativa privada.

O monstruoso «pacote» laboral, repudiado pela generalidade dos trabalhadores, unicamente aprovado pelo PSD na AR, está agora também nas mãos do Presidente da República a quem o Governo quer condicionar com a sua recente decisão inconstitucional e em absoluto inoperante de prolongar por mais um mês o «debate» público... da votação pelo PSD da autorização legislativa!

O «pacote» agrícola, cuja proposta de lei de liquidação da Reforma Agrária o Governo diante da iminência da Marcha dos Trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo, se viu constrangido a re-

# Resumo

## 27 Quarta-feira

A reforma fiscal pretendida pelo Governo penalizará as famílias numerosas e os rendimentos dos trabalhadores — alerta o grupo parlamentar do PCP em conferência de imprensa ■ É detido o presidente da Teledifusão de Macau, António Ribeiro, por suspeita de peculato ■ Eleitos da CDU de Lisboa e de Loures alertam para os perigos da possível colocação de lixo, sem as obras indispensáveis, nos terrenos para onde está projectado o aterro sanitário do Vale do Forno ■



Prosseguem as greves dos médicos, com adesões de 90-95 por cento nos distritos de Beja e Vila Real ■ O CC do PCP decide apelar ao voto em Mitterrand na segunda volta (8 de Maio) das eleições presidenciais francesas.

## 28 Quinta-feira

A lista A vence, com 60 por cento dos votos, as eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas ■ A assembleia extraordinária da região Sul da Ordem dos Médicos declara a ministra da Saúde *persona non grata* ■ Horst Sindermann, presidente da Câmara do Povo da RDA, membro do Bureau Político do CC do PSUA e vice-presidente do Conselho de Estado da RDA, é recebido por Álvaro Cunhal ■ PSD e CDS aprovam na generalidade os projectos de lei que alteram a Lei dos Baldios; num prazo de 20 dias será feita a discussão na especialidade ■ A CGTP anuncia que recebeu de 27 organizações sindicais de 18 países mensagens de solidariedade para com a reforma agrária ■ A Câmara alternativa CDU de Lisboa exorta a população da capital a não pagar as tarifas de saneamento ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros angolano encontra-se em Lisboa com o PR português, a quem entrega uma mensagem de José Eduardo dos Santos ■ O MNE de Moçambique inicia uma visita de dois dias a Portugal ■ «Divisões na administração americana perturbam caminho do desarmamento» — assim titula «o diário» uma extensa entrevista com o embaixador itinerante da URSS Viktor Karpov ■ A menos de 2 semanas das eleições gerais na Dinamarca os ministros da defesa da NATO declaram publicamente a sua «inquietação» pela recente decisão do governo dinamarquês que impediu o estacionamento e passagem de armas nucleares no país ■ A Renamo assassinou cerca de 100 mil civis em Moçambique — revela um relatório do Departamento de Defesa dos EUA.

## 29 Sexta-feira

A reforma fiscal deve ser objecto de um debate público «sereno, profundo

e prolongado» — reclama a CGTP-IN ■ É detido por suspeita de peculato o vogal da administração da Teledifusão de Macau, Leonel Miranda ■ A CDU acusa Frederico Nascimento, vereador do PSD na CM de Setúbal, de ilegalmente ter presidido a uma hasta pública de um lote por ele adquirido e de acumular 3 ordenados ■ Em Moçambique não se confrontam duas forças moçambicanas — afirma o secretário do CC da Frelimo José Luís Cabaço em entrevista a «o diário».

## 30 Sábado

Cerca de 1500 pessoas participaram na Cova da Piedade num almoço comemorativo dos 14 anos da revolução portuguesa promovido pela Associação 25 de Abril ■ É detido em Braga António Rodrigues Castro, dirigente dos TSD e da UGT, eventualmente ligado a engajamento de emigrantes ■ Manuel Noriega nega a existência de qualquer acordo com os EUA para a sua demissão do cargo de chefe das Forças de Defesa do Panamá.

## 1 Domingo



Com festa e luta, comemora-se em todo o mundo o Dia do Trabalhador; em Portugal realizam-se iniciativas em oito dezenas de localidades, destacando-se o desfile e a concentração promovidos em Lisboa pela CGTP-IN ■ O programa «70x7» entrevista o secretário-geral do PCP ■ Os contactos com o PSD sobre revisão constitucional inserem-se nos contactos mais gerais com os partidos apresentados na comissão parlamentar — afirma a Comissão Política do PS ■ Reúne no Zimbábue uma conferência da OIT sobre a luta contra o *apartheid*; na véspera representantes de 4 centrais sul-africanas discutiram a possibilidade de unificar o movimento sindical na África do Sul.

## 2 Segunda-feira

Com data de sexta-feira, é publicado no Boletim do Trabalho e Emprego o *pacote laboral*; o Governo declara aberto um prazo de um mês para a sua discussão pública ■ Os eleitos do PSD abandonam a reunião da Assembleia Municipal do Porto quando o presidente da Câmara (PSD) iniciava a apresentação do relatório de actividade da CM ■ Milhares de estudantes festejam na baixa de Lisboa a Semana Académica; em Coimbra, no Porto e em Braga prosseguem as «Queimas das Fitas» ■ O «DR» publica uma portaria estabelecendo um novo regime de matrícula no ensino superior ■ 35 senadores dos EUA pedem à ONU que investigue as atrocidades da Renamo descritas no relatório do Departamento de Defesa norte-americano ■ A situação alimentar em África é «de-

sastrosa» — afirma o director-geral da FAO na abertura da 15.ª conferência desta organização em Tananarivo ■ A Câmara de Representantes do Congresso dos EUA proíbe o envio de tropas norte-americanas para a Nicarágua.

## 3 Terça-feira

A PJ anuncia que foram detidos 3 suspeitos de implicação na morte de Evo Fernandes ■ Portugal registou entre Março de 1987 e Março de 1988 a segunda maior subida de preços no consumidor entre os países da CEE — revela o Eurostat ■ Representantes dos governos de Angola, Cuba, EUA e África do Sul discutem em Londres uma solução global para o conflito na região da fronteira RPA-Namíbia ■ O ministro francês do Interior rejeita negociações com os independentistas *kanakas* para a libertação de 23 reféns.

## 4 Quarta-feira

Reúne o CC do PCP para discutir a situação política, a preparação do 12.º Congresso e questões de direcção ■ Delegações do PS e do PSD discutem a revisão constitucional ■ «Os Verdes» apresentam em Lisboa a revista «Alternativa» ■ O porta-voz do Governo polaco afirma aos jornalistas que as greves nas regiões de Gdansk e Nowa Huta podem ter graves consequências e atrasar as reformas económicas ■ A selecção portuguesa garante na Suíça a qualificação para a final do Campeonato Europeu de Juniores em futebol de onze.

## 5 Quinta-feira



A revista «Mulheres» comemora o seu 10.º aniversário ■ Realizam-se eleições locais na Grã-Bretanha ■ O Conselho de Ministros decide tirar 40 milhões de contos ao financiamento do sector público administrativo e empresarial para os canalizar para o sector privado ■ Os trabalhadores do Teatro Nacional D. Maria II alertam em conferência de imprensa para o que consideram o «desprezo absoluto do poder em relação ao teatro» ■ O MAP comete mais uma flagrante ilegalidade ao pretender entregar em Arraiolos, na UCP «Agrícola de S. Gregório», uma reserva a um defunto ■ 15 independentistas *kanakas* são assassinados em resultado de uma operação militar destinada a libertar os *gendarmes* aprisionados pela FLNKS na Nova Caledónia ■ A polícia sul-africana utiliza balas de borracha e chibotes para dispersar uma manifestação de milhares de estudantes ■ Israel arrasa, casa a casa, a aldeia libanesa de Maidun ■ Um incêndio numa fábrica de combustíveis para foguetões numa cidade do estado de Nevada, nos EUA, provoca 9 mortos e cerca de 250 feridos.

tirar da agenda parlamentar e a submeter ao debate público por 20 dias, aguarda oportunidade mais favorável à sua aprovação.

Os pacotes da Comunicação Social, das leis eleitorais, os da saúde, da educação e da habitação estão em debate ou em agenda para as semanas mais próximas.

O Comité Central do PCP denunciou mais uma vez o carácter antidemocrático e anticonstitucional da política dos «pacotes» e apela à retirada ou à não promulgação de leis que contam apenas com a aprovação de um único partido — o PSD.

Também, sublinhando o carácter essencial para os destinos do regime democrático que deve revestir a revisão constitucional, o CC do PCP, chama a atenção do PS e dos restantes partidos democráticos e do povo para a manobra chantagista do Governo para forçar a sua passagem na AR, no PR e eventualmente no Tribunal Constitucional.

O Comité Central do PCP salienta a necessidade da convergência e da unidade das forças democráticas para travar o crescente autoritarismo e poder discricionário do Governo cavaquista.

Do aprofundamento da convergência, da acção comum e da unidade entre as forças democráticas, da crescente mobilização das massas populares pode sair o encurtamento do prazo para uma alternativa credível ao Governo PSD e à sua política.

Alertando para os perigos de uma nova ameaça e cedências do PS para com o PSD, o PCP apela a todos os trabalhadores e democratas para que unam esforços para que se mobilizem em torno de objectivos comuns de acção, para que entrem no processo de subversão do regime democrático do PSD e do Governo Cavaco Silva.

O Comité Central do PCP reafirmou o papel insubstituível do Partido na democracia portuguesa.

Porque o reconheceu, as forças reaccionárias movem contra o PCP uma vasta campanha tendente a dividir e a desacreditar os comunistas aos olhos do povo português, a enfraquecer o seu prestígio entre as forças democráticas.

«A actual campanha anticomunista é extremamente amplada por utilizar, como matéria, declarações, escritos e informações deturpadas de alguns membros do Partido.»

O CC do PCP alerta para os graves danos que causam e não podem deixar de causar as actividades de tipo fraccional ultimamente reveladas. Salienta ao mesmo tempo, como factor essencial a unidade e coesão do Partido, o aprofundamento da democracia interna, do trabalho colectivo, das relações de fraternidade e respeito mútuo entre camaradas que são apanágio dos comunistas.

Na assumida importância da batalha ideológica no momento actual se cimenta a inabalável confiança no PCP e no seu papel insubstituível contra a ofensiva da direita.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º —  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcarrôva de Baixo, 13 — 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 —  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 —  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 — Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B — 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 60  
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/88

Tiragem do mês de Março: 27 570 exemplares

# Semana

Avante!

Ano 58 — Série VII  
N.º 749

7 de Maio de 1988

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

Luta, responsabilidade, empenhamento

## Por caminhos alternativos para as soluções necessárias

Não à política laboral e social do Governo. Emprego, democracia, progresso. Sob este lema, muitos milhares de trabalhadores portugueses festejaram, com a CGTP-IN, mais um 1.º de Maio de unidade e luta, e também de festa, convívio e solidariedade.

Cerca de 80 localidades do País, de Trás-os-Montes ao Algarve, dos Açores à Madeira, incluindo, naturalmente, todas as capitais de distrito, viveram no último domingo uma jornada de **confiança que advém** — são já palavras de Carvalho da Silva na Alameda, em Lisboa — do êxito da greve geral e de outras acções recentes e também de apelo, de mobilização e de preparação para as formas de luta que, sem qualquer exclusão, se mostrem necessárias e mais apropriadas.

As intervenções da Central neste 1.º de Maio de 1988 incidiram especialmente sobre o pacote laboral, política de rendimentos, precariedade do emprego, política laboral e social do Governo e a unidade dos trabalhadores. Membros do Conselho Nacional e da Comissão Executiva da CGTP-IN falaram em diversas manifestações e concentrações: Carvalho da Silva, como já referimos, interveio em Lisboa, João Pacheco no Porto, Manuel Freitas em Braga, Carlos Mamede em Coimbra, Joaquim Almeida em Aveiro, Maria Emília Reis em Viseu, Manuel Lopes em Santarém, Emídio Martins em Setúbal, Álvaro Rana em Évora, Joaquim Dionísio em Leiria, Joaquim Vassal em Vila Real, José Morte em Faro e João Paulo em Beja.

Apesar das condições atmosféricas não serem no geral do País as mais convidativas, o 1.º de Maio deste ano, a que não faltaram os espectáculos musicais, o desporto e o convívio fraterno prosseguindo a forte afirmação democrática e de massas do 25 de Abril, mobilizou os trabalhadores e as suas organizações representativas, numa inequívoca afirmação de combatividade e de responsabilidade no quadro da vida nacional, como o confirmam as últimas palavras proferidas pelo coordenador da C. Executiva do Conselho Nacional da Central unitária, Carvalho da Silva, no grandioso comício da Alameda, ponto de chegada de um imenso desfile de mais de três horas oriundo do Martim Moniz:



«Temos o direito de exigir, não só no nosso interesse mas também no do País, uma política diferente da actual, no plano social, no plano económico, no plano político. Queremos uma sociedade em que, em vez da precariedade social, da insegurança, do baixo nível de vida, haja emprego, estabilidade e progresso social. Temos o direito de reclamar que se encontrem caminhos alternativos, afirmando-nos desde já disponíveis para contribuir para o encontro dessa solução.»



## Partido do Governo afastado da direcção dos Bancários do Sul e Ilhas

• Quase 80% de participação nas eleições

Na linha de outras vitórias significativas no campo da unidade sindical, inclusivamente em anteriores eleições para os Bancários do Sul e Ilhas, sobretudo nas votações para os Congressos de 1979 e 1983, o SBSI elegeu no passado dia 28 uma lista da qual pela primeira vez, há mais de dez anos, o PSD não faz parte através da sua tendência sindical denominada TSD. A lista A, constituída por socialistas e outros sindicalistas ganhou, por larga margem de votos sobre as duas outras listas (B e C), a liderança de todos os organismos dirigentes submetidos a sufrágio, incluindo os delegados ao Congresso do SBSI.

Forte participação caracterizou estas eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, e os seus resultados não deixarão certamente de ter influência nas outras associações sindicais da banca e na própria UGT, da qual, como se sabe, o SBSI é um dos filiados principais — filiação que, recorde-se, não foi posta em causa com estas eleições.

Segundo os primeiros re-

sultados a que o «Avante!» teve acesso, logo a seguir ao escrutínio, dos 42 516 recenseados nos cadernos eleitorais votaram 33 664: uma percentagem de 79 por cento, que deve ser saudada como uma grande vitória de todos os bancários, independentemente das suas opções.

Com raríssimas excepções, incluindo os reformados, a lista A venceu pra-

ticamente em todas as mesas de voto e em algumas por margem muito folgada, como sucedeu, por exemplo, no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, no Pinto & Sotto Mayor, no Fonecas e Burnay.

De acordo com os resultados a que tivemos acesso logo depois das eleições, por certo ainda não definitivos, mas muito aproximados, a lista A alcançou um total de 19 665 votos, a B (TSD) 11 805 e a C 778. Os nulos e brancos somaram 753.

Depois de saudarem «os bancários pela magnífica e expressiva vitória alcançada pela lista A», os membros das secções sindicais das listas unitárias no SBSI afirmam num comunicado emitido no próprio dia das eleições que «a relevante derrota sofrida pela lista B (PSD) é também uma derrota do Governo Cavaco Silva,

de quem é apoiante e do qual recebeu incalculáveis apoios na própria campanha eleitoral, no que se destacaram inúmeros órgãos de comunicação social instrumentalizados pelo Governo».

### Criadas melhores condições para mobilizar a classe

Diz ainda o referido comunicado que estão criadas agora «melhores condições para mobilizar a classe na defesa dos seus direitos».

Aliás, são os próprios eleitos da lista A a apelarem para «uma maior participação na vida sindical», o que fizeram durante a campanha eleitoral, pois essa participação é, segundo o comunicado, «garantia indispensável

para realizar as mudanças necessárias», revigorando o sindicato e colocando-o ao serviço dos trabalhadores.

Os bancários defensores da unidade, que tiveram forte participação nas comemorações do 1.º de Maio, designadamente em Lisboa, apelam, segundo o mesmo comunicado, do passado dia 28, não apenas à unidade, mas à «convergência de esforços de classe» em defesa da banca nacionalizada e das restantes instituições de crédito do sector empresarial do Estado: contra o pacote laboral; pela proposta sindical do ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) e contra a proposta da Associação Portuguesa de Bancos; por uma justa tabela salarial e contra a imposição de tetos salariais; pelas reivindicações específicas de empresa e sector.

### Capitalismo e socialismo: Uma vista de olhos sobre o amanhã

Diálogo entre dois economistas:

Um americano, John Kenneth Galbraith e outro soviético, Stanislav Menshikov.

no número 163

A venda  
Preço 70\$00

problemas da paz e do socialismo  
**revista internacional**  
revista dos partidos comunistas e operários

A VENDA

## Nacional

## O hóspede

Lisboa recebeu esta semana a visita de um personagem que parece saído de uma história de ficção, tipo mistura desajeitada de Emílio Salgari e Jack London dos tempos modernos.

Veio de Kwazulu, um país de faz-de-conta só assinalado nos mapas de umas quantas agendas particulares, pelo que não vale a pena procurá-lo em nenhuma carta geográfica.

Chegou na qualidade de 1.º ministro, mas fez-se anteceder por declarações de recusa da «independência» do reino que amavelmente lhe foi oferecido pelos tais senhores das agendas.

Na qualidade de chefe do país que não existe, foi recebido pelo Presidente da República e pelo chefe do Governo. Desconhece-se se houve troca de credenciais ou assinatura de tratados.

Falou, como convém aos chefes seja lá do que for, de cultura. Ao que consta, de cultura Inkatha, que como toda a gente sabe tem tudo que ver com as Descobertas — ao que se presume portuguesas — agora por aí navegando em muitas águas.

Inaugurou, como convidado, uma sede do PSD. Não se sabe se por razões de Estado ou de partido. Admite-se, nos meios geralmente bem informados, que a visita venha a ser retribuída. Ignora-se ainda se pelo Governo se pelo PSD.

Pelo que foi possível apurar, a visita de hóspede tão carismático realizou-se a convite do PSD e não tem nada, mas mesmo nada, a ver com a África do Sul, o *apartheid*, a luta do povo sul-africano contra o regime racista de Pretória.

De resto, qualquer tentativa para classificar a visita do chefe zulu Mangosuthu Gatsha Buthelezi — de sua graça — como manobra de promoção do «primeiro-ministro do Kwazulu, região semiautónoma da África do Sul» será pura especulação.

É evidente mera coincidência o acolhimento de tal hóspede em Portugal e a aposta que nele faz a Casa Branca como alternativa ao Congresso Nacional Africano. À parte o sistemático alinhamento dos representantes do PSD (enquanto governantes portugueses) com os EUA em tudo o que se refere à África do Sul (abstenções e votos contra as moções de censura, condenações e sanções ao *apartheid*) é reconhecidíssima a independência da política externa nacional.

Seriam também abusivas quaisquer tentativas de relacionamento de Buthelezi com o governo de Pretória.

É evidentemente por puro espírito de sacrifício que o referido chefe zulu assume, no país e no estrangeiro, as funções de governante do país que o governo de minoria branca sul-africano inventou para ele.

Não é por menor dedicação à causa nacional que colabora com as autoridades racistas, envolvendo os seus seguidores em lutas tribais que já custaram a vida a milhares de negros sul-africanos. Para quem tenha dúvidas, aqui fica a definição que dele encontramos numa fonte insuspeita, o dito «Jornal de O Dia»:

«Cristão, milionário, apologista da não violência e opositor às sanções económicas contra Pretória, é considerado um «fantoche» do governo sul-africano pelos movimentos nacionalistas negros, embora se proclame contra o *apartheid*, recuse para o Kwazulu a «independência» oferecida pelo poder branco e defenda o princípio do sufrágio universal».

Em suma, um fantoche, perdão, um hóspede à altura do PSD.

■ A. F.



Delegação do PCP, com Álvaro Cunhal, no grandioso desfile do 1.º de Maio em Lisboa

## O que se disse na Alameda sobre o «pacote laboral»

O Governo conseguiu autorização da sua maioria na Assembleia da República mas o pacote laboral não está aprovado. O protesto social que se expressou nas grandiosas jornadas de 6 de Fevereiro e 17 de Março, a greve geral e a concentração de 14 Abril, frente à Assembleia da República, retiraram legitimidade ao Governo para fazer passar o pacote laboral.

O pacote laboral, além da violência de classe que encerra, é claramente inconstitucional.

Os trabalhadores de Lisboa e Setúbal não podem deixar de reclamar, das instituições que têm o dever de zelar pelo cumprimento da Constituição, que impeçam a consumação de tais intenções e responsabilizem o Governo pelo clima de instabilidade social que tal legislação produziria.

O 1.º de Maio está vivo e o 25 de Abril é para cumprir.

(Da resolução aprovada)

Com o pacote laboral, a repressão dos trabalhadores e a limitação dos direitos sindicais, nomeadamente através da restrição do direito à greve com a abusiva utilização da requisição civil, atacam-se bem a fundo os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, dos cidadãos e o próprio Estado de Direito.

Perante este afrontamento, esta falta de tolerância, esta teimosia revelada nas mais diversas matérias, este ódio a quem trabalha — e que já provocou o protesto e a indignação até de grande parte do eleitorado do Governo — nós, trabalhadores dos distritos de Lisboa e de Setúbal, gritamos bem alto: Democracia Sim/Autoritarismo Não!

(Da intervenção da comissão organizadora)



O pacote laboral não é, de forma alguma, um facto consumado.

A AR autorizou, com os votos da maioria do PSD, o Governo a legislar sobre a matéria.

Entretanto, as inconstitucionalidades de que o projecto enferma, o seu desajustamento à realidade económica

e social e o repúdio generalizado que ele mereceu, são razões mais que suficientes para se esperar legitimamente que os órgãos institucionais que o vão apreciar confirmem a condenação que os trabalhadores e o povo já lhe fizeram.

(Da intervenção de Carvalho da Silva)



Leiria

## 6 decisões

A vida comprova que a unidade na acção é a força dos trabalhadores.

Há realidades indesmentíveis na situação portuguesa cuja referência nunca será repetição exagerada. Esta, extraída da resolução aprovada pelos participantes no 1.º de Maio/1988, é uma dessas realidades de peso.

O comício sindical da Alameda aproxima-se do fim. A comissão organizadora e Carvalho da Silva já se tinham dirigido ao vasto auditório. Falta a leitura do projecto de resolução. Ao ser aprovado, o documento aponta seis decisões fundamentais:

1 — Saudar todos os trabalhadores que, em todo o mundo, comemoram o 1.º de Maio em diferentes situações;

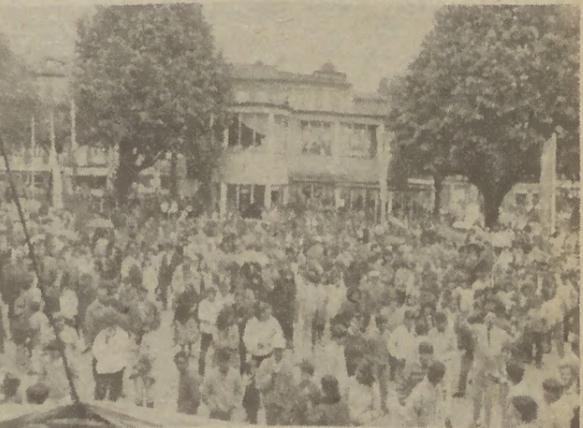
2 — Manifestar o seu empenhamento em aprofundar e alargar a unidade na acção em todos os locais de trabalho;

3 — Apelar a todos os trabalhadores para que se unam, em torno dos seus direitos e interesses, contra a política laboral e social do Governo;

4 — Prosseguir, com grande determinação, a luta contra a política laboral e social do Governo e, em particular, contra o pacote laboral;

5 — Afirmar que a disponibilidade, empenhamento e determinação patentes na greve geral de 28 de Março se mantêm e que os trabalhadores se encontram, desde já, preparados para assumirem todas as formas de luta, sem qualquer exclusão, que se mostrem necessárias e mais apropriadas à defesa dos seus direitos e interesses fundamentais;

6 — Mandatar os órgãos dirigentes da CGTP-IN a nível nacional, sectorial e regional para definirem, em função das condições concretas, as acções a desenvolver pelos trabalhadores.



Braga



Aveiro



Faro

Nacional

**Duas palavras**

De novo, Maio esteve nas ruas. Em Lisboa, como em tantas outras localidades do País, as organizações representativas dos trabalhadores festejaram uma data histórica, um ponto de referência obrigatório no movimento sindical, aliando a este sentimento de festa e de comemoração um sentido muito objectivo das realidades e dos problemas com que os trabalhadores portugueses se defrontam actualmente.

O imenso desfile da Av. Almirante Reis, os numerosos panos das empresas e sindicatos, as palavras de ordem e as intervenções na Alameda mostraram essa componente de realismo, de responsabilidade e de atenção ao momento que se vive.

Por isso, se salientam as palavras de Carvalho da Silva ao apontar a necessidade de desenvolver no imediato um grande combate em cinco direcções fundamentais: 1. contra o pacote laboral, 2. pelo direito ao trabalho, pela segurança no emprego e contra a precariedade, 3. por melhores salários e uma mais justa política de rendimentos, 4. pela redução da jornada de trabalho e pela melhoria das condições de vida, 5. pela defesa da Constituição.

Mas a festa do 1.º de Maio, que na capital reuniu milhares de trabalhadores das regiões de Lisboa e Setúbal, se foi afirmação de realismo e de responsabilidade, também o foi de calor humano, de convívio e de solidariedade internacional, esta manifestada na tribuna da Alameda a todos os trabalhadores do Mundo, especialmente aos que lutam em condições mais difíceis. Uma tribuna onde se encontravam elementos das Uniões Sindicais de Lisboa e Setúbal (USL e USS), das Cintas Industriais (CIL e CIS), dos órgãos de direcção da Central e ainda uma delegação do Congresso dos Sindicatos Irlandeses e representações da Checoslováquia (deportistas do Conselho Central dos Sindicatos) e da Bulgária (secção de informação dos sindicatos).

Mais do que as palavras, deixemos «falar» as imagens deste 1.º de Maio de 1988, onde se lembraram algumas coisas e se deixaram também alguns «recados»:

«Uma sociedade do futuro faz-se contra os conservadores, contra aqueles que defendem o regresso ao passado e contra o projecto de direita que vê na relação de trabalho uma mera relação económica. É que o trabalho é mais que isso. É dele que derivam os meios económicos que determinam a existência dos trabalhadores e das suas famílias. São estes meios económicos, conjuntamente com as condições em que o trabalho é exercido, que são fundamentais para dar ou retirar liberdade à grande maioria dos homens do nosso tempo. É então nas relações de trabalho que começa a essência da liberdade. É na solidariedade social que a sua defesa continua. São estes os valores de Abril. São estes os pressupostos do progresso. São estes, ontem, hoje e amanhã, os ideais do sindicalismo, da democracia, do desenvolvimento e da modernização.» (Carvalho da Silva).

**Porto**

**E assim se fez a festa**

De Festa e de Luta foi o 1.º de Maio na região do Porto, marcado no seu ponto mais alto pela grandiosa manifestação na baixa portuense, mas também pelas expressivas concentrações de trabalhadores que decorreram em Amarante, Felgueiras, Lousada, Freamunde/Paços de Ferreira, Penafiel, Lordelo/Paredes, Vila do Conde/Póvoa e em Santo Tirso.

Houve lugar para a evocação e a homenagem, a propósito dos trágicos acontecimentos do 1.º de Maio de 1982 — foi o desfile emocionado, na noite do dia 30 de Abril, até ao local onde naquela data foram assassinados dois jovens.

O desporto, no Meeting Internacional da CGTP-IN que abriu as comemorações, no dia 30, no Estádio Municipal da Maia, e na já tradicional Corrida 1.º de Maio, que percorreu as principais ruas da cidade, ao princípio da manhã, a música popular portuguesa, na presença da Brigada Vitor Jara, de Samuel e de Sérgio Godinho, os ranchos, as fanfarras e a alegria da multidão fizeram a Festa.

«O que marca hoje a nossa vida quotidiana e o que vai determinar o futuro é a luta dos trabalhadores e da população, que num espaço reduzido de tempo alcançou uma dimensão e uma pujança invulgares», afirmou Vieira Mendes, da Comissão Executiva da CGTP-IN, quando em nome da USP abriu o comício que antecedeu o desfile pelas ruas do Porto e fazia balanço das principais acções movidas pelos trabalhadores do distrito nos últimos meses. Palavras retomadas na intervenção realizada por Pacheco Gonçalves, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, quando em nome da Central falava das razões de combate contra a política do Governo, caracterizada «pela defesa exclusiva dos direitos e interesses das classes e grupos económicos mais poderosos, pelo combate às conquistas dos trabalhadores, pela via tortuosa de resolução dos problemas económicos do País através da

intensificação da exploração, do agravamento das condições de vida e de trabalho da generalidade dos trabalhadores, em benefício de um número restrito de grandes senhores do grande capital nacional e internacional». E quando colocou a necessidade de prosseguimento da luta «pelo direito ao trabalho e à segurança no emprego e contra a precariedade; a luta contra o pacote laboral e contra outra legislação antitrabalhadores; a luta por melhores salários e rendimentos de trabalho; a redução da jornada de trabalho para um máximo de 40 horas semanais; o combate a uma revisão que destrua a Constituição de Abril».

E, durante o desfile, de novo os trabalhadores reafirmaram as suas razões de luta, nas palavras de ordem, nos panos de presença: metalúrgicos, ferroviários, têxteis, vestuário, EDP, Petrol, Cerâmica de Valadares, EFI, Facar, STCP e muitos outros, sectores e empresas em luta e na disposição de continuá-la. «O Cavaco anda a ver mal, não viu a Greve Geral», foi uma das palavras de ordem muitas vezes repetida durante a manifestação, no Porto. Mais uma das formas de os trabalhadores e a população rejeitarem energicamente o pacote laboral do Governo Cavaco Silva, retomada na moção aprovada no final do desfile, por aclamação, «exigindo dos órgãos institucionais, designadamente do Presidente da República e do Tribunal Constitucional, uma atitude concordante com a vontade unânime dos trabalhadores e no respeito pela legalidade constitucional».



Lisboa

**Meeting internacional de atletismo**

De grande significado no conjunto de iniciativas culturais e desportivas promovidas pela CGTP-IN no âmbito das comemorações do Dia do Trabalhador, foi o Meeting Internacional de Atletismo, organizado com a colaboração técnica da Federação Portuguesa de Atletismo no Porto, que este ano se realizou no distrito do Porto, no Estádio Municipal da Maia, durante a tarde do dia 30 de Abril.

Com a presença de alguns dos melhores atletas nacionais de ambos os sexos e de representantes da URSS, Checoslováquia, Hungria, Roménia, Inglaterra, Finlândia, Cuba e Angola, o Meeting Internacional do Primeiro de Maio representou um grande acontecimento para a modalidade no nosso país. As dificuldades e obstáculos criados até ao último momento pelo Governo PSD/Cavaco Silva à entrada em Portugal de atletas dos países socialistas, não conseguiu impedir a grande projecção nacional deste acontecimento desportivo promovido pelo movimento sindical unitário na linha das suas preocupações com as questões do desporto e dos tempos livres cujo papel é relevante na qualidade de vida dos trabalhadores e que veio permitir aos atletas portugueses contactar e competir com atletas estrangeiros de craveira internacional.

**Trabalhadores****Luta dos médicos****Da Ordem aos Sindicatos  
Posição irrevogável da classe**

A Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos que, próximo do termo das greves regionais, manteve a greve nacional marcada para 6 do corrente, foi recebida, em separado, em 29 de Abril findo e no passado dia 2 pela CGTP e UGT. Entretanto, dia 28, quinta-feira da semana passada, uma concorrida assembleia médica extraordinária, convocada pela Região Sul da Ordem dos Médicos tomava em Lisboa decisões importantes, incluindo a proposta de uma assembleia nacional da Ordem a efectuar ainda este mês, provavelmente em Coimbra, e cuja finalidade seria definir «a posição irrevogável da classe face a Leonor Beleza e seu Ministério».

Em termos claros e duros, o documento aprovado pela assembleia da Região Sul, depois de analisar a situação e as formas de luta adoptadas pelos médicos, conclui afirmando:

«Que se avance urgentemente com formas de luta mais energéticas e cujas consequências sejam mais sentidas pelos órgãos de tutela e população, entre as quais, necessariamente e por ra-

zões cada vez mais óbvias, a recusa da realização de horas extraordinárias é prioritária.»

Segundo uma das últimas tomadas de posição da Coordenadora, da qual, conforme se sabe, fazem parte os sindicatos médicos existentes no País, o endurecimento da luta estava também previsto, e a ele demos o devido destaque na semana passada aqui no «Avante!».

**Movimento sindical francamente receptivo**

Tanto a CGTP como a UGT, afirma a Coordenadora,

se mostraram «francamente receptivas» às posições sindicais da classe médica. O mesmo sucede com a Ordem, cuja direcção apoiou logo de início as greves anunciadas pelos sindicatos.

Na passada quinta-feira, durante a assembleia da Aula Magna da Universidade de Lisboa, foi mais uma vez manifestado apoio incondicional a todos os sindicatos que intervêm na luta, bem como «total confiança à Ordem dos Médicos e ao seu bastonário, dr. Machado Macedo».

Recorde-se, principalmente para sublinhar a importância que os médicos atribuem a esta luta e ao seu significado, que a assembleia do passado

dia 28 foi convocada com um único ponto na ordem de trabalhos: «A sobrevivência da classe médica face à situação actual. Medidas a tomar.»

A greve no distrito de Beja confirmava, entretanto e mais uma vez, a tendência já manifestada nas outras greves distritais. A Coordenadora assinalava, no passado dia 27, mais um aumento dos níveis de adesão relativamente à greve nacional de 8 de Abril

findo. O Hospital Distrital de Beja, que parou a 95 por cento no passado dia 8 de Abril, parou desta vez a 98 por cento, refere a Coordenadora Nacional.

A média de adesão à greve distrital nos centros de saúde, segundo a mesma fonte, situou-se nos 90 por cento, com adesões de 100 por cento em Almodôvar, Beja, Serpa, Aljustrel, Vidigueira, Ferreira do Alentejo, Mértola, Alvito e Odemira.

**Plenários na enfermagem**

Prosseguem no próximo dia 9 os plenários do pessoal de enfermagem. Convocados no âmbito do respectivo sindicato da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores, o objectivo principal destes plenários, iniciados no passado dia 28, no Hospital de Santa Marta, em Lisboa, é o de exigir que a integração do ensino da enfermagem se faça a nível superior e não ao nível secundário, como pretende fazer o Governo, agindo ilegalmente.

O Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e RA dos Açores acusa de «silêncio» o Ministério da Educação e de «indefinição» o Ministério da Saúde.

O mesmo Sindicato adianta que existe legislação desde 1978, «na qual se prevê que tal integração se fará a nível do ensino superior».

O plenário marcado para dia 9 do corrente, segunda-feira, efectua-se na sala de reuniões do Hospital Distrital

de Portimão e tem início às 15 horas.

O restante calendário é o seguinte:

• **Dia 10:** Hospital Distrital de Faro; 15 horas; sala de reuniões.

• **Dia 10:** Hospital Distrital de Portalegre; 14 e 30; sala de reuniões.

• **Dia 11:** Hospital Distrital de Beja; 14 e 30; sala de conferências.

• **Dia 11:** Hospital Distrital de Setúbal; 14 e 30; sala de sessões.

• **Dia 11:** Hospital Distrital de Évora; 14 e 30; sala de conferências.

• **Dia 17:** Hospital Distrital de Torres Novas; 15 horas; biblioteca.

• **Dia 18:** Hospital Distrital de Santarém; 15 horas.

O mesmo Sindicato da Zona Sul e RA dos Açores anunciava, entretanto, para hoje, dia 7, no Hotel Penta, das 9 às 17 e 30, um seminário para comemorar o Dia Internacional do Enfermeiro.



Prioridade à recusa das horas extras, preconizou a assembleia extraordinária da Ordem (Região Sul). Na imagem: médicos na Assembleia da República em 28 de Fevereiro de 1986

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL****Um ministro sem vertente**

O ministro da Educação, Roberto Carneiro, talvez seja um caso raro, mesmo único neste Governo. É um ministro sem vertente.

Como temos vindo a referir nestas despejadas prosas sobre formação profissional a vertente asiática é comum a diversos ministros, com indiscutível predominância do titular da Indústria, Amaral, que de há dois anos para cá tem visto avançar os seus asiáticos dragões (lembramos esses modelos do neocapitalismo: Formosa, Hong-Kong, Coreia do Sul e Singapura) até desembocarem no pacote laboral. Mas há outras vertentes. E convém ter sempre presente que a fonte comum de todas as vertentes é o neoliberalismo cavacal.

Aparentemente, Roberto Carneiro estaria pouco inclinado para qualquer destes «valores» da formação profissional, que o Governo se esforça por fazer pagar aos trabalhadores e aos filhos dos trabalhadores. O ministro da Educação estaria mais virado para uma selectividade não agressiva, que os estudantes do chamado poli-

técnico parece não entenderem muito bem.

Mas a essa selectividade não se pode chamar uma vertente, sobretudo porque lhe falta aquilo com que se fazem todas as vertentes: a vertente orçamental. Mas não só... Há mesmo vertentes ministeriais que fazem da gestão a sua componente exclusiva e tão exclusiva que não se chega a saber em que consiste exactamente. O que se sabe — e o caso da Saúde, ou ainda assim chamado, é mais que flagrante — é que há alguma coisa para gerir e não é pouco. Já não vale a pena sequer lembrar o caso da venda dos hospitais psiquiátricos, umas velharias sem importância, etc., porque há mais. O que é preciso é gerir o que se deseja arrecadar.

Mas só por chalaça é que o ministro Roberto Carneiro poderia deslizar para essa vertente da formação profissional. Não vêem que ele não tem nada para vender... A não ser a própria cabeça... Pois é ele próprio que diz que alguém estaria interessado nela. No entanto, ninguém cai nessa, ao que parece.

O ministro sem vertente tem tido, é certo, uns deslizes. Mas o maior não parece ser o facto de estar isento de qualquer vertente. O seu deslize maior parece ter sido o de ouvir com alguma frequência os sindicatos e outras organizações representativas do Ensino e da Educação, sem que, todavia, daí tenha resultado grande coisa.

Certamente não por sua culpa, mas a gestão do seu Ministério escapar-lhe-ia. As melhores intenções do ministro não têm seguimento. Os representantes dos professores são recebidos, há diálogo, negociação, mas depois o ensino continua a ser — são palavras do ministro — aquela «pirâmide estrangulada», responsável por uma «selectividade agressiva», num país com uma taxa de analfabetismo insondável, que é impossível de vender e, claro está, ainda mais impossível de gerir no Mercado Comum.

Devagar lá iremos é expressão sem sentido hoje, neste campo de formação profissional. E o ministro Carneiro parece sabê-lo.

No entanto, também ele quer gerir.

E o que haveria de ser, já que não tem, ao que parece, nada para comprar, nem para vender?

—Os conflitos. Como outros burocratas da nova escola, o ministro Roberto Carneiro não fala em resolver, solucionar, ultrapassar. Fala em gerir, em administrar... E quando não há mais nada, há pelo menos os conflitos que, entre outros e não são poucos, seria a «escola do insucesso», as saídas profissionais, a concorrência europeia e mesmo a nacional.

Mas, apesar de tudo, o ministro Roberto Carneiro continua sem vertente. A sua gestão, não se pode comparar, por exemplo, à gestão — também ela cheia de méritos asiáticos — da ministra Beleza. Não. O ministro fala em gerir por falar. É uma forma de expressão. De resto, ele tem outras, como provou ao aparecer na TV no Dia da Mãe.

Este ministro sem vertente faz-nos lembrar uma frase publicitária que lemos ultimamente numa revista estrangeira. Este ministro Roberto Carneiro não é apenas um ministro. É uma aquisição.

Trabalhadores

Educação

# Ambiguidades e indefinições

Ao mesmo tempo que têm prosseguido em várias localidades as jornadas pedagógicas e uma campanha destinada a revalorizar a imagem social do professor, decorrem contactos regulares entre os sindicatos docentes e o Ministério da Educação, embora nas negociações se mantenham «algumas ambiguidades e indefinições», como referia recentemente o secretário nacional da Fenprof.

Mário David Soares, membro daquele secretariado, ao referir-se à importante questão do estatuto da carreira docente do ensino não superior, disse que o Ministério da Educação se comprometeu «a iniciar com a Fenprof as reuniões de trabalho a partir da primeira semana de Maio». Para o efeito já foi nomeado um «grupo negociador».

No entanto, depois da reunião com o ministro, aquele dirigente sindical acrescentava que «o Ministério não perspectivou ainda a entrega das medidas transitórias, bem como o capítulo sobre o estatuto remuneratório dos professores».

A Federação Nacional, Fenprof, considera estes últimos elementos «essenciais para uma análise global e mesmo sectorial do documento» sobre o estatuto da carreira docente.

Entre variadas questões mais específicas a Fenprof, na reunião com o ministro, «solicitou ao Ministério que fossem transmitidas directri-

zes às escolas no sentido de, durante o 3.º período escolar, se criarem espaços de debate dos documentos elaborados pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo».

Também sobre este assunto o Ministério se comprometeu a não levantar problemas ao debate, «ficando desde já assente que as escolas, que tenham projectos coerentes para a discussão, poderão solicitar as condições necessárias para tal».

Apesar das «ambiguidades e indefinições», que subsistem relativamente a «aspectos essenciais da vida dos professores e da reforma educativa», a Federação Nacional, Fenprof, considerou «positiva» a reunião com o Ministério efectuada em 12 de Abril findo, não se tendo notícia de qualquer outra efectuada depois dessa data.

## Jornadas pedagógicas

Conforme se sabe, o Sindicato dos Professores da

Grande Lisboa decidiu este ano prolongar por todos os períodos lectivos as jornadas pedagógicas que antes só se efectuavam em determinadas alturas.

Entre essas acções mais recentes, destacam-se as de Setúbal, Barreiro/Moita, Almada/Seixal e Sul da cidade de Setúbal, descentralizando-se desse modo as quatro zonas sindicais do distrito. Estas jornadas estavam previstas para 26 a 30 de Abril.

Até meados do mesmo mês o SPGL já tinha concretizado acções pedagógicas em Santarém, Torres Vedras e Oeiras/Cascais, tendo programado para as Caldas da Rainha as mesmas jornadas para os dias 20, 21 e 22 de Abril findo.

As jornadas pedagógicas, a que têm assistido os dirigentes sindicais, são caracterizadas pelo SPGL como «espaço para debate de questões com carácter científico e pedagógico de interesse para os professores».

Entre os temas debatidos até agora destaca-se a «caracterização do saber linguístico à entrada para o ensino superior», o «estatuto da carreira docente do ensino não superior», a «lei de bases e a reforma do sistema educativo, tendo como horizonte o ano 2000», e o «universo da banda desenhada na literatura infantil».



## «Damos rosto ao futuro Somos professores»

Mais recentemente ganhava novo impulso a campanha que tem decorrido sob o lema «Damos rosto ao futuro, somos professores» Um dépliant editado pela Fenprof abre com estas palavras:

**Somos aqueles, cento e vinte mil ou mais, que da educação pré-escolar ao ensino superior, ontem e hoje, trabalham com um material delicado e complexo, duro e dúctil, suave e**

**agreste: o ser humano — de todos os seres o mais apaixonante, porque é carne e nervos, festa e tristeza, esperança e amargura, comunhão e solidão, razão e utopia..**

O pequeno folheto, de aspecto agradável, é assinado pelo secretariado nacional da Fenprof, que, como se sabe, é a Federação onde estão filiados o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), da Região Centro (SPRC), da Grande Lisboa (SPGL), da Zona Sul (SPZS), o da Madeira (SPM), dos Açores (SPA) e o da Europa (SPE).

A campanha pela «revalorização da imagem social do professor» tem sido conduzida por todo o País. Na terça-feira da semana passada, dia 26, foram distribuídos em Lisboa milhares desses pequenos folhetos intitulados «Damos rosto ao futuro — somos professores», onde se dá a conhecer ao grande público «os anseios da classe profissional que faz da escola e da sala de aula o espaço fecundo de realização individual e colectiva dos que nela diariamente se encontram», afirma o secretariado nacional da Fenprof.

# Engenharia e Contabilidade Desvalorização dos diplomas

A desvalorização dos diplomas dos Institutos Superiores de Engenharia (ISEs), bem como os de Contabilidade e Administração (ISCAs) tem suscitado o protesto e o apoio à luta dos estudantes por parte dos sindicatos e da Federação Nacional dos Professores. As associações sindicais dos docentes consideram justas as preocupações dos estudantes. Uma série de considerações sobre o assunto foi publicamente apresentada pela Fenprof no mês passado. O mesmo aconteceu com o estatuto da carreira docente do ensino não superior.

Neste último caso, a Fenprof é de opinião que o documento do Ministério «omite problemas importantes e

contém incorrecções que necessitam de ser revistas».

A Fenprof, que faz uma

lista dessas incorrecções e omissões, distribuiu esse documento do Ministério a todos os associados, com o objectivo de promover um debate aberto sobre o projecto de Roberto Carneiro.

Segundo a Federação, os docentes devem poder pronunciar-se sobre uma matéria que lhes diz directamente respeito e que «pode vir a alterar profundamente a vida dos professores».

O projecto do estatuto é publicado em suplemento ao «Jornal da Fenprof», com

data de Março/Abril. O secretariado nacional adverte, na primeira página desse suplemento, que o mesmo deve ser guardado e utilizado como instrumento de trabalho de cada professor. A Fenprof acrescenta que não fará novas edições e distribuições deste texto.

«A negociação desta matéria terá que ser amplamente participada por todos e a opinião de cada um é sempre um contributo insubstituível» — sublinha a Fenprof.

Com base nesse documento distribuído pela Federação, que «constitui um valioso instrumento de trabalho para os próximos meses», podem e devem desde já iniciar-se reuniões nas escolas, acrescenta a Fenprof.

ma de as escolas serem consideradas de nível universitário ou politécnico».

Para a Fenprof, trata-se «antes e fundamentalmente de saber se é correcto haver dois níveis de ensino superior, leccionados cada um deles num tipo diferente de escolas, escalonadas, hierarquizadas e incomunicáveis entre si».

A Fenprof protesta contra esse «carácter binário» do ensino superior «em que os diplomas universitários são mais qualificados que os do ensino politécnico».

A Fenprof, que adianta uma série de propostas, é de opinião que, na altura em que são aplicadas as normas da Lei de Bases do Sistema

Educativo a essas escolas, que aqui estão em causa, há necessidade de corrigir «algumas formulações e encontrar a coerência necessária, não só entre vários artigos da LBSE, como entre esta e a realidade portuguesa».

O sentido das correções — acrescenta a Fenprof — deverá ser o da diluição das distinções institucionais entre o ensino universitário e o politécnico, dentro de uma diversidade de funções quanto a áreas e níveis de formação».

É nesse sentido que a Fenprof adianta uma proposta em quatro pontos, que destacamos nesta página em caixa à parte.

## Uma proposta da Federação

Porque entende que «só assim será ultrapassada a fase conflitual em que, neste momento, os estudantes estão envolvidos», a FENPROF propõe:

«1.º — Dotar todas as escolas do ensino superior — universitárias e politécnicas — dos necessários meios técnicos e financeiros para que aí possam trabalhar condignamente os professores e investigadores, ligando a investigação à acção pedagógica, articulando estas com a formação, em cada escola, dos seus próprios quadros.

«2.º — Unificar os estatutos da carreira do pessoal docente e de investigação que presta serviço nestas escolas, de modo a que idênticos níveis de qualificação e responsabilidade correspondam as mesmas condições de ingresso e progressão na

carreira, valorizando-se convenientemente quem trabalha aí em regime de dedicação exclusiva à docência e investigação. Assim se promoverá a mobilidade do pessoal docente entre as diversas escolas.

«3.º — Promover a institucionalização de órgãos de gestão democrática próprios, em que a autonomia, a cooperação e a participação nas decisões sejam encaradas como factores imprescindíveis do desenvolvimento destas escolas.

«4.º — Criar as necessárias condições para que todas estas escolas possam conferir, a médio prazo e de acordo com o seu desenvolvimento e capacidades, os mesmos graus académicos: bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento, mutuamente reconhecidos».

## Não é apenas a desvalorização que preocupa

No que respeita aos diplomas de Engenharia e de Contabilidade e Administração, a Fenprof adianta que, embora a atenção dos estudantes se centre principalmente na desvalorização, não é só esse aspecto que interessa. Embora considere justas as preocupações dos estudantes a esse respeito, a Fenprof entende que «o problema não se reduz ao dile-

## Debate dos TES

Em 21 deste mês volta a reunir-se, desta vez no Porto, a Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes. A primeira reunião plenária da FNATE efectou-se em Lisboa no dia 9 de Abril findo. Do comunicado saído dessa reunião destaca-se a proposta feita à RTP para a realização de «um amplo debate sobre os problemas dos trabalhadores-estudantes».

Com ou sem a RTP, esse debate está marcado para o período entre 2 e 16 do corrente, e nele participa um membro da FNATE.

Do trabalho a desenvolver, entretanto, destaque-se o pedido de audiências aos governos civis e outras entidades para entrega da carta reivindicativa aprovada em congresso recente, cujas conclusões devem ser mais e melhor divulgadas entre a vasta camada que hoje constituem os trabalhadores-estudantes.

## Assembleia da República

# «Abril não é coisa do passado não está cumprido, resiste e viceja»

Alguns dias depois do 25 de Abril e da extraordinária jornada que assinalou a passagem do seu XIV aniversário, voltaram a ressoar na Assembleia da República os ecos das grandiosas manifestações populares que encheram as ruas e praças um pouco por todo o País.

Tratou-se sobretudo de pôr em contraste a forma como o Governo e o partido que o sustenta se relacionaram com a data libertadora e o modo distinto como o povo português evocou a mesma efeméride em renovados gestos de esperança e apego aos valores da democracia.

Coube ao deputado José Manuel Mendes em nome da bancada comunista ser portador desta observação atenta da realidade actual na qual a evocação recente do 25 de Abril constituiu um iniludível sinal de que o «povo sabe que Abril não é coisa do passado, não está cumprido, resiste e viceja, continua sendo uma indeclinável referência de futuro».

Ora foi exactamente deste sentir e desta vontade colectiva que o deputado comunista soube ser intérprete, lembrando nomeadamente da tribuna do hemicycle que «nenhum meridiano de Julho se sobrepõe ou substitui ao conteúdo transformador da Revolução de 74».

cia», podem assim no entender da bancada comunista explicar o procedimento do PSD e designadamente do seu chefe «impondo injustificáveis violências» e bloqueios.

## • Lembrou José Manuel Mendes

### De novo o medo...

«É preciso denunciar que de novo — salientou José Manuel Mendes — se generalizam as dependências de tipo medieval com base nos favores da administração ou do patronato; que de novo o medo grassa, fomentando o individualismo recalcado e a demissão dos compromissos solidários que são a cerviz de uma humanidade livre; que de novo cresce o incivismo que constitui o terreno fértil para a propagação dos planos redentoristas».

Prosseguindo o seu comentário às acusações preferidas contra o Parlamento, acentuou ainda José Manuel Mendes que elas constituem um evidente sintoma de ausência de sensibilidade democrática e de sentido de

Estado do Primeiro-Ministro, sendo simultaneamente reveladoras de que a Assembleia da República «ainda não é, nem certamente será nunca, uma mera direcção-geral submissa aos ditames do Conselho de Ministros».

A este propósito, garantiu o deputado comunista que pode o chefe do Executivo «escusar-se a comparecer nos debates, a confrontar-se com os partidos da oposição» ou a preferir «os holofotes da televisão» que isso não o livrará de deparar sempre, «em todas as latitudes, com uma resistência que dará frutos».

### Antecipar a revisão

Detendo-se depois no processo de revisão constituio-

nal o parlamentar comunista acusou o PSD de modelar o seu projecto de revisão «com base numa inequívoca desfiguração das regras que regem o nosso viver comunitário» criticando ainda o «autêntico ultimato» dirigido ao Partido Socialista, o qual, segundo disse, é bem revelador da «vocação autocrática que atravessa a governação cavaquista».

Idêntico reparo mereceram, por outro lado, os chamados pacotes legislativos apresentados pelo Executivo em diversas áreas sob a forma quer de autorização legislativa quer de propostas de lei materiais, pacotes esses que o Grupo Parlamentar do PCP encara como um antecipado objectivo do PSD reduzir ao mínimo possível «o território de decisão», por

forma a que os outros protagonistas da revisão, «na fronteira das grandes opções se defrontem por fim com uma pequeníssima margem de escolha».

Depois de considerar a legislação ensejada nos campos da saúde, da política laboral, da justiça, das orientações financeiras, do poder local e da Reforma Agrária como factores de «contestação social» irresponsavelmente incrementados pelo Governo, o orador deteve-se em particular no pacote laboral, peça que qualificou de «inaceitável e flagrantemente inconstitucional». Fundamentando a sua afirmação, sublinhou José Manuel Mendes que ele «viola a garantia de segurança no emprego, pulveriza o conceito de justa causa, enfraquece e quase erradica a garantia do direito ao trabalho, elimina a protecção constitucional dos representantes dos trabalhadores, condiciona a contratação colectiva, afecta o princípio da prevalência da decisão dos tribunais sobre quaisquer outras autoridades».

Chamando a atenção da Câmara para a propostas do PCP sobre esta matéria — «propostas tendentes à conformação da lei com a Constituição da República», segundo disse. José Manuel Mendes salientou por último que «é esta a via da modernidade» que acolhe o «melhor do adquirido revolucionário», não a modernidade que assenta na recomposição dos lobbies e dos grupos económicos, mas sim a que se reclama «da fraternidade como prática, do engenho e da criatividade como meio, da humanização da vida como raiz».

### Enodoar a Assembleia

Palavras oportunas se atendermos ao sentido de afirmações recentes de Cavaco Silva que vieram acrescentar ao seu conhecido autoritarismo e arrogância e ao seu desrespeito pela Constituição e pelo funcionamento das instituições, novas e graves insinuações e afrontas que José Manuel Mendes sintetizou lembrando que para o Primeiro-Ministro «os portugueses de raça cabem todos e apenas no vasto cantão do PSD, sendo estrangeiros os que militam ou apoiam as oposições».

Nas suas manifestações de agravo à Assembleia da República, o Primeiro-Ministro foi porém mais longe acabando por proferir posteriormente em Coimbra, com recurso à «calúnia e à intriga baixa», novas e grandes declarações que na opinião do deputado comunista apenas podem visar «enodoar a já dessorada imagem da Assembleia da República».

Só a incapacidade de Cavaco Silva para «governar fora do conflito permanente, sem inventar bodes expiatórios para a sua provada inép-



As manifestações de alegria que voltaram a encher as praças e ruas na evocação do XIV aniversário do 25 de Abril constituíram renovados gestos de esperança e de apego do povo português aos valores da democracia



Assembleia da República

Reforma Fiscal

# Estratégia de silêncio do Governo esconde dados essenciais ao debate

Dado como aceso e fortemente polémico, o debate sobre a chamada reforma fiscal realizado na passada semana acabaria por não chegar a aquecer o hemisfério como se esperava, ficando-se pela abordagem de alguns aspectos genéricos a discussão em torno da proposta de lei apresentada pelo Governo. Por saber, gorando as expectativas, ficaram os valores relativos às taxas, às deduções e abatimentos, aos benefícios, etc., ou seja, em resultado da cortina de silêncio imposta pelo Governo, não foram introduzidos no debate nenhum dos elementos considerados decisivos e imprescindíveis para uma responsável e ponderada avaliação de uma matéria de reconhecida relevância e incidência na vida dos cidadãos.

Argumentou o Governo, pela voz de Cavaco Silva, para justificar a ausência de elementos, que em causa estaria apenas neste momento a definição pela Assembleia da República das «linhas mestras de orientação», cabendo posteriormente ao Governo, concluída esta primeira fase, a definição dos códigos dos novos impostos a criar em substituição dos actualmente em vigor.

Assim o não entenderam porém a totalidade dos partidos da oposição que no decorrer do debate fizeram saber não ser possível apreciar de forma minimamente conveniente a matéria em causa

face a tamanha pobreza de elementos informativos.

«A proposta de lei é vaga e imprecisa em muitos aspectos essenciais», o que porventura só se pode explicar pela «estratégia de silêncio e desinformação» seguida pelo Governo, acusou o deputado comunista Octávio Teixeira. «Com esta proposta de 27 generalidades, a Assembleia da República está impossibilitada de assegurar a sua função de representação e defesa dos cidadãos. O que está em discussão são meros princípios», garantiu por seu turno o líder do PS Vítor Constâncio. «Faltam elementos decisivos na proposta», asseverou o



Em conferência de imprensa realizada na véspera do debate os parlamentares comunistas alertaram para o facto da proposta de lei ser vaga e imprecisa em aspectos essenciais e de ser completamente omissa no que respeita às taxas dos impostos e aos valores das deduções e abatimentos para efeito de determinação da matéria colectável e dos benefícios a conceder

centrista Nogueira de Brito. «Estamos apenas a perder tempo» numa discussão em torno de «banalidades», afirmou Silva Lopes, do PRD.

Não foi no entanto apenas em torno da ausência de dados na proposta que convergiram as opiniões dos partidos da oposição. Consenso obteve igualmente a ideia de que se estava perante não uma reforma fiscal que venha dar resposta à complexa e ineficiente manta de retalhos e ao actual verdadeiro

caos fiscal, mas sim, e apenas, de uma reforma da tributação dos rendimentos.

Para este aspecto chamaria particularmente a atenção o Grupo Parlamentar do PCP ao afirmar por intermédio de Octávio Teixeira que a presente iniciativa legislativa «por não estar enquadrada numa reforma fiscal global, impede, só por si, que a proposta possa satisfazer plenamente as exigências constitucionais e as necessidades do País, assegurar a equida-

de do sistema, promover as garantias dos contribuintes e dar eficácia à administração e à justiça fiscais».

Em conferência de imprensa realizada na véspera do debate já esta questão havia sido abordada pela bancada comunista, tendo na ocasião sido igualmente referida a «forma atabalhoada como a iniciativa foi apresentada, primeiro sob a forma de pedido de autorização legislativa para depois ser qualificada de proposta de lei

substantiva, sem que entretanto tivessem sido introduzidas quaisquer alterações.

Dúvidas e objecções quer quanto ao seu enquadramento constitucional quer quanto às opções que perfilha, foram ainda levantadas à proposta de lei do Governo no decorrer do debate pela bancada comunista. Injustas e violadoras dos princípios e objectivos constitucionais foram, por exemplo, os termos adoptados por Octávio Teixeira para qualificar as opções fundamentais do Governo constantes da proposta de lei, acusação que fundamentou dissecando alguns aspectos gerais do diploma no que se refere à tributação da família, à tributação do trabalho, aos rendimentos do capital e às autarquias locais.

Não sendo possível saber se se vai pagar mais ou menos impostos, o que no entanto é dado como certo pelo articulado da proposta é que as famílias numerosas e os rendimentos do trabalho serão mais penalizados enquanto que os rendimentos mais elevados de capital serão beneficiados, designadamente as mais-valias geradas nas Bolsas de Valores.

## Requisição civil

# Definir as regras que impeçam os abusos

O exercício do direito à greve e a recente intervenção do Governo nalguns conflitos laborais voltaram a ser objecto da atenção dos deputados, estando particularmente em foco na sessão plenária de terça-feira. A questão foi suscitada por um projecto de lei da autoria do PS sobre a requisição civil em situação de greve, acabando por trazer para primeiro plano para além do próprio exercício do direito à greve tal como está consagrado na Constituição, os actos de violação desse direito fundamental praticados pelo Governo e ainda o chamado pacote laboral recentemente aprovado pela maioria.

Na origem da iniciativa socialista esteve sobretudo o comportamento evidenciado pelo Executivo nas greves dos transportes e na greve geral de 28 de Março, conduta pouco clara e inconstitucional marcada por abusos e incoerências que o presente projecto de lei ao procurar melhorar o regime jurídico da requisição civil, pretende no fim de contas evitar no futuro.

Com a aprovação por unanimidade de um requerimento propondo a baixa do projecto, sem votação, à Comissão de Trabalho para efectivação da consulta pública nos termos regimentais, trata-se agora de concretizar, como salientou o deputado comunista Jerónimo de Sousa, o sentido exacto a dar às expressões «necessidades sociais impreteríveis e serviços mínimos», dado que é de admitir a apresentação por parte do PSD de propostas que venham não só a perverter os princípios que levaram à elaboração do projecto de lei como visem espartilhar ou julgar o direito à greve.

Para a bancada comunista, como frisou Jerónimo de

Sousa, «o recurso à requisição civil é uma intervenção coerciva pública no exercício de um direito fundamental», pelo que, como acto grave, «deve ser rigorosamente avaliado e concretizado nos seus pressupostos materiais e formais».

A recente decisão do Governo de publicar em separata para discussão pública o projecto em anexo do pacote laboral, no preciso momento em que ele se encontra em apreciação na Presidência da República, foi entretanto comentada por Jerónimo de Sousa. Para o deputado comunista «é pior a emenda que o soneto» e isto por que, ao tomar esta decisão, segundo disse, o Governo reconhece que a proposta de autorização legislativa é formalmente inconstitucional (dado não ter havido a prévia consulta pública), cometendo ainda uma nova ilegalidade na medida em que não dispõe da autorização legislativa (encontra-se em apreciação na Presidência da República) e, por último, por visar «exercer uma inadmissível pressão junto do Presidente da República».

## Sondagens e inquéritos de opinião

Alvo da atenção dos deputados foi ainda, na sessão de terça-feira, um outro projecto de lei também da iniciativa do PS relativo à publicação e difusão de sondagens e inquéritos de opinião.

Face às dúvidas e interrogações suscitadas nos últimos anos em torno das condições de realização de sondagens de opinião e da validade das interpretações dos

resultados, o presente projecto visa no essencial defender o cidadão contra os abusos e manipulações, garantindo-lhe que os resultados das sondagens têm rigor científico e que, como salienta o preâmbulo, as técnicas de disciplina foram escrupulosamente seguidas.

Como salientou o deputado João Amaral, definindo a posição do PCP sobre esta matéria, não pode deixar de ser encarado como positivo qualquer regime que vise controlar a forma como as

sondagens são feitas por forma a que elas correspondam inteiramente e com mínima margem de erro à vontade expressa pelas pessoas.

O sistema legal, envolvendo a forma como são feitas as perguntas bem como as entidades que promovem as sondagens devem, entretanto, na opinião da bancada comunista, obedecer a dois aspectos essenciais: em primeiro lugar que as perguntas sejam claras e directas, não susceptíveis de interpretações dúbias; em segundo,

que o rigor científico e as técnicas sejam respeitadas e que haja conhecimento preciso do universo da sondagem.

No decorrer do debate foi ainda defendida a necessidade de que as entidades que promovem as sondagens estejam devidamente credenciadas e sejam firmas idóneas, sendo simultaneamente advogada a existência de entidades independentes que tenham por missão fiscalizar todo o processo.

# Regimento PSD contra debate político

Interminável, a discussão sobre o Regimento da Assembleia da República conheceu na passada semana um novo desenvolvimento com uma das sessões plenárias integralmente preenchida com esta matéria a ficar indelevelmente marcada por mais uma manifestação do PSD contra o debate político no Parlamento e pela demonstração de que para o partido maioritário a Assembleia deve assumir uma postura de câmara de despacho e carimbo das posições governamentais.

Com mais de cinquenta por cento das propostas de alteração ainda por apreciar, a sessão de sexta-feira foi em grande parte ocupada com a análise de um conjunto de propostas do PSD globalmente interpretadas como desconchavadas, desadequadas e até tecnicamente incorrectas, facto que levaria a própria bancada do partido que sustenta o Governo em sucessivas intervenções ora a retirar ora a pôr as referidas propostas, criando um cenário manifestamente ridi-

culo que acabaria por impedir que no final do debate não fosse além de três o número de artigos apreciados.

Mas seria ainda a tentativa de governamentalização e monopartidarização da Assembleia que acabaria por sobressair no debate, questão suscitada em torno do processo de orientação e fiscalização política deste órgão de soberania relativamente ao qual as propostas do PSD vão no sentido de restringir cada vez mais os direitos da oposição.

O número de perguntas que os partidos da oposição podem apresentar ao Governo são um nítido exemplo desta situação, representando o texto proposto pelo PSD uma grave limitação a esse direito, não sendo por outro lado assegurado qualquer mecanismo regimental que obrigue o Governo a responder. Este mecanismo não deve ser entretanto dissociado de outras propostas em que são drasticamente reduzidos os direitos de marcação dos partidos da oposição quanto às ordens do dia e quanto ao tempo disponível para uso da palavra.

Importa ainda dizer que no caso desta proposta do Governo relativa ao regime de perguntas o seu conteúdo é manifestamente inconstitucional uma vez que pretende por via regimental reduzir direitos consagrados na Constituição.

Com efeito, enquanto o texto fundamental prevê três tipos de figuras (perguntas orais, perguntas escritas e pedidos de esclarecimento), o PSD quer reduzir tudo a perguntas orais. Mais: ao confinar apenas aos grupos parlamentares o direito de formular as perguntas ao Governo — excluindo do exercício desse direito os deputados individualmente considerados, tal como consagra a Constituição — a proposta do PSD surge de igual modo, como salientou Jorge de Lemos, irremediavelmente ferida de inconstitucionalidade.

Terminada a sessão todas estas questões ficaram em aberto, sendo o próprio PSD obrigado a reconhecer que as soluções por ele propostas deviam ser repensadas no quadro de uma nova análise conjunta com os restantes partidos com assento parlamentar.

PCP



A luta dos trabalhadores será certamente tema em análise na assembleia dos comunistas do Porto, onde o 1.º de Maio voltou este ano a ser comemorado e festejado com uma bela jornada na baixa portuense

### «Porto – cidade a construir o futuro»

## 2.ª Assembleia dos comunistas

Sob o lema «Porto – cidade a construir o futuro», está marcada para o dia 29 de Maio a 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto do PCP, que decorrerá, durante todo o dia, no Salão Nobre da Faculdade de Economia na cidade.

A Organização Local do Porto — mais de seis mil membros, cerca de 150 organismos, de direcção, de sectores profissionais, células de empresa, comissões de fre-

guesia, comissões locais e de bairro, comissões que intervem em organismos e movimentos unitários e nas autarquias locais, organismos de fundos, de propaganda, de iniciativas e outros — está assim lançada em mais esta importante tarefa, que visa dar balanço do trabalho desenvolvido nos últimos três anos, desde a realização da sua 1.ª Assembleia.

A luta e o papel dos comunistas no desenvolvimento do

Porto, na resolução dos problemas da população e na construção do futuro da cidade, são outro ponto que estará em debate.

Do mesmo modo, as direcções de trabalho do Partido, os problemas de organização, bem como a eleição do futuro Comité Local do Porto fazem parte dos trabalhos da Assembleia, cujo projecto de Resolução Política estará à discussão a partir da próxima semana nas organizações de

freguesia e sectores profissionais e em todos os organismos do Partido do âmbito da organização local da cidade do Porto. A marcação das Assembleias para eleição dos delegados e para discussão aprofundada do documento-base, a divulgação e envolvimento de todos os militantes no trabalho preparatório é agora a tarefa fundamental dos camaradas da organização local do Porto até à realização da Assembleia.

## Lei de Bases e Reforma do Ensino

### Um interessante debate promovido pela organização dos professores

A Organização de Professores do Porto do PCP promoveu no passado sábado um debate sobre «a implementação da Lei de Bases e a Reforma Democrática do Ensino», no qual foram abordados de uma forma muito viva os problemas gerais da Educação e do Ensino, com particular destaque para os relativos às condições de acesso e de sucesso dos jovens na escola, à participação democrática na vida da escola e à realidade actual e perspectivas da função docente.

Do conjunto muito diversificado de intervenções realizadas concluiu-se que a real implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo tem que ter, obrigatoriamente, como pano de fundo os princípios constitucionais, que estão longe de estar concretizados, e implica uma profunda alteração na política que vem sendo seguida, para a Educação e para o País, pelos últimos governos.

#### O papel do professor

Questões relacionadas com a gestão democrática foram igualmente aprofundadas no debate que alertou, nomeadamente para o facto de projectos como o da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, visando cercar a participação democrática na vida da escola e o regresso à figura do director, não darem resposta aos pro-

blemas das escolas e suscitarem uma forte oposição por parte dos professores e do conjunto da comunidade escolar.

O importantíssimo papel que os professores desempenham no sistema educativo foi, naturalmente, outro dos aspectos abordados, tendo sido salientada a constante degradação das condições para o digno exercício da profissão, com a anual diminuição dos vencimentos reais, a inexistência de estímulos à fixação em zonas mais afastadas, a instabilidade de emprego, a não criação de condições para a formação em serviço e contínua e a não existência de condições de trabalho. Uma política que tem sido repudiada por milhares e milhares de docentes que contra ela se têm movimentado.

No decorrer do debate várias foram as referências feitas à política educativa do actual governo, tendo-se verificado que se mantém os traços essenciais que vêm sendo seguidos nos últimos anos, embora com uma nova face de maior abertura e diálogo. Nove meses após a tomada de posse do actual ministro mantêm-se os gravissi-

mos problemas existentes, o aumento de verbas para a Educação no Orçamento de Estado está muito longe de corresponder às necessidades e muito pouco está a ser feito no sentido da implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo. Medidas largamente propagandeadas pelo Governo, como o Programa de Combate ao Insucesso Escolar, não passam de um processo de intenções, e o Ministério tem-se mostrado particularmente operativo apenas num campo — o fomento e apoio, descarado e inconstitucional, ao Ensino Particular e Cooperativo.

Finalmente, os participantes no debate sublinharam ser indispensável assegurar e dinamizar a participação dos professores na discussão em curso e na implementação da Lei de Bases, a condição necessária para uma verdadeira democratização da Educação e do Ensino. É nesta perspectiva que os professores comunistas prosseguirão a sua intervenção nas escolas, dando novos contributos para um debate alargado e democrático e para a resolução dos problemas educativos no distrito do Porto.

## Encontro Nacional do PCP

# Definir a política que sirva os interesses da agricultura e dos agricultores

Proceder ao diagnóstico da situação actual da agricultura portuguesa quer no campo das pequenas e médias explorações quer no campo da Reforma Agrária, constitui um dos objectivos centrais do Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura, a decorrer no domingo, em Santarém.

Com o início dos trabalhos previsto para as dez horas, o Encontro decorrerá na Casa do Campino sob o lema «Produzir Mais e Melhor pelo Progresso da Agricultura Portuguesa», estando confirmada a presença de mais de setecentos participantes e convidados.

Funcionando em plenário e em secções, o Encontro propõe-se proceder igualmente a uma avaliação das consequências da política de direita e da adesão do nosso País à CEE, encontrando-se ainda entre os seus objectivos a definição de linhas para uma política agrícola que dê resposta aos problemas existentes, de acordo com os interesses nacionais e dos que trabalham a terra.

Após um primeiro período de funcionamento em plenário, os trabalhos do Encontro decorrerão em três secções, a saber:

produção agropecuária e florestal; escoamento, preços e transformação da produção agrícola; estruturas agrícolas.

Na primeira secção, serão tratadas questões como o aumento da produção e da produtividade, o aproveitamento dos recursos nacionais, a orientação da produção, a formação profissional e extensão rural, e ainda os aspectos relativos ao investimento, crédito e seguros.

Para a segunda secção, tal como as restantes a iniciar os seus trabalhos por volta das 11 horas, está prevista a discussão de questões tão importantes como a política de rendimentos e preços, os circuitos de mercado, as infra-estruturas de comercialização e transformação, a política de importações e as cooperativas de serviços e transformação.

Os participantes na terceira secção analisarão por sua vez o papel da pequena e média exploração e das UCP's/Cooperativas, o arrendamento rural, o emparcelamento rural, os baldios e a população activa agrícola designadamente as questões relativas aos jovens agricultores.



No domingo, mais um contributo do PCP para a resolução dos Problemas nacionais

## Células de empresa

### Encontro em Sacavém (zona oriental de Loures)

Está marcado para hoje um encontro de células de empresa da zona oriental do concelho de Loures. A iniciativa decorre entre as 14.30 e as 19.30 horas no Centro de Trabalho de Sacavém e surge na sequência de importantes realizações já levadas a cabo pelo Partido nomeadamente no plano distrital de Lisboa.

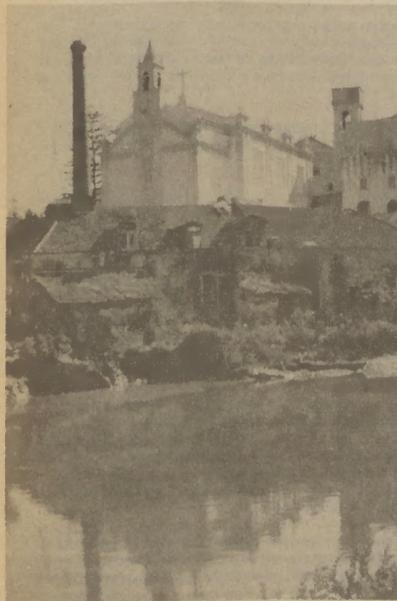
Em documento divulgado no passado dia 14, o organismo de direcção da zona oriental de Loures salienta: «Realizou o Partido um Encontro de Quadros da ORL, a 7 e 8 de Novembro de 1987, onde se aprofundou e definiu linhas de trabalho para as células de empresa e para o trabalho sindical. Mais recentemente no dia 27 de Fevereiro realizou-se um Encontro Distrital sobre a acção dos comunistas no movimento das Comissões de Trabalhadores.

«O Encontro de Novembro decidiu-se pela realização de um Encontro Distrital no decorrer do ano de 1988, com o objectivo exclusivo de discutir os problemas das células de empresa. No mês de Março foi distribuído um questionário da DORL para

as células de empresa, o qual nos vai permitir conhecer melhor a realidade do meio onde as células vivem e actuam. Coloca-se com urgência o seu preenchimento.

«Assim, decidi o organismo de direcção da zona oriental levar a efeito um Encontro como forma de melhor aprofundarmos as questões e de prepararmos o Encontro Distrital que se aproxima.

«Sugerimos a realização de reuniões das Células como forma de preparação dos Encontros referidos e a definição de objectivos. Sugerimos ainda a leitura atenta das conclusões de 7 e 8 de Novembro de 1987. No encontro da zona oriental vai estar presente o camarada **Abílio Martins**, membro do Comité Central.»



Sacavém, zona de forte concentração industrial no concelho de Loures

## Hoje, na Chamusca

# 1.º Encontro distrital de professores de Santarém

A Organização Regional de Santarém (ORSA) do PCP leva a efeito hoje, na vila da Chamusca, um 1.º Encontro Distrital de Professores. A iniciativa decorrerá com este horário:

10.00 h – debate sobre o tema «O professor e a reforma do ensino»;  
12.00 h – abordagem de questões relacionadas com a

organização dos professores no distrito e o XII Congresso do PCP;

13.00 h – almoço de confraternização;  
14.30 h – visita guiada à vila;

17.30 h – convívio.  
O encontro terá lugar na sala do Teatro de Bolso do grupo «Borda d'Água». No convite que está a ser

dirigido aos professores comunistas da região, assinado por Augusto Figueiredo, Emília Soares, Francisco Domingos, Luz Blazer e Rolando Silva, colocam-se algumas interrogações:

• Já pensaste que a Lei de Bases do Sistema Educativo vem questionar o papel do professor perante as reformas que estão em

### Iniciativa da ORSA

curso, obrigando a uma participação e a uma intervenção activa neste processo?

• Já pensaste que os professores comunistas do distrito nunca se encontraram para discutir os problemas do ensino?

• Já reparaste que nem sequer nos conhecemos? Vai e leva um amigo!

## Sector Empresarial do Estado

### — uma iniciativa de debate e reflexão no próximo dia 14

Cerca de 1100 participantes e convidados estarão no Encontro do Partido Comunista Português sobre o Sector Empresarial do Estado, mais uma iniciativa de estudo, reflexão, análise e debate inserida na constante preocupação dos comunistas com o conhecimento rigoroso dos problemas nacionais e o contributo sério para a sua resolução.

Este Encontro decorrerá no próximo dia 14 (sábado), na Casa da Cultura do Barreiro. Os trabalhos iniciam-se às 10 horas, estando previsto o seu encerramento para as 18.30 h.

#### Informações úteis

Da comissão organizadora do Encontro recebemos, entretanto, um conjunto de informações úteis para os camaradas que nele vão participar.

Vejamos em primeiro lugar o horário de partida de Lisboa dos barcos que servem, já no outro lado, os autocarros especiais: 8.25 h. e

**ENCONTRO DO PCP SOBRE O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO**

14 Maio 88  
Casa da Cultura do Barreiro

9.00 h. Depois, ao fim da tarde, com partida do Barreiro, devem ser utilizados os barcos das 19.15 ou das 19.45 h.

#### Atenção:

• Os autocarros estarão na estação dos barcos às 09.30 h.

• A saída dos autocarros no final do Encontro será às 18.45 h.

• O preço de cada viagem é de 75500

• Para os camaradas que utilizem automóvel, as estradas estarão devidamente assinaladas com placas do Encontro a partir de Coimbrã.

Quanto aos almoços, para além de funcionarem as cozinhas do CT Concelhio e da Freguesia do Barreiro, que se prevê poderem fornecer cerca de 300 almoços, informaremos a seu tempo quais os restaurantes que no dia 14, melhor poderão servir os camaradas.

• Os almoços nos CT's terão que ser confirmados através de inscrição individual de cada camarada no início do Encontro.

• Será também fornecido aos participantes uma informação sobre a ementa e o preço.

Aquí fica o horário das sessões do Encontro:

- 10.00 h: – Abertura
- 11.30 h: – Intervalo
- 11.50 h: – Reinício
- 13.00 h: – Almoço
- 15.00 h: – Almoço
- 17.00 h: – Intervalo
- 17.20 h: – Reinício
- 18.30 h: – Encerramento

## Comício em Baleizão

HOMENAGEM A CATARINA EUFÉMIA

Domingo, 22 Maio 1988  
15.30 horas - Largo Catarina Eufémia

Com **Álvaro Cunhal**  
Secretário Geral do PCP

- \* Liberdade
- \* Emprego e Pão
- \* Progresso

\*PARTICIPA! MOBILIZA! ORGANIZA OS TRANSPORTES!  
\*A LUTA CONTINUA!  
Boja / Maio 1988  
Comissão Distrital de Boja do Partido Comunista Português

Atenção às excursões programadas para a deslocação a Baleizão

## Perspectiva

BOLETIM DE INFORMAÇÃO DA COMISSÃO DISTRIAL DE COIMBRA DO PCP

### Greve Geral

«A greve geral de 28 de Março, a nova vila de Arzedo, a luta dos agricultores e de cinco freguesias do concelho de Coimbra e propósitos dos transportes para a margem direita do Mondego são alguns dos temas tratados no «Perspectiva», boletim de informação da Comissão Distrital de Coimbra do PCP. O primeiro já saiu e a perspectiva agora é continuar com este projecto

## X Festa da Alegria

PARQUE E PALÁCIO MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES E DESPORTOS DE BRAGA

BRAGA - 8, 9 e 10 JULHO / 88

Este ano... a grande Festa do Norte!

No X Aniversário vamos fazer a Festa maior e melhor!

«A Festa da Alegria é uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um encerramento às 22 horas. A festa será transmitida em directo por televisão. A festa será uma festa de grande importância para a comunidade de Braga e para o Norte. É uma festa que reúne milhares de pessoas e que é organizada pelo Partido Comunista Português. Este ano, no âmbito do X Aniversário do Partido, vamos fazer a Festa maior e melhor. A festa terá lugar no Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1988. A festa será organizada pelo Partido Comunista Português e terá como objectivo principal a promoção da cultura e do desporto. A festa será aberta às 10 horas e terá um enc

PCP

## Morávia do Norte/Setúbal

# Reforça-se a amizade PCP/PC checoslovaco

De 24 a 29 de Abril esteve em Portugal uma delegação da organização regional da Morávia do Norte do Partido Comunista da Checoslováquia. No quadro das relações tradicionais de amizade com o Partido Comunista Português, foi assinado um protocolo de cooperação com a organização regional de Setúbal, a anfitriã da delegação checoslovaca.

Em Almada, cidade gémea da capital da Morávia (Ostrava), realizou-se no dia 28 um comício de amizade em que intervieram os camaradas **Cenek Milota**, do secretariado e do executivo da Direcção Regional da Morávia do Norte do PCCh, e **Carlos Ramildes**, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP e responsável da Direcção da Organização Regional de Setúbal.

Este foi mais um importante passo para o reforço da amizade e da solidariedade entre os comunistas de Setúbal e da Morávia do Norte. Em Março do ano passado uma delegação da ORS estivera já na Checoslováquia, a convite dos camaradas morávios.

No dia 25 de Abril a delegação do PCCh — que, além de Cenek Milota integrava ainda Miroslav Hrabal e Miroslava Zemlakova — teve um encontro na DORS; depois os camaradas checoslovacos assistiram em Lisboa ao desfile comemorativo dos 14 anos da revolução portuguesa.

No dia seguinte foram re-

cebidos pela comissão executiva da Região de Turismo da Costa Azul, pela União dos Sindicatos de Setúbal, pela Câmara Municipal do Seixal e pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal; visitaram ainda o Eco-Museu (na Torre da Marinha

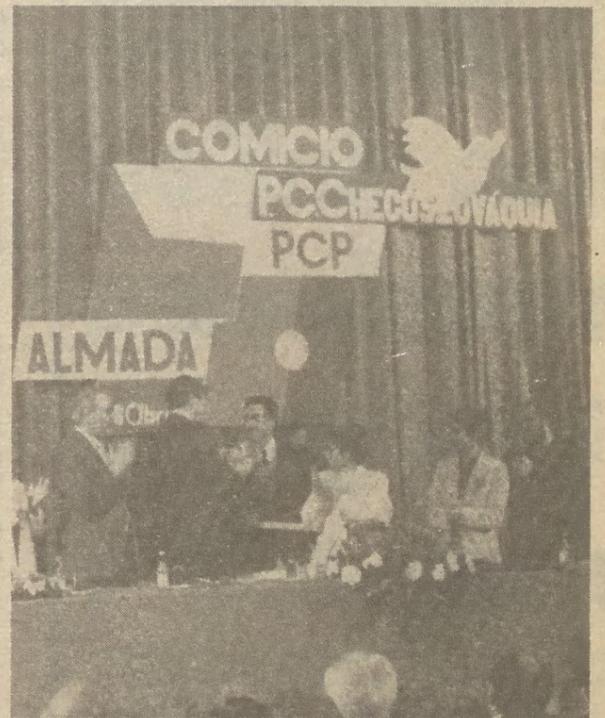
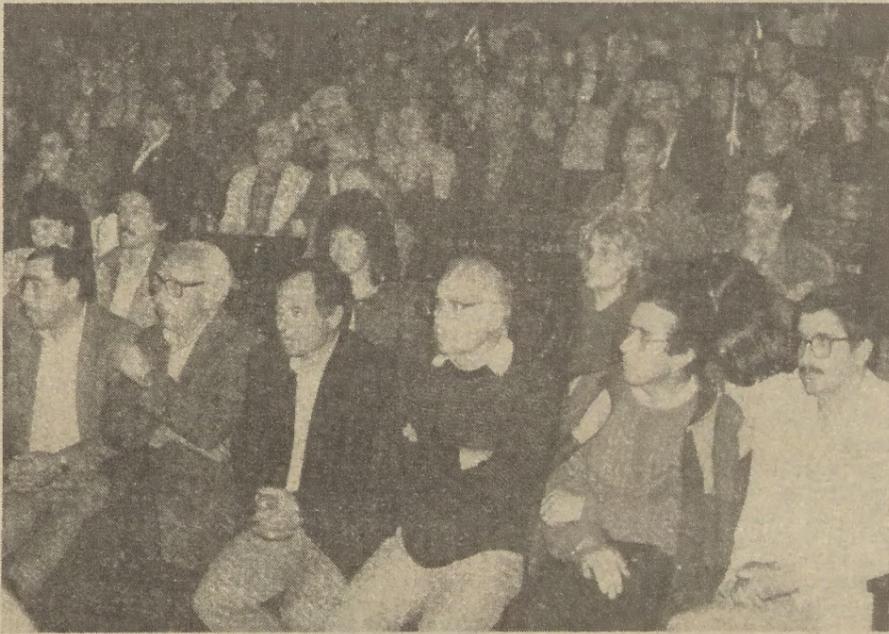
e no Moinho de Maré de Corroios).

Na quarta-feira estiveram na cooperativa «Estrela Vermelha» (Santiago do Cacém), onde almoçaram com os trabalhadores, e na Câmara Municipal de Grândola, na ludoteca (inaugurada três dias antes), no complexo desportivo e na cooperativa de transformação de cortiça «Militar Ribeiro».

No dia 28, antes da assinatura do protocolo de cooperação para os próxi-

mos dois anos e do comício na Academia, a delegação checoslovaca teve encontros de trabalho com a comissão concelhia de Almada e com a DORS, foi recebida na CM de Almada e visitou a Academia Almadense e a Lisnave.

O comício abriu e fechou com música: Jorge Lomba no início, João Fernando no final. A festa da amizade e da solidariedade entre os comunistas de Almada e de Ostrava, do distrito de Setúbal e da Morávia vai continuar.



## Intervenção de Cenek Milota

(...)

«Hoje podemos dizer que alcançámos bastantes resultados positivos. Na nossa sociedade temos a socialização dos meios de produção e não há a exploração do homem pelo homem. A classe operária tem um papel decisivo, juntamente com o campesinato e os intelectuais, tendo à frente o Partido Comunista.»

(...)

«Em média temos uma extracção por hectare de 4,7 toneladas de cereais, cerca de 4 mil litros de leite por vaca e o nosso país é completamente auto-suficiente na produção de alimentos. Cada habitante consome em média 80 kg de carne por ano.»

(...)

«Podemos dizer que a nossa aldeia alcançou o nível da cidade.»

(...)

«Todo o cidadão da nossa sociedade tem completamente asseguradas as condições básicas de vida:

- direito ao trabalho — os nossos jovens nem conseguem conceber que se possam encontrar sem trabalho, não lhes passa pela cabeça acordar um dia com a dúvida se terão trabalho e pão;

- direito ao ensino — 10 anos de escolaridade obrigatória, os livros são gratuitos, todo aquele que se mostre capaz tem condições para frequentar o ensino superior. O ensino é gratuito;

- em caso de doença, qualquer cidadão tem direito a assistência médica e medicamentosa; desde as operações mais complicadas, até às mais longas estadias nos hospitais, tudo é gratuito;

- na velhice, cada trabalhador — os homens aos 60 anos e as mulheres aos 57 — tem direito à reforma.

Todo o cidadão tem direito a participar na direcção e administração da nossa sociedade, a decidir em colectivo sobre a vida no local de residência e no local de trabalho.

Está garantida a completa igualdade de direitos entre todos os povos e nacionalidades.»

(...)

«Acreditamos que o protocolo hoje assinado entre as nossas organizações regionais contribuirá para que muitos de vós possam tomar conhecimento da nossa realidade socialista. Os nossos resultados confirmam a justeza do caminho que escolhemos.»

(...)

«Nem tudo na Checoslováquia é ideal. No nosso trabalho e na nossa vida há erros e problemas que travaram o nosso desenvolvimento.»

(...)

«Hoje procedemos a uma série de alterações significativas no campo do desenvolvimento político, económico, social e cultural. Trata-se de utilizar o que mostrou ser positivo, alterar o que foi necessário na primeira etapa da nossa sociedade mas que hoje já não serve, aplicar novos métodos teóricos e político-ideológicos para o desenvolvimento da nossa sociedade.»

Sublinho que não se trata de uma reavaliação do socialismo; procuramos, sim, e iremos aplicar novos métodos de forma a avançarmos ainda mais depressa, de forma a criarmos as condições para prosseguir o crescimento material e cultural do nível do nosso povo.

Nos próximos anos o nosso objectivo é aumentar significativamente a eficiência da economia, conseguir, alterando os métodos de gestão e planificação e eliminando os métodos administrativos na economia, que cada trabalhador seja de facto um gestor no seu local de trabalho.

Isto significa continuar a aprofundar o desenvolvimento da democracia e da autogestão socialista.»

(...)

«Cumprir tais objectivos significa continuar a aprofundar as relações internacionais, aprender com a experiência dos outros países e dos partidos comunistas, lutar conjuntamente pelo progresso e por aquilo que mais necessitamos para o desenvolvimento: a paz.»

(...)

## Intervenção de Carlos Ramildes

(...)

«Este comício culmina a visita da delegação da Morávia do Norte à região de Setúbal e solidifica, nos planos político e público, o Protocolo de Cooperação que hoje mesmo foi assinado.»

A partir de hoje, a ORS do PCP e a organização regional da Morávia do Norte do PC da Checoslováquia têm ao seu dispor um documento de alto significado político e internacionalista com vista ao aprofundamento das velhas relações de amizade e cooperação entre os nossos dois partidos.

Com este acordo, é legítima a expectativa de que nos venhamos a conhecer melhor, de que mutuamente nos ajudemos na luta que ambos os partidos e povos travam. Na Checoslováquia para dar novos passos na construção do socialismo, em Portugal pela defesa e consolidação das conquistas da Revolução de Abril, mantendo presente e sempre viva a ambição legítima e bem patriótica de também aqui construirmos uma sociedade socialista, uma sociedade de futuro para os trabalhadores e para a generalidade da população portuguesa.»

(...)

«É necessário informar mais e melhor o que é o socialismo real. E nesse plano o nosso Acordo de Cooperação pode desempenhar importante papel.»

É necessário conhecer mais para divulgar melhor os avanços da Checoslováquia socialista na industrialização, na resolução dos problemas básicos das populações e em diversos outros aspectos. É necessário e conveniente conhecer mais para divulgar melhor as formas como a Checoslováquia está a modernizar o seu tecido económico ao serviço exclusivo do desenvolvimento do País e do bem-estar geral.

A prática é a grande prova da teoria. Conhecendo melhor os exemplos do campo socialista em geral, e da Checoslováquia em particular, será mais fácil aos portugueses entenderem o carácter profundamente anti-operário do «pragmatismo cavaquiano» que nos vem desgovernando.

É intensa a campanha da burguesia, nomeadamente através da comunicação social, no sentido de denegrir o campo socialista e tecer loas às pretensas virtualidades do regime capitalista. Mas é a vida que os nega.

É sintomático o que se passa com o aproveitamento dos avanços da revolução técnico-científica. Em Portugal, é indiscutível, a chamada modernização é apresentada como supremo objectivo patriótico tendo em vista dificultar a luta dos trabalhadores. Com a modernização querem que os trabalhadores aceitem passivamente o desemprego crescente, a desarticulação de empresas e de sectores, a redução drástica dos

direitos sindicais e da estabilidade do emprego. Em duas palavras, a modernização no mundo capitalista significa em geral mais exploração.

Na sociedade socialista, na Checoslováquia por exemplo, sabemos não ser assim. É exactamente o inverso. Com o processo de reestruturação em curso, com a aplicação prática dos novos avanços tecnológicos, é o aprofundamento da democracia, o desenvolvimento do país e a melhoria das condições de vida das populações que se pretende alcançar. O maior ou menor êxito na caminhada em curso medir-se-á exclusivamente por tais bitolas.

Assim, talvez se perceba melhor por que razão Cavaco Silva e a sua gente tanto se preocupam em deturpar as posições do PCP a propósito da modernização da economia. A questão não é a modernização. A questão é saber quem são os destinatários dos seus potenciais benefícios.

Mais do que ninguém, o PCP quer e bate-se pela modernização da estrutura económica de Portugal. Não uma modernização qualquer, mas uma modernização guiada por imperativos nacionais e patrióticos.»

(...)

«O distrito de Setúbal é um baluarte do PCP e do Portugal de Abril. O distrito de Setúbal distinguiu-se altamente na luta contra a ditadura de Salazar e Caetano. O distrito de Setúbal distingue-se hoje pela consciência política e disponibilidade de luta dos seus trabalhadores e das suas populações. Apesar de alvo privilegiado da direita, o distrito de Setúbal foi aquele que mais cresceu nos últimos 5 anos. Tem uma população relativamente jovem, tem dos mais altos índices de educação em Portugal. É o distrito mais avançado na resolução das necessidades básicas das populações graças à acção do Poder Local, dirigido em grandíssima parte por comunistas. O distrito de Setúbal tem uma intensa vivência democrática. No distrito de Setúbal não há medo, antes uma grande ansiedade de futuro, de progresso, bem-estar, democracia, liberdade e paz.»

É em nome deste distrito de Setúbal, queridos camaradas da Morávia do Norte, que vos dizemos da nossa satisfação em vos receber. Certamente não fomos capazes, mas tentamos recebê-los tão bem quanto nos receberam na Checoslováquia.

É por tudo isto que saudamos a cooperação hoje firmada entre as nossas duas organizações regionais.

É também por isto que temos apoiado e continuamos apoiando o aprofundamento da geminação entre os municípios de Ostrava e de Almada.

Estamos certos que a acção comum produzirá resultados mutuamente vantajosos.»

Poder Local

Câmara Alternativa CDU reúne 2.ª vez

# Tarifas de saneamento são ilegais em Lisboa

O plenário da Câmara Alternativa CDU para a cidade de Lisboa reuniu na passada semana na sede da Junta de Freguesia de S. João, onde se analisou o Orçamento da Câmara e o Plano de Actividades para 1988 e o Plano Director Municipal. Ganhou relevo nesta segunda reunião (a primeira realizara-se 15 dias antes) uma moção de congratulação pelo acórdão do Tribunal Constitucional que declarou inconstitucionais as tarifas de saneamento cobradas pela CML, mediante votação dos vereadores do PSD, CDS, PS e PPM e que atingem os consumidores de água, domésticos e não domésticos.

Dizia esta moção (aprova-  
da por unanimidade pelo ple-  
nário):

«O acórdão do Tribunal  
Constitucional veio demon-  
strar a correcção das posições

da CDU que consideravam  
ilegais as tarifas, para além de  
flagrante injustiça que as  
mesmas representavam para  
as populações.

«A Câmara Alternativa  
CDU alerta os consumidores  
de água para o facto de que  
ninguém é obrigado a pagar  
as tarifas, a partir da publica-  
ção do acórdão, o que se veri-  
ficou no dia 21 do corrente.

«Por outro lado, a Câmara  
Alternativa CDU rejeita os  
propósitos ilegítimos já anun-  
ciados no sentido de ressuscitar  
as tarifas, dado que o Tribu-  
nal Constitucional as consi-

derou não só formal, mas  
também organicamente in-  
constitucionais, não tendo a  
Câmara Municipal poderes  
para sanar estes vícios.»

A Câmara Alternativa CDU  
para Lisboa analisou também,  
global e sectorialmente, o vo-  
lume das receitas e dos inves-  
timentos da CML, o ritmo da  
execução do Plano de Activi-  
dades, «tendo verificado a  
continuação de mediocridade  
global da gestão e do atraso  
aproveitamento dos recursos  
humanos, designadamente  
dos cerca de 400 técnicos de  
formação escolar prolonga-  
da».

Foram igualmente analisa-  
das «metodologias de trata-  
mento e avanço de um Plano  
Director para a Cidade (sob  
proposta do arquitecto Silva  
Dias) instrumento indispensa-  
bilíssimo para a consolidação  
de uma perspectiva integrada  
sobre a solução de Lisboa».

A Câmara Alternativa saudou, finalmente, na ocasião do 1.º de Maio de 1988 «o conjunto da população trabalhadora de Lisboa — empregados, quadros técnicos e administrativos, operários, profissionais dos vários sectores», sublinhando a necessidade de «preservar os cerca de 400 mil empregos existentes na cidade no contexto exigente de uma melhor qualidade de vida». Saudou ainda a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, por ocasião da tomada de posse dos novos corpos

## As definições da primeira reunião

No comunicado da primeira reunião da Câmara Alternativa CDU de Lisboa, realizada em 14 de Abril passado, definiam-se os objectivos, orgânica e funcionamento deste organismo.

Assim, a Câmara Alternativa CDU de Lisboa «tem 17 pelouros, acompanhando, em todos os aspectos, a vida do município e a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa actualmente dirigida por uma maioria homogénea PSD-CDS-PS».

Na primeira reunião realizada no salão nobre da «Voz do Operário» «analisaram-se problemas de funcionamento e organização internos e foi feita a análise geral da gestão da cidade. Reiterou-se e concluiu-se que a cidade é percorrida por inúmeros e agravados problemas, que o município é gerido por forma que não serve a população residente e a que trabalha em Lisboa, impondo-se, cada vez com mais clareza para muitos e muitos lisboetas, a necessidade imperiosa de uma nova política municipal em Lisboa».

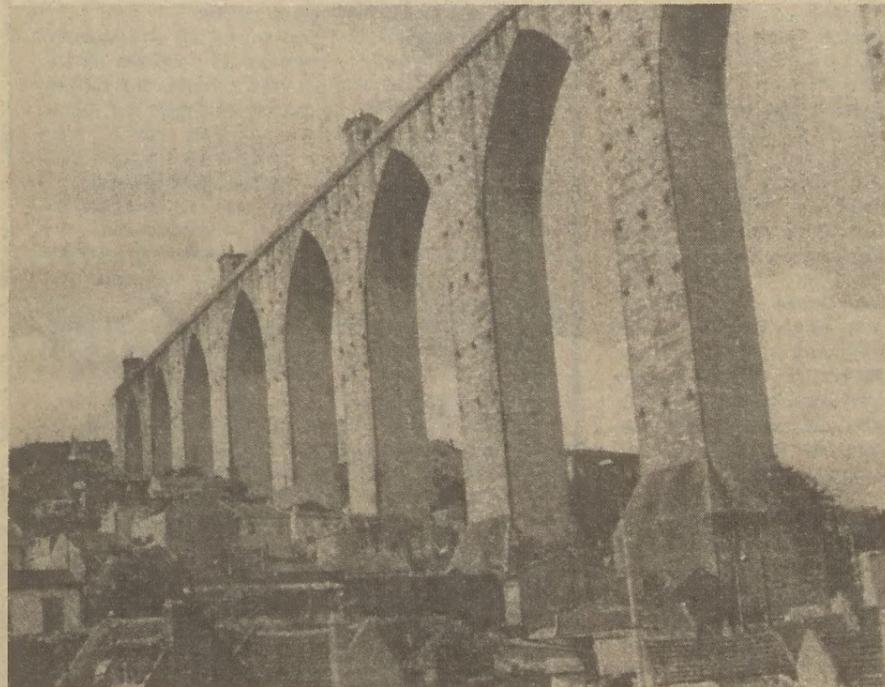
Além disso a Câmara Alternativa CDU considerou, já nessa sua primeira reunião, que «ainda no actual mandato é possível inverter o sentido desta gestão. Assim será, se aqueles que até agora têm apoiado o programa e a política do presidente da Câmara, conjugarem esforços com a CDU na defesa da cidade e do seu povo.»

Finalmente foi definido que as reuniões da Câmara Alternativa CDU serão quinzenais e realizar-se-ão em locais a fixar, «tendo sido referenciada a utilidade da realização das reuniões em sedes de órgãos autárquicos da cidade, de colectividades e instituições, no sentido de aproximação ainda mais concretizada aos problemas da cidade».

gerentes, e o Sport Lisboa e Benfica pelos «continuados êxitos da sua equipa de futebol na Taça dos Clubes Campeões Europeus em 87-88, desejando os melhores êxitos, para a final de 25 de Maio». A Câmara Alternativa agradeceu também à Junta de Freguesia de S. João a disponibilidade das instalações, saudando os órgãos autárquicos da freguesia e a sua população.

Estiveram presentes nesta reunião os vereadores

apoiantes da CDU na CML Anselmo Aníbal, Victor Costa, Rego Mendes e Victor Alves e mais os seguintes membros da Câmara Alternativa: Cunha Serra, Dulce Rebelo, João Camilo, Duarte Pimentel, Jaime Felvas, Silva Dias, Miranda Ferreira e João Correia, e ainda Mamede, do Gabinete de Apoio. No início da sessão foi ainda discutido e aprovado o Regimento sobre organização e funcionamento da Câmara Alternativa CDU para a cidade de Lisboa.



Se não há falta de água em Lisboa, há pelo menos falta de vergonha por parte do executivo da Câmara ao insistir em cobrar tarifas inconstitucionais aos consumidores de água da capital (na foto, Aqueduto das Águas Livres)

## Porto

# Debate sobre a Zona Histórica

A zona histórica do Porto foi tema para o debate promovido pela Coligação Democrática Unitária, no passado dia 28 de Abril, na Casa D. Hugo, no qual estiveram presentes Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu, Oliveira Dias, vereador da Câmara Municipal do Porto, Ricardo Figueiredo e Rui Sá, deputados Municipais e ainda Joaquim Nascimento, presidente da Junta de Freguesia de Miragaia. Na assistência predominavam os autarcas e representantes das colectividades e organizações populares das freguesias da denominada zona histórica — Sé, Miragaia, S. Nicolau, Vitória.

Durante a sessão foi apresentado o Projecto-Lei que o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Assembleia da República sobre «Recuperação e reconversão urbanística em zonas de interesse patrimonial histórico». Este projecto é feito segundo uma concepção inovadora, que se traduz pela consideração de que uma política de recuperação e de reconversão das zonas de interesse patrimonial histórico tem que passar pela fixação das suas populações. Esta concepção ba-

seia-se no facto de as áreas a recuperar se deverem manter como áreas vivas — sendo para tanto fundamental a presença das populações — e, por outro lado, por se considerar que estas zonas — nomeadamente em Lisboa e no Porto — albergam populações com uma cultura muito própria, que assegura a sua própria identidade.

Este princípio do projecto-lei recolheu o apoio da generalidade dos presentes, até porque vem ao encontro das suas aspirações e lutas contra a política da Câmara Municipal do Porto e do CRUARB — Comissariado para a Renovação da Área Urbana da Ribeira/Barredo —, que se traduz pela venda das casas após serem recuperadas. Esta política da Câmara está tão desfasada das reais condições das populações da zona histórica que, quando puseram à venda 7 habitações na Rua da Banharia, só apareceram dois candidatos, o que numa zona com as carências habitacionais que a freguesia da Sé tem é no mínimo aberrante.

Por outro lado, Joaquim Miranda foi convidado a pro-



Porto, zona histórica da Ribeira

nunciar-se sobre uma entrevista dada por Fernando Gomes, euro-deputado do PS, em que considerava demagógicas as tentativas de atribuição de subsídios do Par-

lamento Europeu para a recuperação do Centro Histórico do Porto (tal como já acontecera em relação a Alfama e Mouraria, em Lisboa). O camarada Joaquim Miran-

da considerou que as referidas afirmações não se baseiam em argumentos válidos e que estas se traduzem por um demissionismo dos deputados europeus em rela-

ção à sua função de defesa dos interesses dos portugueses. Anunciou ainda que os deputados comunistas portugueses iriam apresentar na próxima sessão do Parlamento Europeu uma proposta para atribuição de verbas para a recuperação da zona histórica.

No debate foram ainda analisadas as perspectivas que o Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto — que se encontra em discussão pública — abre para as zonas históricas. De salientar que o anterior Plano, que está ainda em vigor, previa que parte da zona histórica fosse arrasada para aí ser construído um enorme silo-auto. Felizmente que esta proposta não se concretizou.

Por último, interessa referir a proposta apresentada por um dos autarcas presentes, no sentido da criação de uma associação para a defesa da zona histórica do Porto, que tivesse por objectivos sensibilizar as populações e os órgãos competentes para a importância da salvaguarda do património e, ao mesmo tempo, tivesse uma intervenção decisiva na defesa dos interesses dos moradores destas zonas.

## Poder Local

## Melides e Carvalhal CDU confiante nas eleições intercalares

Na sequência da criação da nova freguesia do **Carvalhal** em Dezembro último, por decisão da Assembleia da República e proposta do PCP, vão realizar-se eleições intercalares, no próximo dia 15 de Maio, para a Assembleia de Freguesia de Melides, no concelho de Grândola. Trata-se de uma autarquia onde as forças políticas que hoje compõem a Coligação Democrática Unitária (CDU) sempre obtiveram a maioria dos votos, consolidando um prestígio que passa, em primeiro lugar, pela qualidade do trabalho realizado e a honestidade e a competência dos seus eleitos na condução da vida da freguesia. Espera-se, naturalmente, que neste próximo acto eleitoral os comunistas e seus aliados na CDU vejam confirmada a confiança das populações na sua gestão.

Esta nova freguesia — criada, como dissemos, por deliberação da Assembleia da República sob proposta do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português — veio dar satisfação a uma das mais antigas e justas aspirações da população da área da nova freguesia (Carvalhal).

Dado que o acto do dia 15 de Maio é de grande significado para o futuro da freguesia, é oportuno recordar a

posição assumida pelas outras forças políticas que também concorrem ao acto eleitoral. Assim, o PSD votou contra a criação da nova freguesia e o mesmo partido e o PS absteram-se na votação na Assembleia Municipal de Grândola.

A eleição que se vai realizar é para um mandato muito curto, dado que em 1989 se realizarão eleições gerais para as autarquias e, nessa altura, haverá novamente

eleições para a freguesia de Carvalhal. Apesar desse facto, os candidatos da Coligação Democrática Unitária (CDU) «comprometem-se a desenvolver todos os esforços para que a população da freguesia de Carvalhal sinta que algo mudou para melhor nas suas condições de vida», como se sublinha no Programa Eleitoral apresentado às populações por esta coligação.

E já que referimos o Programa Eleitoral apresentado pelos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia de Melides, esclareça-se que o seu lema é «**Continuar o Trabalho, Melhorar o Futuro**», sendo composto pelo que ainda falta cumprir no Programa Eleitoral apresentado em 1985 (visto que estas eleições são intercalares) e abrangendo as áreas da **Educação, Desporto, Cultura e Acção Social, Rede Viária, Equipamento Social, Comunicações, Urbanização e Urbanismo**.

Segundo ainda os concor-

rentes da CDU a estas eleições, «a dinâmica imprimida na actuação diária da Junta de Freguesia contribuiu decisivamente para que o leque de obras previsto no Programa Eleitoral apresentado à população em 1985 pela ex-APU se encontre bastante avançado e, certamente em 1989, o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia terá ultrapassado largamente o compromisso eleitoral assumido», o que permite à CDU encarar com optimismo e confiança este próximo acto eleitoral.

São os seguintes os candidatos da CDU à freguesia de Melides: **António dos Santos Pedro** (operário químico), **António Mateus Calinho Raposo** (electricista), **Adelino dos Santos** (comerciante), **Arménio Maria Luís** (carpinteiro), **Custódio Carlos Pereira** (operador de máquinas), **António Paulino Gonçalves** (servente), **Arlindo Chainho Nunes** (tomeiro mecânico), **António Chainho Matias Jacinto** (pescador), **Elias Gamito Pereira** (pequeno agricultor), **Vitor Manuel do Carmo Chainho** (resineiro), **Custódio Chainho** (pedreiro), **António Manuel do Rosário Mateus Luís** (serralheiro).

Quanto à freguesia do Carvalhal, os candidatos da CDU são:

Candidatos efectivos: **Guilomar Guerreiro Martins** — independente; **António Rocha** — PCP; **Justino Maria Fernandes Nunes** — independente; **Horácio António Bernardino** — PCP; **Naciolinda Pereira Matias Pombinho** — independente; **José da Conceição Godinho** — PCP; **Isabel de Jesus Felício Bispo Nunes** — independente. Candidatos suplentes: **Libério Luís Pereira** — PCP; **Deosália Pereira Martins** — independente; **António Pinela Parreira** — PCP.



Candidatos da CDU à nova freguesia de Carvalhal, junto às instalações provisórias da comissão instaladora. Guilomar Guerreiro Martins, a independente que encabeça a lista, é a segunda a contar da esquerda

## Água inquinada em Gaia Arcozelo — testemunho de situação dramática

Realizou-se no passado dia 23 de Abril, em Arcozelo/Vila Nova de Gaia, um colóquio promovido pela CDU destinado a debater o tema «Que qualidade de água tem Arcozelo? Que perigos para a saúde?» Este colóquio foi uma das iniciativas desencadeadas pela CDU, tomadas a partir do conhecimento da condenável política seguida, desde há muito, pelos principais responsáveis autárquicos do concelho e da freguesia de Arcozelo.

Se o desinteresse e o desleixo das anteriores Juntas de Freguesia, com culpas graves para o PSD — há oito anos integrando o executivo — estão na causa de uma situação alarmante, a política administrativa segui-

da, especialmente, pelo actual presidente da Câmara Municipal-PSD, conduzindo a estratégia dos Serviços Municipalizados pela óptica do negócio de água, originou um estado de coisas que se pode dizer de dramático. As condutas de água captada pelo município chegam já aos concelhos de Espinho e Feira, deixando sem água milhares de moradores de Arcozelo, em cuja área passa a conduta que a leva para Espinho!

De entre outras acções levadas a cabo pela CDU, contaram-se análises de água de várias áreas da freguesia e de seis escolas (primárias, preparatória e secundária) cujos resultados pro-

varam a afirmação de que uma grande parte do lençol de água de Arcozelo estaria inquinado.

No decorrer do colóquio foram analisadas em profundidade as causas, a natureza e os efeitos da situação calamitosa existente. Num conjunto de 2800 famílias residentes em Arcozelo, estão servidas de água potável 1356 (48,4%), ficando excluídas a maioria delas, ou seja, 1427 famílias. As nefastas consequências da utilização de água contaminada ou inquinada põem em perigo a saúde pública. Todas as análises demonstraram forte percentagem de nitratos e coliformes fecais, o que só por si justificam acções imediatas para, pelo menos, mi-

nimizar tal situação. Situação mais grave ainda quando se verifica que a água das escolas é imprópria para consumo.

Intervieram no colóquio, para além de especialistas convidados e eleitos da CDU na Câmara e na Assembleia de Freguesia de Arcozelo, representantes das escolas, comissões de pais e moradores. Pela voz da CDU foram assim defendidas medidas de concretização imediata ou a curto prazo, que, executadas, influenciarão fortemente na defesa da saúde pública numa freguesia que é testemunho de uma situação dramática de que são principais responsáveis os autarcas do PSD.

## Praça da Liberdade Hipermercado

Por vezes acusam os comunistas de demasiada intransigência e fortes ligações a conceitos ultrapassados. Portadores de ideias velhas, dizem, estão sempre contra tudo e contra todos.

Esta gente está, contudo, enganada. O que não nos deixamos é comer por lorpas.

Vem isto a propósito do anúncio que o presidente da Câmara de Gaia (PSD) fez de que a SONAE tencionava instalar um «Hipermercado Continente» no concelho. Como sempre faz quando pelas suas mãos surgem as grandes negociatas, o projecto «Continente» era, dizia, não um acto político, mas antes um caso de grande interesse para o concelho. Os vereadores da CDU não se pronunciaram contra um possível «Continente» em Gaia, mas quiseram ver em que termos. Que descobriram?

Que se propunha que a Câmara suportasse os encargos com o nó rodoviário que ligaria os terrenos do empreendimento à auto-estrada do Norte; que a Câmara ficaria responsável pelo realojamento dos habitantes da área do empreendimento, tudo isto com custos na ordem dos muitos milhares de contos.

Por conseguinte, o PSD propunha que se utilizassem verbas da Câmara na cobertura de despesas da responsabilidade de uma empresa privada, prejudicando deste modo a população gaiese em largos milhares de contos, ainda por cima num concelho onde só 7 por cento dela é abrangida por saneamento e a água canalizada ainda não chegou à maioria das freguesias.

É claro que os vereadores da CDU disseram que não aprovariam tal «negócio». «Hipermercado Continente» em Gaia sim, mas «quem quiser infra-estruturas paga-as», como todos fazem. Ou não será assim para a SONAE?

O executivo da Câmara acabou por estar de acordo com o Hipermercado mas, por imposição dos vereadores da CDU, com as infra-estruturas a expensas da SONAE, como é de lei.

Por aqui se vê também por que razão a actual composição dos executivos das câmaras serve melhor os interesses dos munícipes. Não fosse assim e o PSD em Gaia, à custa de todos nós, teria metido nos bolsos do sr. Belmiro de Azevedo e companhia milhares e milhares de contos.

Quando alguns falam, por vezes de boa-fé, na necessidade de executivos homogéneos para as autarquias, há que ter em conta estes e outros exemplos e perguntar: para quê? Para não haver confronto de ideias e de opiniões? Para as decidir «mais à vontade»?

O PSD em Gaia, e mais alguns, dizem que é para melhor se avançar no progresso. Estamos vendo. No progresso... da SONAE.

■ Manuel Russo

## AECOD — Castelo Branco

### 1250 contos distribuídos desde Janeiro

Associando-se às comemorações do 25 de Abril, a delegação do Distrito de Castelo Branco da PL-AECOD entregou à Junta de Freguesia de Capinha (Fundão), na Festa Popular comemorativa do 14.º Aniversário do início da Revolução de Abril, um cheque de 250 contos para a compra de um Parque Infantil.

Desde Janeiro passado, a PL-AECOD distribuiu já 1250 contos no distrito de Castelo Branco, sendo 1000 para Parques Infantís nas freguesias de Aldeia de Carvalho,

Aldeia de S. Francisco de Assis e Tortosendo (lugar do Casal da Serra), todas no concelho da Covilhã, e Capinha no concelho do Fundão e distribuiu ainda 250 contos ao Rancho da Boidobra para a compra de uma acordeão.

Através da PL-AECOD, os comunistas e seus aliados eleitos nas autarquias vêm comprovando o firme propósito de não retirarem benefícios materiais dos cargos para que são eleitos e o princípio que os norteia de apenas servirem as populações que os elegem.



Nacional

Notas da SIP

# Sobre a recuperação de imóveis arrendados

1. O Governo tem vindo a conduzir uma intensa e dispendiosa campanha de propaganda em torno do RE-CRIA — Regime Especial de Participação de Imóveis Arrendados — subordinada ao tema «Portugal não pode cair».

A necessidade de fazer face à degradação de parte importante do parque habitacional é indiscutível. Em face das dificuldades financeiras de muitos proprietários e utentes de habitações, impõe-se o apoio por parte da administração central em muitas situações, sob pena de não poderem ser feitas as obras de recuperação de imóveis.

Existe, porém, uma total desproporção entre a campanha publicitária e os meios administrativos e financeiros que o Governo mobilizou para a recuperação de habitações.

2. Com efeito, a verba anunciada para a comparticipação de obras de recuperação de imóveis arrendados por parte da administração central é irrisória em face das necessidades (apenas 500 mil contos em 1988) e de concretização mesmo assim incerta. Mais grave ainda é o facto de, em violação da Constituição, da Lei das Finanças Locais e da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, o Governo pretender obrigar as autarquias a comparticipar as obras de recuperação, sem transferir as verbas necessárias, quer para fazer face às comparticipações, quer para as despesas inerentes à criação de serviços que permitam fazer face às necessidades de administração do programa.

O Governo pretende, assim, uma vez mais, inculcar na opinião pública a ideia de

que está a enfrentar problemas do País, quando, na realidade, se limita a campanhas de demagogia, tentando que sejam as autarquias a assumir encargos sem contrapartidas e a suportar o odioso decorrente do previsível fracasso de medidas que será da exclusiva responsabilidade do Governo.

3. A situação é tanto mais grave para os municípios quanto a RE-CRIA surge numa situação em que o Governo PSD impôs um sério corte de verbas às autarquias, quer directamente, quer imputando encargos noutros domínios, especialmente na área do ensino.

4. A inadmissível actualização do Governo face ao RE-CRIA insere-se numa orientação de demissão das responsabilidades do Estado na promoção de habitação social, no regresso ao sistema

de comparticipações arbitrárias da administração central em actividades das autarquias abolido depois do 25 de Abril e que o Governo tem vindo progressivamente a restaurar na área da habitação e noutras, e numa política geral de liquidação da intervenção do Estado-administração central na satisfação das necessidades de camadas mais desfavorecidas, imputando esses encargos aos municípios ao mesmo tempo que não só não reforça como limita aos seus meios financeiros.

Contra a demagogia e a ineficácia do Governo, o PCP prosseguirá a luta contra a ofensiva antiautárquica, pelos direitos das populações e por uma política democrática de habitação, conforme com os princípios estabelecidos na Constituição da República.

27.4.88

No ano do 20.º aniversário

## MDM marca 3.º Congresso para Outubro

O 3.º Congresso Nacional do Movimento Democrático de Mulheres foi convocado para os dias 29 e 30 de Outubro, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Na reunião do Conselho Nacional do MDM onde foi tomada esta decisão ficaram ainda marcadas várias iniciativas de preparação do Congresso e integradas nas comemorações do 20.º aniversário do Movimento, criado em 1968.

Na última sexta-feira de cada mês, na sede central do MDM, realizar-se-ão debates sobre questões que preocupam as mulheres e o seu movimento. De 13 a 15 de Maio, no Palácio das Galveias, é apresentada uma exposição fotográfica e documental sobre os 20 anos do MDM. Em Junho reúne em Aveiro um tribunal de opinião sobre os problemas do trabalho infantil e do insucesso escolar; nos dias 10, 11 e 12 desse mês realiza-se no parque de campismo de Alpiarça, um acampamento que tem por lema «A mulher e o ambiente». Em Setembro

efectua-se um encontro sobre o contributo das mulheres do distrito de Setúbal para a luta das mulheres. Para Outubro está previsto um ciclo de cinema sobre problemática feminina. O MDM dinamiza ainda uma campanha nacional de recolha de fundos para um monumento nacional a Maria Lamas.

Organizações regionais irão debater algumas questões mais específicas: as mulheres corticeiras, a mulher e o ambiente e qualidade de vida, o poder local e as mulheres, a mulher e o consumo, a mulher e o trabalho, a saúde da mulher e da criança.

O MDM vai promover a distribuição em todo o país de um folheto sobre o 3.º Congresso e os 20 anos do Movimento, destacando o trabalho para a reunião magna de Outubro como «um profundo debate de ideias e da problemática feminina que preocupam as mulheres do nosso tempo na caminhada do desenvolvimento, da paz e da democracia».

## Otelo e o PCP

A SIP do PCP divulgou à imprensa um comentário a declarações atribuídas a Otelo Saraiva de Carvalho, cujo texto publicamos a seguir:

Tendo tomado conhecimento de declarações que, segundo *telex* da Lusa, o ten.-cor. Otelo Saraiva de Carvalho prestou à revista espanhola «Cambio 16» em que acusa o PCP e os comunistas de serem «os verdadeiros instigadores» do

seu «processo e julgamento», a SIP do PCP apenas considera necessário salientar:

1.

O PCP lamenta profundamente que o ten.-cor. Otelo Saraiva de Carvalho, a exemplo do que tantas vezes aconteceu no passado, continue, segundo declarações que «Cambio 16» lhe atribui, a mentir deliberadamente

nas suas afirmações e acusações contra o PCP;

2.

Como é óbvio, o PCP é completamente alheio às investigações policiais, aos processos judiciais e ao julgamento que envolveram Otelo Saraiva de Carvalho;

3.

O respeito humano, em geral, e o respeito que, diver-

gências políticas e ideológicas à parte, é devido à contribuição de Otelo Saraiva de Carvalho para o acto libertador do 25 de Abril conduzem o PCP a não produzir sobre as graves e caluniosas declarações atribuídas a Otelo Saraiva de Carvalho o comentário que, em condições normais, certamente se justificaria.

28.4.88



A 15 de Maio Humberto Delgado visitou a Casa do Gaiato. Nesse dia o general fez 52 anos

## URAP recorda «eleições» de 1958

A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses vai realizar um conjunto de iniciativas assinalando a passagem de 30 anos sobre as eleições presidenciais de 1958.

De entre essas iniciativas, foi já anunciada pelo conselho directivo da URAP a realização de dois colóquios subordinados ao tema «Eleições presidenciais de 1958 — marco histórico».

O primeiro está marcado para terça-feira, 10 de Maio, na Casa da Imprensa, a partir das 21 horas, e nele intervirão Artur Andrade, Fernando Pereira Santos, Mário Neves e Pedro Ramos de Almeida.

Dia 18 de Maio realiza-se o segundo colóquio, na Casa do Alentejo, também com início às 21 horas, e terá a participação de Artur Cunha Leal, Aquilino Ribeiro Machado, Rui Cabeçadas e Sérgio Ribeiro.

A URAP atribui às datas escolhidas para a realização destes colóquios um valor simbólico de efeméride: 10 de Maio foi o dia em que Humberto Delgado declarou no café «Chave de Ouro», a propósito de Salazar, que «obviamente, demito-o»; a 18 de Maio teve lugar uma sessão com Humberto Delgado no liceu Camões, a qual terminou com uma grande manifestação que se prolongou até de madrugada e que foi brutalmente reprimida, registando-se muitos feridos e mesmo mortos.

Na conferência de imprensa que deu no dia 20 de Abril a URAP e a comissão executiva da homenagem nacional ao general Humberto Delgado recordaram os 28 dias da campanha eleitoral de 1958, como referimos no último número do «Avante!».



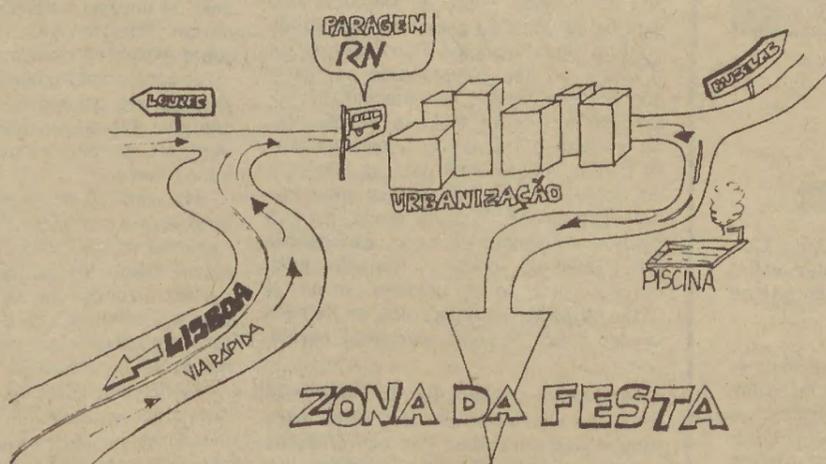
## «Especialistas» avançam para o terreno

Depois daquela jornada simbólica no domingo chuvoso que foi 17 de Abril, vai começar já neste fim-de-semana o trabalho mais no duro e que exige, sobretudo, uma especialização dos camaradas que decidam dar o seu contributo.

Hoje e amanhã, por exemplo, vai-se avançar para a limpeza da mata. Naturalmente que a parte maior das tarefas terá que ser feita por camaradas das zonas rurais, habituados a lidar com moto-serras, machadinhas afiadas e outras ferramentas do género. Brevemente será a vez dos montadores de andaimes, dos carpinteiros, dos pedreiros.

Assim, quem quiser dar uma mãozinha, já sabe: é ir até aos terrenos da antiga Quinta do Infantado, levar, se possível, ferramenta e levar também farnel, uma vez que ainda não é possível fornecer refeições no local.

Para melhor mostrar os caminhos que levam à zona da Festa publicamos mais um «boneco». Pelo sim, pelo não, o melhor é mesmo ir já pensando em ensaiar o percurso um dia destes.



## Internacional

## De Bruxelas ao Funchal

# A luta pela Paz como «ameaça»

A última sessão da Conferência Internacional do Atlântico, nestes dias realizada no Funchal, teve como tema de debate a «necessidade» de uma contra-ofensiva europeia face «às novas ameaças às democracias ocidentais», nomeadamente «o pacifismo e o neutralismo». Os termos são estes. E falam por si. Do que a NATO, e em geral os governos dos países capitalistas da Europa da CEE, entendem por ameaças. Do que veio a lume do que nesta Conferência foi dito, tudo aponta na mesma direcção: a ameaça vem de Moscovo, a ameaça é a própria ideia, e mais ainda o movimento de massas, pela paz. Subjacentes a estas concepções de «ameaça», uma concepção de democracia que vale a pena reter: a «democracia ocidental» que se pretende apresentar como modelo, tem bem estreitos limites — o dos interesses e opções delineadas em Bruxelas.

Como veremos, também pelo que foi claramente afirmado no Funchal. Mas não só.

Mas vamos aos factos. Alguns factos, apenas.

• Robert Henderson, director do Instituto republicano para as relações internacionais (EUA), alertou: «Se Gorbachov tiver êxito junto da opinião pública vai tentar fazer com que alguns partidos, inclusive os que não têm simpatias pelo regime soviético, se sintam atraídos pelas suas propostas em matérias como o desarmamento (...) Os governos ocidentais devem evitar estar numa posição demasiado positiva em relação ao desafio soviético». Um desafio que é de avançar para um mundo desnuclearizado até ao ano 2000!

• João Jardim tem o cuidado de chamar a atenção para um outro facto — é que a URSS continua a ser um país socialista! Para concluir que neste contexto as propostas de desarmamento acabariam por se identificar a renovadas ameaças...

Concretamente, e referindo-se à União Soviética, o presidente do governo regional da Madeira diz que «seria ridículo que o ocidente não procurasse com rigor o cerne da questão que é a continuação do regime» (pelos vistos o seu entendimento de paz passaria pelo recuo geral da humanidade para o quadro do capitalismo!). E acrescenta: «Seria levandade pensar que alguém chegou a secretário-geral do PCUS se não se tratar de um marxista-leninista

solidamente ortodoxo, como é levandade o superficialismo diante da primeira e qualquer proposta de desarmamento que apareça e que, da parte dos soviéticos, explora bem o desleixo das últimas décadas na Europa Ocidental».

• Freitas do Amaral foi particularmente concreto. Apelou aos participantes para que reflectissem sobre «dois factos graves», deste ano: a recusa da RFA — na sequência do tratado soviético-americano sobre eliminação de mísseis de médio e mais curto alcance — de uma modernização das armas tácticas, e a queda do governo dinamarquês, na sequência de uma moção aprovada no Parlamento que proíbe a entrada em território dinamarquês de armas nucleares.

Factos que nas palavras de Freitas «reforçam a convicção de largas camadas da opinião pública oficial americana de que a Europa precisa de uma lição!»

Aqui se entrecruzam diversas concepções abertamente antidemocráticas, a todos os níveis.

Em relação à RFA põe-se em causa posições políticas (aliás muito variáveis, dado o carácter do governo de Kohl) filiadas no peso de um movimento de massas e de uma opinião pública (que quer dizer popular e não «oficial») que esmagadoramente apoia



Participantes na «Marcha da paz e desarmamento nuclear» soviético-americana, de passagem por uma cidade soviética

passos rumo ao desarmamento.

No que respeita à Dinamarca põe-se em causa mesmo o direito de um parlamento eleito nos mais clássicos moldes das democracias representativas ocidentais, implementarem medidas que estejam em desacordo com as pretensões da NATO.

Quanto à «lição» que os EUA se dispõem a dar à Europa, está-se a pôr em causa o direito de definição independente, da política externa de cada Estado, contrapondo-lhe o escandaloso «direito» dos EUA se ingerirem quando e onde as políticas avançadas não sejam favoráveis, por exemplo, à promoção dos lucros do seu complexo militar-industrial.

### Das palavras aos factos

O que foi dito no Funchal não são meras conside-

rações verbais, bem arreadas embora das realidades de hoje, diga-se de passagem, ou seja, reflectindo toda a plêiada de ultrapassadas teorias de quem bem se esforça de impedir o movimento (anti-suicida) de desarmamento.

Todas estas considerações têm por trás uma prática política belicista e antidemocrática.

Retenhamos o exemplo da Dinamarca.

Reunidos há dias em Bruxelas, os ministros da Defesa dos países da NATO manifestaram a sua «inquietação» com a decisão do Parlamento dinamarquês de impedir o estacionamento e passagem de armas nucleares no país.

Em vésperas de eleições gerais na Dinamarca, a NATO atreve-se a avançar indirectas — mas claras — formas de ingerência na vida interna do país.

Lord Carrington, secretário-geral cessante da NATO, declara que a atitude do Par-

lamento dinamarquês terá «graves consequências» para a Aliança Atlântica, enquanto responsáveis da Defesa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha afirmam que os seus países não revelam jamais a um governo estrangeiro a natureza das armas que transportam nos seus navios ou aviões. Assim, preto no branco, afirmação que importa bem retermos, quando o nosso país é rotineiramente frequentado por navios e aviões militares dos EUA.

Note-se ainda que as sondagens indicam que a grande maioria dos dinamarqueses, e em geral dos povos da Escandinávia, manifestam uma opinião firmemente contra a presença das armas nucleares no território dos seus países. O que naturalmente para Freitas, para Cavaco, como para a NATO enquanto organização, é de somenos importância.

Democracia ma non troppo!



Crianças afegãs — um futuro de paz é hoje uma perspectiva mais próxima

## Afeganistão

### Em causa os acordos de Genebra

Em fins de Abril, ou seja, logo a seguir aos acordos de Genebra, os Estados Unidos montaram uma «ponte aérea» com destino ao Paquistão, para reabastecer em material de guerra os contra-revolucionários afegãos.

Trata-se de uma notícia da «Associated Press», que informa ainda que Washington está a enviar grandes quantidades de armamento aos bandos afegãos, através do

Paquistão, como «contrapartida pelas armas e munições destruídas no arsenal que recentemente explodiu nos arredores da capital paquistanesa»!

Nestes mesmos dias, em declaração divulgada em Moscovo, o governo soviético manifestou a sua preocupação pelas declarações de «alguns políticos e estadistas» contrárias ao «espírito e à letra dos acordos de Genebra» e propôs que o vice-se-

cretário da ONU, Diego Cordovez, sirva de mediador entre as diversas partes afegãs.

Na declaração contrapõe-se as pretensões da «aliança dos sete» de prosseguir a guerra, com os compromissos assumidos pelo governo de Islamabad, de não permitir a presença no seu território de grupos armados visando promover actividades contra o governo afegão.

## No rumo da cimeira de Moscovo

«Não encontramos por enquanto a chave para a resolução dos problemas existentes (...) mas compreendemos melhor qual deve ser essa chave». É o comentário de Eduard Chevardnadze, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, no final das conversações com Shultz, na sua última deslocação a Moscovo, em fins de Abril.

E os problemas existentes estão longe de se circunscrever aos muitos parêntesis de carácter técnico, que as delegações de ambos os países têm por missão sucessivamente levantar, em Genebra.

Trata-se em grande medida — e aqui nos reportamos à opinião expressa em Lisboa por Karpov, chefe do Departamento para os assuntos do desarmamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS — do não cumprimento por parte dos Estados Unidos do entendimento alcançado durante a Cimeira de Washington, de respeitar o Tratado de Defesa Antimísil (DAM), fundamental para se chegar a um acordo sobre a redução dos armamentos estratégicos. Trata-se ainda, no que respeita a questões de fundo, da limitação dos mísseis de «cruzeiro» baseados tanto no mar como no ar, domínio em que a União Soviética considera que os Estados Unidos visam alcançar vantagens unilaterais.

Entretanto em Moscovo, Chevardnadze disse ter sido possível criar «uma base para o avanço prático nas conversações sobre os problemas cruciais ligados aos armamentos estratégicos ofensivos».

Nos termos do comunicado conjunto agora assinado em Moscovo por soviéticos

e norte-americanos, sobre as conversações realizadas, com o objectivo de desenvolver o diálogo entre os dois países e preparar a cimeira de 29 de Maio, registaram-se progressos nas negociações sobre o tratado DAM.

Outro tema abordado nas conversações foi a possibilidade de futuros encontros sobre as Forças Armadas e armamentos convencionais na Europa, sendo que entretanto os Estados Unidos rejeitaram a proposta soviética sobre troca de dados neste domínio.

Foram acordadas algumas medidas parcelares apontando para uma futura proibição de ensaios nucleares; a realização de uma experiência conjunta de controlo de ensaios nucleares e a elaboração de um protocolo anexo ao tratado de 76 sobre explosões nucleares pacíficas.

O comunicado refere ainda o exame da situação nas conversações sobre a proibição total das armas químicas, os conflitos regionais, as relações bilaterais e os direitos do homem.

No encontro do secretário norte-americano Shultz com Gorbachov, o secretário-geral do PCUS fez um balanço global do actual estado das relações soviético-americanas, dizendo que «não desejaríamos chegar à conclusão de que exagerámos ao avaliar positivamente o recente desenvolvimento dessas relações».

Gorbachov sublinhou em particular que sem uma «atitude ampla» para com o mundo contemporâneo e sem o «respeito pela livre opção de cada povo», a solução dos problemas concretos não sairá do impasse e não haverá «interacção válida» entre os dois países.

## Internacional

## África Austral

# Conversações de Londres podem contribuir para a paz

Rodeadas do maior sigilo, decorreram em Londres nos passados dias 3 e 4 conversações sobre a situação na África Austral, cujo principal mérito parece ter sido o de juntar à mesma mesa representantes de Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos.

No centro dos debates, as questões que de há muito estão na origem dos conflitos armados que afectam a região: a independência da Namíbia, o fim da agressão sul-africana à República Popular de Angola, o apoio da África do Sul à Unita e a retirada das tropas cubanas de Angola.

As múltiplas iniciativas diplomáticas que antecederam o encontro de Londres, em encontros separados entre as partes, se permitiram uma definição bastante precisa das respectivas posições, nem por isso fizeram avançar as conversações à desejável plataforma de entendimento para a resolução pacífica dos problemas em causa.

A prova disso está na continuada agressão sul-africana ao sul de Angola, onde os combates têm vindo a aumentar de intensidade, configurando cada vez mais uma guerra clássica.

Na opinião generalizada dos comentadores políticos, a África do Sul pretenderia, com a sua agressão e ocupação do território angolano, chegar a conversações conjuntas numa posição de força que lhe permitisse ditar condições para um acordo de paz. Acontece, no entanto, que quer no domínio político quer no domínio militar os objectivos das autoridades de Pretória foram derrotados.

A notória «queda» da Unita, internacionalmente desacreditada como eventual força alternativa às autoridades angolanas pela sua subalternização à África do Sul —

que no momento de passar dos ataques de guerrilha à efectiva implantação no terreno não hesitou em assumir o seu verdadeiro papel de motor da agressão a Angola — levou ao afastamento do grupelho de Jonas Savimbi de qualquer solução negociada.

Por outro lado, no domínio militar, a África do Sul não conseguiu furar a linha do Cuito-Cuanavale, ponto estratégico vital da táctica sul-africana para o domínio da mais importante via de comunicações e abastecimentos angolanos.

Simultaneamente, a África do Sul viu reduzir-se, pelo menos em termos públicos, o apoio norte-americano, um firme sustentáculo da Unita, que os próprios sul-africanos ajudaram a desmascarar como seus «fantoques» e portanto sem qualquer legitimidade para aparecer como interlocutores válidos.

Não é assim de estranhar que a África do Sul tenha chegado às conversações de Londres numa posição substancialmente diferente da que desejava; nem tão pouco que se desse ao trabalho de tentar retirar importância à iniciativa.

É assim que o jornal sul-africano pró-governamental



Parada da Unita na Jamba, no sudeste de Angola. As armas são fornecidas pela África do Sul com o apoio de Reagan

«The Citizen», por exemplo, afirmava nas vésperas da reunião de Londres: **A primeira coisa que temos de perceber é que as conversações de terça-feira em Londres entre Angola, África do Sul, Estados Unidos e Cuba são conversações sobre conversações. Por outras palavras, não serão tomadas decisões substanciais.**

Muito claro.

## Um passo importante

No entanto, é de esperar que Afonso Van Dunen, ministro das Relações Exteriores de Angola, Jorge Ris-

quet, membro do Bureau Político do Partido Comunista de Cuba, Chester Crocker, secretário de Estado dos EUA, e Neil Van Heerden, responsável do departamento dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, não se tenham limitado a beber chá na Grã-Bretanha.

A delegação angolana, que integrava ainda o vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, o vice-ministro da Defesa e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, José França dos Santos e o secretário da presidência para a Segurança e Defesa, José Maria, levou para a mesa das conversações a proposta angolana de solução global do conflito na África Austral. O que significa a aplicação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia, o termo das agressões a Angola e a retirada das tropas sul-

-africanas do território angolano, bem como garantias de segurança para Angola, condições essenciais para a retirada das tropas cubanas daquele país.

Como é evidente, nada disto será linear e de fácil aplicação. Mas o simples facto da África do Sul ter sido forçada a sentar-se à mesa das conversações constitui por si só um dado positivo e um passo importante para a paz na África Austral.

Os EUA, cuja diplomacia tem vindo a averbar fracassos no Médio Oriente, não desdenhariam de conseguir em África uma solução política que prestigiasse o seu papel de intermediário, permitindo pôr cobro a uma guerra que se arrasta há mais de doze anos. Sobre tudo depois dos acordos alcançados no Afeganistão que, à custa de tanto ser equiparado a Angola, deixa a administração Reagan a braços com a difícil tarefa de lhe encontrar uma solução pelo menos tão aceitável como aquela. Pelo que não lhes resta outra alternativa do que pressionar os seus aliados sul-africanos a encarar seriamente as conversações para a paz na África Austral.

## MPLA/PT saúda PCP

O Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho enviou recentemente ao Comité Central do PCP, por ocasião do 67.º aniversário da sua fundação, uma saudação na qual se realçam, entre outros ajustes, as excelentes relações de amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos. O texto dirigido aos comunistas portugueses diz o seguinte:

O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do Partido Comunista Português e, por seu intermédio, os militantes e o Povo Português, pela celebração do 67.º aniversário da sua fundação.

Com a fundação do Partido Comunista Português, as massas trabalhadoras portuguesas muniram-se de um instrumento forte, consequente e determinado em defender e materializar as justas aspirações das camadas mais exploradas e em libertá-las do jugo da ditadura e do fascismo derrubado a 25 de Abril de 1974, como consequência da luta comum das forças progressistas e democráticas portuguesas e do Movimento de Libertação das então colónias portuguesas em África.

As excelentes e invariáveis relações bilaterais que unem os nossos dois Partidos remontam ao passado

histórico, quando o nosso povo levava a cabo a árdua luta de libertação contra o colonialismo português e constituem hoje o substrato seguro da cooperação frutuosa e multifacética entre as nossas organizações partidárias.

Nesta data de transcendente importância para a vida do vosso Partido, o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho congratula-se com a acção titânica que o Partido Comunista Português vem empreendendo desde 21 de Março de 1921, em prol da materialização dos supremos anseios das massas trabalhadoras portuguesas, a saber: a paz, o bem-estar e o progresso social.

O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, reitera ao Comité Central do Partido Comunista Português o seu firme e inabalável desejo de ver aprofundadas cada vez mais, a amizade, a solidariedade e a cooperação que unem os dois Partidos e augura votos de sucesso aos esforços que empreende, em prol da consolidação das conquistas já alcançadas.

Alta e Fraternal Consideração.

O Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho

## França

## Em véspera da 2.ª volta

«Uma coisa é certa: seja qual for a situação a 9 de Maio, as necessidades do povo e do país serão sempre igualmente gritantes e os comunistas não baixarão os braços. Pelo contrário a hora é do redobrar de esforços para desenvolver plenamente a nossa estratégia e unir os franceses na sua diversidade, para se defender e para mudar» — é o comentário inserido em editorial do «L'Humanité», órgão central do PCF, no dia seguinte à divulgação dos resultados da primeira volta para as presidenciais.

Na segunda volta, já no próximo domingo, dificilmente se irão registar surpresas. Todos os factos apontam para a eleição de Mitterrand. Por razões diferenciadas, e por vezes mesmo opostas, nele se irão concentrar votos de diferentes sectores da população.

Numa perspectiva de recusa de um novo agravamento da política antipopular, seguida pelo actual primeiro-ministro Chirac, vão concentrar-se em Mitterrand, uma vez mais, os votos de 40% dos desempregados, 36% das mulheres, 40% dos operários, 43% dos empregados, ou seja, os mesmos votos da primeira volta (de acordo com números divulgados na imprensa francesa).

Também numa perspectiva de barrar caminho à direita assumida, o PCF deu indicação de voto para que os seus militantes votassem Mitterrand.

Para o patronato, a questão não se coloca como problema. E. S. Browning, chefe do escritório em Paris do «Wall Street Journal Europe», escreve nas colunas de «La Tribune de l'Économie»: «François Mitterrand parece

ser neste momento difícil de bater — o que não deve nem surpreender nem preocupar as gentes em Washington e Nova York».

Nas páginas de «Le Monde» sublinha-se que Mitterrand vai ter «necessidade de uma fracção do eleitorado de Le Pen e de Barre». Um facto que não irá certamente incomodar o presidente socialista, que em Fevereiro de 84 dirigia uma carta ao dirigente fascista Le Pen, em que nomeadamente dizia: «porque é meu dever, lembrarei a todos e em todas as circunstâncias, como já o fiz, a necessidade de reconhecer os direitos de cada organização política, nomeadamente o seu direito de expressão e de representação».

Do preço destes votos, se verá! Há dias comentava-se nas páginas do «Libération»: «Mitterrand está em posição de ganhar. Mas com a importância do «score» Le Pen, é dizer pouco que isso terá um elevado preço».

«Le Pen construiu a sua campanha sobre a desilusão que existe neste país», sublinhava Marchais, secretário-geral do PCF, logo após a divulgação dos resultados eleitorais. Um descontentamento cuja expressão neste momento não vai ajudar a resolver os problemas que o geraram, muito pelo contrário.

Para os comunistas franceses, a perspectiva é de luta.

Nas palavras de Gisèle Moreau, «todos os problemas se mantêm. Há a luta contra a crise, a luta contra Le Pen porque é um fenómeno que nos inquieta muito (...) Há a luta por reivindicações como o salário mínimo a 6 mil francos, o dinheiro das armas para as escolas, para a resolução das questões sociais. Em síntese, somos combatentes, continuaremos a lutar, a defender as pessoas e a batemo-nos para que a vida seja melhor».

## Internacional

# EUA boicotam plano de paz na América Central

A decisão norte-americana de prestar «ajuda humanitária» aos «contras» nicaraguenses através da Agência de Desenvolvimento Internacional (AID), foi energicamente condenada pelo secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Baena Soares.

Em carta enviada ao secretário de Estado George Shultz, Baena Soares afirma que a decisão da administração Reagan «contradiz o plano de regularização pacífica da situação na América Central», acordado pelos presidentes centro-americanos em Esquipulas, bem como os próprios acordos alcançados em Sapoa entre sandinistas e «contras».

**Como membro da comissão para o controlo e verificação do cumprimento dos acordos de paz** — diz Baena Soares na sua mensagem a Shultz — não posso assumir a responsabilidade de apoiar um actuação que contradiz os objectivos e as tarefas formuladas no plano de regularização pacífica da situação na América Central.

Entretanto, em Nova Iorque, a missão permanente da Nicarágua nas Nações

Unidas enviou uma mensagem ao secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, acusando os EUA de continuarem a utilizar o território dos países vizinhos da Nicarágua para ataques terroristas a este país, condenando também a dita «ajuda humanitária» como contrária aos acordos da Guatemala.

O empenhamento norte-americano em boicotar os planos de paz, testemunhado pela ajuda aos «contras», foi

reforçado no início da semana passada com a decisão do presidente Reagan em prorrogar por mais um ano o embargo comercial contra a Nicarágua, decretado pela primeira vez em Maio de 1985.

Numa declaração divulgada a partir da Casa Branca, Reagan considera que «a actividade e a política do governo nicaraguense continua a ameaçar gravemente a segurança nacional dos Estados Unidos».

O presidente norte-americano defende também a necessidade de continuar a pressionar economicamente as autoridades sandinistas de forma a assegurar um apoio eficaz dos EUA à «oposição democrática na Nicarágua», expressão utilizada por Washington para referir os anti-sandinistas.

Objectivamente, estas manobras visam impedir o desenvolvimento das conver-

sações em curso entre os governantes nicaraguenses e os «contras», sobre o cessar-fogo, em conformidade com os acordos de paz assinados em 23 de Março em Sapoa.

Recorda-se que no final da semana passada estava prevista uma nova ronda de conversações, em Manágua, tendo como base um plano concreto apresentado pelas autoridades nicaraguenses. De acordo com esse plano, propunha-se a concentração por etapas das formações armadas dos «contras» em sete zonas de cessar-fogo. O debate não chegou a realizar-se em anterior encontro por divergências na direcção da chamada «resistência nicaraguense».

Divergências a que não são de modo nenhum estranhas as manobras norte-americanas. Basta dizer que nas vésperas deste reinício das conversações chegou a Miami — quartel-geral das chefias dos «contras» — o adjunto do secretário de Estado para os assuntos interamericanos, Elliot Abrams, para dar as últimas instruções à delegação que se deslocava para Manágua.

## As contradições

Apesar das recentes declarações do presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, que disse estar confiante em que os dirigentes dos «contras» assumirão nestas conversações uma posição responsável e construtiva, torna-se cada vez mais evidente que não haverá paz na América Central sem uma alteração radical da política norte-americana para a região.

E os EUA não estão dispostos a tal alteração. Ainda recentemente a imprensa da Costa Rica denunciava a chegada àquele país de 460

sapadores do exército dos EUA e o plano em curso para criar uma alternativa para a mobilização das suas tropas estacionadas no Canal do Panamá, através da costa atlântica, após terem preparado uma via de comunicações adequada pela costa pacífica do país. Segundo aquelas informações, tais planos seguem a par com o reforço da presença militar no Panamá, designadamente com a criação de novas instalações militares, que incluem uma «força de intervenção rápida» na província de Bocas del Toro, situada na fronteira com a Costa Rica.

Como disse a propósito o ex-ministro da Segurança Pública, José Echeverría Brealey, «o que se pretende é que os costa-riquenhos se habituem à presença física dos homens do exército dos Estados Unidos».

Se se tiver presente que o plano de paz para a América Central foi proposto pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias, e que um dos seus pontos principais é a liquidação das bases militares estrangeiras na América Central, fica-se com a noção das grandes contradições existentes em todo este processo. E também das fortes armas de pressão que os EUA dispõem para forçar os países da região a submeter-se à sua política.

As negociações de Manágua só podem ser encaradas com moderado optimismo. Enquanto as Honduras continuarem a ser uma gigantesca base militar norte-americana; enquanto El Salvador continuar a ser gerido a partir de Washington; enquanto a Costa Rica for permeável às pressões norte-americanas, só para citar os casos mais flagrantes, enquanto tal continuar, então a paz não terá lugar na América Central.



Num campo a 250 quilómetros de Manágua, os «contras» continuam a treinar-se para a guerra com equipamento fornecido pelos EUA

## AID — uma forma de ingerência

A Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), organismo dos Estados Unidos através do qual a administração Reagan canaliza a sua pretensa «ajuda humanitária» aos «contras» da Nicarágua, é um dos típicos exemplos dos meios utilizados pela Casa Branca para a ingerência em países estrangeiros.

O ano passado foi particularmente rico em denúncias do papel atribuído à AID, cujas estreitas ligações à CIA não são já segredo para ninguém.

Nas Honduras e no Haiti, por exemplo, a sua importância foi considerada decisiva em matéria económica, com as inevitáveis repercussões políticas. Lembremos que, no primeiro caso, milhares de camponeses e pequenos proprietários de plantações de café, nas regiões fronteiriças com a Nicarágua, vieram a público exigir à referida agência contrapartidas por terem sido despojados das suas terras — com a connivência das autoridades de Tegucigalpa — pelos «contras», armados e financiados pela CIA.

No Haiti, onde o número de funcionários da AID é estima-

do em várias centenas, foi pública e notória a indiferença com que o regime do general Henry Namphy acolheu o anúncio da interrupção da ajuda militar e económica norte-americana, no seguimento das eleições sangrentas de 29 de Novembro último. Poucos terão então duvidado de que tal ajuda continuou a ser canalizada através dos prestimosos serviços da agência.

Também no Equador as actividades da AID estiveram envolvidas em escândalo, desta feita ao ser tornado público que trinta funcionários do governo de León Febres Cordero, com importantes

cargos no domínio da economia e finanças, recebiam «salários» suplementares em dólares, clandestinamente pagos pela agência, por serviços prestados.

Torna-se fácil perceber qual a «idoneidade» de tais funcionários, a quem cabia assessorar as autoridades equatorianas em assuntos como a dívida externa ou a negociação de créditos.

Na Costa Rica, as denúncias sobre as actividades da AID foram ainda mais graves. Em finais de Agosto do ano passado, o ex-presidente Daniel Odúber (do Partido de Libertação Nacional, no poder) acusava a agência de estar envolvida num plano para pôr termo à banca nacionalizada. A acusação vinha reforçar a anteriormente feita pelo deputado liberal Miguel Angel Corrales, que enviou aos tribunais documentação comprovativa dessas acusações.

De acordo com Angel Cor-

rales, a AID propunha-se «varrer com a banca nacionalizada, que a empresa CODESA fosse à falência mediante a aquisição de uma companhia financeira própria, FINTRA, das empresas de propriedade da Corporação de Desenvolvimento, para, seguidamente, as vender ao capital privado nacional e estrangeiro».

O deputado acusou ainda a AID de intervir directamente nas reformas à Lei da Moeda e à Lei Orgânica do Banco Central, favoravelmente acolhidas pelo presidente Alberto Monge.

Em Setembro, o actual presidente Oscar Arias reconheceu publicamente que a AID condicionou a entrega de uma doação de milhares de dólares à adopção de medidas favoráveis ao fortalecimento da banca privada e à sua participação na vida financeira do país.

Mais recentemente, em

## 200 mil pessoas nas ruas do Porto

«Quando da chegada do general Humberto Delgado, o povo do Porto veio para a rua reclamar uma mudança de regime, as liberdades democráticas, a amnistia, a abolição da censura numa grandiosa manifestação pacífica e de unidade.

Mais de 200 mil pessoas, na sua grande maioria trabalhadores, transformaram as ruas do Porto num mar de gente, demonstrando a vontade inabalável e inquebrantável do povo de lutar pelo termo da ditadura fascista de Salazar, pela democracia e a liberdade.

A esta manifestação pacífica respondeu o governo atirando com as forças repressivas contra o povo, espancando, ferindo e até matando pessoas indefesas.

Mas o valente povo do Porto não se deixou intimidar, antes avançou em novas e mais poderosas manifestações que tornaram impotentes as forças repressivas e culminaram com a tomada do edifício do Coliseu, onde se ia realizar a sessão de propaganda eleitoral. Cá fora as manifestações continuavam, prolongando-se até de madrugada.

## Liberdade!

De Santa Apolónia até ao cimo da Avenida da Liberdade, passando pelas ruas da Baixa, especialmente Rua Augusta, Rossio e Restauradores, uma multidão compacta de centenas de milhares de pessoas — cerca de 300 mil — constituída por operários, empregados, funcionários públicos, alguns elementos das Forças Armadas, homens, mulheres e jovens, gente de todas as condições sociais, atrozaram os ares de Lisboa, no dia 16, com vibrantes gritos: **Liberdade! Abaixo os Tiranos! Temos fome! Amnistia! Viva a República! Unidade! Abaixo a ditadura!** Isto a despeito dos jornais e rádio, esta de quarto em quarto de hora, anunciaram a proibição de qualquer manifestação pública no País.»

(«Grandiosas manifestações pela liberdade e a democracia» — «Avante!», VI Série, n.º 255, 2.ª Quinzena Maio 1958)

**AVANTE!** PROLETARIADO DE TODAS AS NAÇÕES UNIDAS

## Uma carta de Erico Veríssimo

«Minha visita a Portugal não teve nem podia ter carácter oficial pela simples razão de que não costumo aceitar favores de governos totalitários. A notícia divulgada por uma agência internacional de que eu visitava aquele grande país a convite do seu Secretariado de Informação e Turismo é absolutamente falsa. Viajei e continuo a viajar por conta própria e, em Portugal, fui hóspede do meu amigo e editor António de Sousa Pinto, que é apolítico.

É natural que durante a minha estadia em Lisboa e no Porto, bem como em outras cidades portuguesas eu tivesse preferido a companhia dos escritores da Oposição pois com eles está o meu espírito e o meu coração. Quanto a esta brava gente, ela viu em mim principalmente o cidadão de um país em que existe liberdade de expressão, o representante de uma democracia — defeituosa é verdade — mas democracia.

Ataquei a censura, a violência policial e o totalitarismo. Precisava ser ainda mais claro? Devia este neto de tripeiro dar nome aos bois?

Numa hora como esta em que estão em jogo princípios que reputo vitais para o homem e os seus direitos e liberdades, o silêncio ou a reticência seriam crime.»

«Avante!», VI Série, n.º 276, 1.ª Quinzena Maio 1959)

# Em Foco

**Avante!**

Ano 58 – Série VII

N.º 749

7 de Maio de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



**Resoluções do Comité Central**

## **A LUTA E A UNIDADE POPULAR CONTRA A OFENSIVA DA DIREITA**

**(Resolução sobre a situação política)**

**SOBRE A PREPARAÇÃO DO  
XII CONGRESSO**

**SOBRE QUESTÕES DA  
ACTUALIDADE  
INTERNACIONAL**

# A LUTA E A UNIDADE POPULAR CONTRA A OFENSIVA DA DIREITA

(Resolução sobre a situação política)

O Comité Central do PCP, reunido nos dias 4 e 5 de Maio, examinou a evolução da situação política nos últimos dois meses concluindo que ela confirma a análise e as perspectivas traçadas pela sua anterior reunião efectuada em Fevereiro.

O Comité Central caracteriza a situação presente nas seguintes linhas essenciais:

— A luta popular assume um desenvolvimento impetuoso através de uma sucessão de grandiosas acções de massas em que se destaca a Jornada de Luta de 17 de Março, a Greve Geral de 28 de Março e as grandes manifestações de 25 de Abril e 1.º de Maio, nas quais se revela um forte movimento de

unidade dos trabalhadores e de largos sectores democráticos.

— O desenvolvimento da situação social e política contribui para fortalecer o espírito de diálogo entre as forças democráticas, e propicia a procura de entendimentos e a concretização de iniciativas convergentes e unitárias.

— O Governo PSD/Cavaco Silva, apesar da resistência e oposição crescentes, prossegue a ofensiva contra-revolucionária através da política dos «pacotes» e de outras medidas antipopulares e antidemocráticas.

— A interacção dos traços anteriores aprofunda o conflito insanável que opõe a política governamental aos interesses da grande

maioria dos portugueses (incluindo eleitores do PSD), o que se traduz na agudização do descontentamento de largas camadas da população e na visível redução da base de apoio social e político do Governo.

A evolução da situação atirou por terra a demagogia da estabilidade e as promessas de solução dos problemas do País com que o Governo e o PSD se apresentaram nas eleições. Na verdade, a política governamental não só se confirma como incapaz de dar solução a qualquer dos grandes problemas do País, e antes os tem agravado, como se revela cada vez mais como uma política de desafio e confrontação em todas as áreas mais impor-

tantes da vida nacional, uma política de perseguição e guerra aos trabalhadores e a outras classes e camadas populares, originando uma grave desestabilização social.

As grandes lutas populares desenvolvidas neste período infligiram severas derrotas ao Governo, fizeram cair o mito da força e da influência imbatíveis do PSD e puseram seriamente em causa a imagem e a credibilidade do Primeiro-Ministro.

O Comité Central apreciou com especial atenção, tendo presente estas referências, cinco questões de grande actualidade para a salvaguarda do regime democrático e a situação e o futuro do nosso povo e do nosso país:

1.ª — A luta popular e o desenvolvimento da unidade dos trabalhadores.

2.ª — A política dos «pacotes» inserido no plano de subversão do regime democrático.

3.ª — A revisão da Constituição e a chantagem do PSD visando a ruptura constitucional.

4.ª — A convergência e a unidade como um imperativo para as forças democráticas.

5.ª — O insubstituível papel do PCP na democracia portuguesa.

O Comité Central do PCP chama a atenção para as conclusões essenciais a que chegou relativamente a cada uma destas grandes questões.



1

## A LUTA POPULAR E A UNIDADE DOS TRABALHADORES

O Comité Central do PCP salienta como um dos traços característicos mais marcantes da situação política actual o grande ascenso do movimento operário e da luta popular.

Suscita o mais vivo repúdio e uma crescente e forte resistência por parte dos trabalhadores e de diferentes sectores e camadas sociais a política económica e social do Governo PSD/Cavaco Silva, baseada na entrega de empresas ao grande capital e de terras aos agrários, no desemprego e na generalização da precariedade do trabalho, que alega o objectivo da «modernização» do País para justificar a manutenção de baixos salários e o aumento das taxas de exploração, que reduz os benefícios sociais e introduz crescentes limitações às liberdades e

direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

Contrariamente ao que esperaria na sequência dos resultados eleitorais de 19 de Julho, o Governo PSD não conseguiu que o desânimo, o desalento, o cruzar dos braços, se instalasse nas massas populares, não conseguiu impedir o desenvolvimento da luta, em particular dos trabalhadores, que, apoiando-se nas suas organizações de massas, reforçando a unidade na acção, lutam corajosamente contra a política do Governo, contribuindo decisivamente para o seu crescente isolamento político e social.

Só o Governo PSD/Cavaco Silva — Governo que declarou guerra aos trabalhadores e suas conquistas — é o único responsável pela desestabilização social que se vive e que não deixa de se acentuar.

A luta de massas, em particular a luta dos trabalhadores, confirma-se uma vez mais como factor decisivo para defender os interesses do nosso povo.

As greves que ocorrem em numerosas empresas, as concentrações e manifestações, os plenários amplamente participados revelam o profundo descontentamento pela política actual e uma enorme determinação de luta e disposição dos trabalhadores na defesa dos seus interesses.

A evolução da situação política nacional, nomeadamente a redução da base de apoio ao Governo PSD, as posições das diferentes forças políticas, os passos positivos verificados nas acções unitárias e convergentes no campo democrático, é profundamente influenciada pelo ascenso da luta de massas, na qual avulta a Greve Geral de 28 de Março.

Muitas outras acções e formas de luta se desenvolveram contra o pacote laboral das quais se destacam a Conferência Nacional sobre os Direitos dos Trabalhadores e a grande manifestação em Braga nos dias 22 e 23 de Janeiro, as concentrações e manifestações nos dias 4, 5 e 6 de Fevereiro em todo o País, o Dia Nacional de Luta em 17 de Março e a grandiosa manifestação/concentração frente à Assembleia da República no dia 14 de Abril.

Também contra o chamado acordo de política de Rendimentos (que mais não é que um tecto salarial assinado pelo Governo, CCP, CAP e UGT) por melhores salários e regalias contratuais, em defesa dos postos de trabalho, estiveram em

luta mais de 1 milhão e 100 mil trabalhadores da maior parte dos sectores de actividade, designadamente dos transportes (Carris, Metro, CP, Transtejo), da EDP, EPAL, IVIMA, Sorefame, Cometna, metalúrgicos e mineiros, Administração Local, Administrativos da Função Pública, professores, enfermeiros, etc.

A luta em defesa da Reforma Agrária manteve elevados níveis de determinação e combatividade e estimulou importantes iniciativas e acções de solidariedade.

Centenas e centenas de iniciativas, plenários, encontros e manifestações estiveram na base da preparação da nova Marcha para Lisboa, dando um contributo decisivo para que o Governo, à última hora, tivesse desagendado a discussão do Projecto na Assembleia da República.

A luta dos médicos contra a política de saúde do Governo e o autoritarismo da ministra, pela definição das carreiras e contra o desemprego dos jovens médicos, com o recurso à greve tanto no plano nacional como no plano regional, constitui, pelos elevados níveis de adesão e unidade alcançados, um acontecimento de grande importância e repercussão políticas.

A luta dos agricultores contra o pacote agrícola, em particular as acções dos rendeiros, e as importantes iniciativas dos povos dos baldios que culminam com a vinda de centenas de compartes à Assembleia da República em defesa da lei dos baldios e ainda as mais diversificadas lutas sectoriais de que é exemplo a luta pela reabertura do mercado da Benedita, com o apoio da população.

A luta da juventude, caracterizada por uma participação crescente nas grandes lutas e iniciativas dos trabalhadores e das forças democráticas; por importantes lutas dos estudantes do secundário e do superior, com destaque para a justa luta dos ISCA e dos ISE; e por centenas de iniciativas por todo o País em torno do 24 e do 28 de Março, designadamente os Festivais «Amar o Tejo, viver a paz» que mobilizaram dezenas de milhar de jovens; os protestos contra a revogação do subsídio de desemprego, e em geral a defesa dos seus direitos — testemunham que a juventude é uma importante força social de intervenção democrática e progressista.

A luta das mulheres desenvolvida no plano unitário e envolvendo mulheres de camadas e sectores diversificados pela solução dos seus problemas mais prementes, tornou-se um factor importante, e de reflexos positivos em toda a evolução da situação política nacional. É de sublinhar especialmente a grande amplitude que assumiram a nível nacional as comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

**A Greve Geral de 28 de Março, com a adesão da maioria dos trabalhadores assalariados, constitui uma poderosa afirmação da força, unidade, consciência de classe e política dos trabalhadores portugueses.**

Pela diversidade dos sectores sociais e profissionais que abarcou, pela extensão geográfica em que se desenrolou, pelas elevadíssimas adesões nos sectores produtivos, nos transportes e também nos serviços, pelo número de empresas que paralisaram a 100%, a Greve Geral ficará assinalada como a mais vasta acção de luta dos trabalhadores portugueses até hoje efectuada.

O êxito da Greve Geral é inseparável da vasta movimentação de massas que a antecedeu, das inúmeras acções de esclarecimento levadas a cabo pelo Movimento Sindical Unitário, da ampla unidade na acção que se desenvolveu a partir dos locais de trabalho em torno dos problemas concretos, das perspectivas de luta que daí advieram e em particular da importância e dimensão do Dia Nacional de Luta realizado em 17 de Março.

**A acção da CGTP-IN e do Movimento Sindical Unitário no seu conjunto foi determinante para o sucesso da Greve Geral.**

Desenvolvendo um extraordinário trabalho de esclarecimento quanto à natureza gravosa do pacote laboral para os trabalhadores e seus direitos, reforçando a sua ligação às massas, tomando as medidas orgânicas necessárias ao êxito da luta, nomeadamente constituindo centenas de pilquetes de greve, apelando insistentemente à unidade de todos quantos queriam a derrota do pacote laboral, incutindo confiança e determinação na luta, a CGTP-IN e o Movimento Sindical Unitário limitaram e derrotaram as tentativas de divisionistas para, em colaboração com o Governo, faze-

rem aprovar o pacote laboral.

A Greve Geral representou uma significativa derrota para o Governo PSD/Cavaco Silva. As manobras de intimidação e chantagem, as violações de lei da greve com o recurso abusivo e ilegal à requisição civil, a manipulação de alguns órgãos de comunicação social, em especial da TV, para desmobilizar e minimizar a grandeza da Greve Geral, não conseguiram evitar que a Greve Geral se tivesse tornado numa grande derrota para o PSD, o Governo e para o Primeiro-Ministro, pelo seu empenhamento pessoal nestas operações.

O êxito da Greve Geral contribuiu para vincar o isolamento do Governo e tornou-se num factor de animação da luta de diversos sectores e importante estímulo à unidade dos trabalhadores e sectores democráticos.

As comemorações populares do 25 de Abril, abrangendo milhares de iniciativas, como manifestações culturais, desportivas, debates e os grandiosos desfiles de Lisboa e Porto, com a participação dos partidos democráticos, organizações sociais e militares de Abril, apesar dos ataques que lhes foram movidos por forças reaccionárias, o Governo PSD e elementos que se têm situado no campo democrático, constituíram um assinalável êxito, uma afirmação de unidade democrática, confirmando a profunda adesão das massas populares aos ideais de Abril.

**A jornada do 1.º de Maio organizada pela CGTP-IN e por todo o Movimento Sindical Unitário, pela participação massiva dos trabalhadores e das massas populares em numerosas concentrações, desfiles e festas de confraternização, constitui uma extraordinária manifestação de força e vitalidade do movimento operário, popular e democrático.**

A jornada do 1.º de Maio confirmou o repúdio popular pela política do Governo PSD/Cavaco Silva e a crescente exigência de que se lhe ponha termo.

A jornada do 1.º de Maio, pela unidade e combatividade demonstradas, pela determinação revelada de prosseguir a luta, confirma igualmente que o movimento operário e popular, reforçando a sua unidade, está em condições de contribuir decisivamente para a defesa do Portugal de Abril.

O Comité Central do PCP considera como uma importante lição a extrair da vasta movimentação de massas, em particular de algumas lutas reivindicativas, da Greve Geral, das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, é que a sua dimensão, grau de adesão, combatividade e resultados concretos, são inseparáveis da unidade alcançada.

Neste período alargou-se extraordinariamente a compreensão para milhares de trabalhadores e sectores democráticos de quanto é importante a cooperação, o entendimento, a convergência e a unidade dos trabalhadores para o reforço do movimento operário e popular e para o êxito da sua luta.

A vontade de que se reforce a unidade corresponde a um profundo anseio dos trabalhadores.

**O Comité Central saúda os esforços desenvolvidos pela CGTP-IN, a grande central sindical dos trabalhadores, para alargar a unidade dos trabalhadores.**

Numa altura em que se desenvolvem novos planos antidemocráticos, que o Governo PSD/Cavaco Silva, com a sua política, fere gravemente os interesses dos trabalhadores, os direitos e liberdades dos cidadãos, assumem uma grave responsabilidade todos aqueles que trilham caminhos de divisão do movimento sindical e das lutas dos trabalhadores, e insistem nos entendimentos e nos conluios com o patronato contra os trabalhadores.

Os perigos que pesam sobre o regime democrático tornam imperioso o prosseguimento e a intensificação da luta de massas, e a sua continuação nos níveis elevados já alcançados.

O Comité Central apela aos trabalhadores, aos agricultores, aos intelectuais e quadros técnicos, aos pequenos e médios empresários, às mulheres, aos jovens, aos reformados, aos deficientes para que, partindo dos sucessos alcançados, incrementem a luta em defesa dos seus direitos e dos seus interesses, atingidos pela política cavaquista e para que se mobilizem e participem maciça e determinadamente na luta contra os «pacotes» do Governo, especialmente contra o pacote laboral, contra a lei de liquidação da Reforma Agrária e as restantes leis do pacote agrícola, contra o pacote das privatizações e em defesa da Constituição de Abril.



2

## A POLÍTICA DOS "PACOTES" SUBVERSÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO

O Comité Central do PCP salienta que a política dos «pacotes» prosseguida pelo Governo PSD/Cavaco Silva conduzir, a não ser sustida, a gravíssimas alterações institucionais e estruturais contrárias à Constituição e que representará uma verdadeira subversão do regime democrático.

O PCP não exagerou quando logo a seguir às eleições de 19 de Julho alertou para os novos perigos resultantes dos resultados eleitorais afirmando: «São de esperar tentativas de liquidação de muitas das principais conquistas democráticas da Revolução de 25 de Abril». O PCP não se enganou quando salientou, na mesma altura, que o desenvolvimento de tal política levantaria a resistência das mais largas camadas do nosso povo, incluindo de centenas de milhares de portugueses que enganados pelas promessas e demagogia eleitoralista tinham acabado de votar no PSD.

O Comité Central do PCP, registando a exuberante confirmação que a prática da vida trouxe a estas previsões, apela vivamente para a necessidade de se intensificar a luta contra a política dos «pacotes», num momento em que o seu significado particular e global está perfeitamente definido e em que a sua concretização está ainda longe de estar consumada.

A intensificação da luta contra a política dos «pacotes» torna necessário o alargamento e aprofundamento da batalha de esclarecimento e denúncia dos objectivos que usa bem como o conhecimento exacto do seu processo de aprovação.

A situação em relação a este último aspecto e no que toca às leis e áreas mais importantes apresenta o seguinte panorama:

— O «Pacote» das Privatizações tem como objectivo global a liquidação das nacionalizações, uma das conquistas fundamentais do 25 de Abril, com expressa consagração e garantias constitucionais e visa a entrega ao grande capital dos sectores básicos da economia portuguesa. Compreende: a lei da privatização de 49% do capital das empresas públicas que foi aprovada em vota-

ção final global com os votos a favor do PSD e votos contra do PCP e de todos os outros partidos com representação na Assembleia, encontra-se na Presidência da República aguardando decisão sobre a promulgação, tendo já o Governo anunciado o propósito de entregar ao grande capital, ao abrigo dela, empresas públicas das mais rentáveis e de maior liquidez (Tabaqueira, cervejeiras, da indústria de papel e da banca); a lei de entrega das participações rentáveis do Estado aos grandes capitalistas, que foi aprovada em votação final global com os votos a favor do PSD e do CDS e votos contra o PCP, PS, PRD, «Verdes» e ID, encontra-se para promulgação na Presidência da República; a lei do leilão das empresas públicas de comunicação social, que visa a privatização a favor dos grandes grupos capitalistas de todas as empresas públicas de comunicação social escrita, foi aprovada, também, em votação final global com os votos a favor do PSD e do CDS e votos contra de todos os partidos democráticos e encontra-se actualmente em apreciação na Presidência da República; a nova lei da delimitação dos sectores que acaba de ser apresentada na Assembleia através da qual o Governo PSD pretende acabar com qualquer limitação à acção do grande capital abrindo-lhe praticamente todos os sectores e visando liquidar o conceito constitucional de sectores básicos vedados à iniciativa privada; a profusão de legislação que o Governo está a produzir sobre as empresas públicas visando o seu desmantelamento ou a entrega total ou parcial ao grande capital.

— O Pacote Laboral visa restaurar o arbitrio e a opressão patronal nas empresas reduzindo praticamente a zero as garantias dos trabalhadores contra os despedimentos, colocando todos os trabalhadores na situação de contratados a prazo, eliminando a protecção especial de que gozam os eleitos dos trabalhadores sujeitando-os por esta forma à discriminação e à repressão selectiva. Foi aprovada em votação final global uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre a matéria, com votos a favor do PSD, a astenção do CDS e votos contra do PCP, PS, PRD,

«Verdes» e ID, encontrando-se na Presidência da República a aguardar decisão sobre promulgação.

— O Pacote Agrícola visa banir as transformações progressistas e direitos fundamentais trazidos pelo 25 de Abril aos trabalhadores da terra, pequenos e médios agricultores e povos serranos. Compreende: a proposta de lei de liquidação da Reforma Agrária e de reconstrução do latifúndio absentista e parasitário, que está sujeito a debate público durante vinte dias depois de ter sido retirada da agenda da Assembleia da República por força da luta dos trabalhadores; a lei de protecção aos senhorios ricos que lança na instabilidade e sob ameaça de expulsão milhares de pequenos e médios rendeiros, foi aprovada na generalidade com votos a favor do PSD, abstenção do CDS e votos contra de todos os outros partidos, encontra-se actualmente em apreciação na especialidade; a proposta de lei do emparcelamento forçado das melhores terras em favor dos grandes proprietários foi aprovada na generalidade com os votos a favor do PSD e votos contra de todos os outros partidos e encontra-se actualmente em apreciação na especialidade; a legislação que visa esbulhar os povos serranos da utilização, fruição e administração, dos baldios, que foi aprovada na generalidade com votos a favor do PSD e do CDS e votos contra de todos os partidos da oposição democrática.

— O Pacote da Comunicação Social visa, fundamentalmente assegurar o controlo pelo Governo, a direita e o grande patronato de tudo o que é essencial na Comunicação Social. Compreende: a lei do leilão das empresas públicas, que está a aguardar a decisão sobre a promulgação, como se referiu atrás a propósito das privatizações; a lei da rádio, que visa a governamentalização da atribuição de frequências, o silenciamento de muitas das actuais rádios livres locais e a redução e confinamento do direito de antena, foi aprovado na generalidade com votos a favor do PSD, encontrando-se em apreciação na especialidade; às alterações à lei de imprensa, que visa restringir os direitos dos jornal-

tas, designadamente o direito de alegar em Tribunal, foi aprovada na generalidade com votos a favor do PSD e votos contra de todos os outros partidos da Assembleia e encontra-se agora em apreciação na especialidade.

— O Pacote Eleitoral está em preparação pelo Governo e o PSD, estando já apresentada e agendada para discussão na Assembleia da República uma proposta de lei de alteração à lei do recenseamento, anunciando-se para breve a apresentação de uma proposta de lei de alteração à lei eleitoral para o Parlamento Europeu. O Governo prepara-se para fabricar à força novos eleitores através da inscrição oficiosa de emigrantes no recenseamento, prepara-se para propor a votação de emigrantes fora dos países da CEE e fora da Europa na eleição para o Parlamento Europeu, para a seguir defender que os emigrantes votem também nas eleições para a Presidência da República. Com as alterações à lei do recenseamento, o Governo visa também facilitar a eliminação oficiosa de eleitores dos cadernos eleitorais do território nacional, o que comporta perigos evidentes. Entretanto, a Assembleia Regional da Madeira apresentou à Assembleia da República apenas com os votos do PSD uma proposta de lei de alteração à lei eleitoral que vigora na Região para as eleições regionais que, reduzindo o número de eleitos, tem como objectivo afectar ainda mais a aplicação do princípio da representação proporcional. Ao mesmo tempo anuncia-se como insistência, nos últimos dias, que o Governo não tardará a apresentar uma proposta de Código Eleitoral que, a avaliar pelas amostras, não primará pelo respeito das regras democráticas e dos princípios constitucionais.

A gravidade das alterações institucionais e estruturais que o Governo PSD e Cavaco Silva procuram atingir através da política dos «pacotes» e o seu carácter abertamente inconstitucional não podem escapar às forças políticas democráticas e menos ainda às instituições, particularmente àquelas a quem cabe de modo especial zelar pela defesa do regime democrático e o cumprimento da Constituição.

O Comité Central do PCP ao mesmo tempo que denuncia o carácter antidemocrático e anti-constitucional da política dos «pacotes» chama vivamente a atenção tanto para a circunstância de algumas das suas peças essenciais terem sido aprovadas no Parlamento por um só partido — o do Governo — como para o facto de terem conhecido no País, como acontece com o pacote laboral, o repúdio maciço dos trabalhadores e das suas organizações representativas, a condenação ou desaprovação de vastos sectores sociais, culturais e até religiosos e a generalidade oposição de todos os meios políticos alheios ao Governo.

O quadro sucinto que aqui se regista dá a dimensão da ofensiva contra-revolucionária desenvolvida pelo Governo PSD/Cavaco Silva. Trata-se de uma vasta operação que, a concretizar-se, subverteria o regime democrático em áreas tão fundamentais e particularmente sensíveis: como a área da organização económica que ficaria profundamente alterada em aberto confronto com o seu enquadramento constitucional; a área dos direitos económicos e sociais onde para já

os direitos dos trabalhadores seriam severa e inconstitucionalmente atingidos; a área da comunicação social onde passará a vigorar uma outra realidade inconciliável com a Constituição da República; ainda a área da organização do poder político onde o Governo inicia o seu ataque pela zona mais sensível do direito eleitoral, mas alargando-se a ofensiva nesta área com as alterações impostas pelo PSD, contra todos os demais partidos representados na Assembleia em relação à Lei Orgânica e ao Regimento da Assembleia da República, diplomas conformadores da própria natureza e funcionamento deste órgão de soberania.

Aos «pacotes» aqui referenciados há que juntar os pacotes da saúde, da justiça, da educação e da habitação já concretizados, em desenvolvimento ou em preparação que lesam, ou irão lesar, duramente os interesses e direitos de largas camadas do nosso povo. Há que juntar-lhe ainda decretos-lei, medidas regulamentares e actos administrativos orientados no mesmo sentido de subverter valores essenciais do regime democrático.

A gravidade das alterações institucionais e estruturais que o Governo PSD e Cavaco Silva procuram atingir através da política dos «pacotes» e o seu carácter abertamente inconstitucional não podem escapar às forças políticas democráticas e menos ainda às instituições, particularmente àquelas a quem cabe de modo especial zelar pela defesa do regime democrático e o cumprimento da Constituição.

O Comité Central do PCP ao mesmo tempo que denuncia o carácter antidemocrático e anti-constitucional da política dos «pacotes» chama vivamente a atenção tanto para a circunstância de algumas das suas peças essenciais terem sido aprovadas no Parlamento por um só partido — o do Governo — como para o facto de terem conhecido no País, como acontece com o pacote laboral, o repúdio maciço dos trabalhadores e das suas organizações representativas, a condenação ou desaprovação de vastos sectores sociais, culturais e até religiosos e a generalidade oposição de todos os meios políticos alheios ao Governo.



3

## A CHANTAGEM DO PSD PARA A RUPTURA CONSTITUCIONAL

O Comité Central do PCP salienta que um dos objectivos essenciais da política dos «pacotes» desenvolvida pelo Governo PSD/Cavaco Silva é consumir um vasto conjunto de profundas alterações à Constituição, inconstitucionais e ilegítimas representando uma verdadeira ruptura constitucional, feita por lei ordinária, ignorando os limites materiais de revisão, impondo com a sua maioria simples disposições que carecem de uma maioria de dois terços para ser aprovadas.

Com esta grande operação o Governo e o PSD procuram adiantar-se, ganhar terreno, dar por adquiridos os seus avanços em áreas e pontos nevrálgicos da revisão da Constituição, desvalorizando a posição dos partidos da oposição, querendo insinuar que podem fazer tudo sozinhos.

As conversações sobre a revisão da Constituição agora propostas pela direcção do PSD ao PS, apresentadas neste quadro, inscrevem-se nos processos de chantagem e de ultimato para a ruptura constitucional que têm sido usados pelo partido do Governo.

Com efeito, o que o PSD pretende é que o PS se vergue à política por ele ditada, dê agora cobertura e aceite como facto consumado as profundas medidas operadas pelo Governo e a «maioria» por via dos «pacotes» em áreas constitucionais tão importantes como a organização econó-

mica, os direitos dos trabalhadores e outros direitos, a comunicação social e até a organização do poder político.

Não admira que nestas circunstâncias o PSD procure arrastar o PS para os acordos de gabinete, transacionando a revisão constitucional numa negociação entre os dois partidos, feita fora do lugar que é a Assembleia da República, sem transparências, nas costas das forças democráticas e do povo português.

O Comité Central do PCP sublinha com muita clareza que é essencial para os destinos do regime democrático que a revisão da Constituição seja reconduzida ao respeito pelas regras estabelecidas pela própria Constituição.

No presente momento, a primeira condição para normalizar o processo de revisão consiste em pôr termo à política de «pacotes» e sustê-lo os que já foram aprovados pela Assembleia da República.

O Comité Central do PCP considera que seria um erro gravíssimo qualquer tendência que se viesse a verificar no PS no sentido, não de procurar travar com firmeza a ruptura constitucional que a política dos «pacotes» está a provocar, mas acelerar a revisão constitucional para dar cobertura aos «pacotes» de destruição.

O PCP vê, naturalmente, como normais e legítimos contactos interpartidários para troca de opiniões so-

bre todas as questões incluindo a revisão da Constituição. Pela sua parte confirma o seu interesse e a sua disponibilidade para se encontrar dentro deste objectivo com o Partido Socialista e todos os partidos democráticos, considerando que o entendimento das forças democráticas sobre o processo de revisão é um verdadeiro imperativo para a defesa da Constituição e do regime.

O PCP insiste, entretanto, em considerar que conversações de gabinete com o PSD sobre a revisão da Constituição, nas circunstâncias presentes, arriscam-se a dar cobertura à política de ruptura constitucional que o Governo e a maioria têm em marcha e às concepções cavaquistas de que o partido do Governo é o dono da revisão constitucional.

O Comité Central do PCP denuncia firmemente as teses do Governo e da maioria parlamentar que com arrogância procuram conferir um estatuto e peso especial para as suas propostas e os seus votos em sede de revisão, considerando as propostas e os votos dos outros partidos como um mero contrapeso, «o que resta para perlar os dois terços». Estas teses são profundamente inconstitucionais e antidemocráticas. Na revisão da Constituição não pode ser reconhecido a qualquer partido, ainda menos se não detém a maioria de 2/3 necessária à revisão de qualquer norma, o papel de proprietário do processo e a todos os

outros um lugar subalterno de mero colaboracionismo. O Comité Central do PCP rejeita com toda a energia a revisão a «toque de caixa» que a PSD quer agora impor, depois de considerar suficientemente adiantado o processo de ruptura constitucional desenvolvido através dos «pacotes». As «marchas forçadas» impostas à Assembleia da República são para o PSD a melhor forma de fazer passar com o menor escândalo acordos secretamente combinados em matéria de grande importância para o nosso povo e o nosso país, de consumir com a menor resistência graves atentados contra a Lei Fundamental.

Por isso mesmo, o PCP tudo continuará a fazer para impedir uma revisão subversiva da Constituição combinada no segredo nos gabinetes, à porta fechada, e feita passar em silêncio na Assembleia. O PCP continuará a defender a abertura dos trabalhos da Comissão de Revisão à comunicação social e ao País e assegurará pela sua parte toda a informação sobre a marcha do processo. O PCP intensificará a luta pela defesa activa da Constituição procurando entendimentos e consensos com outras forças democráticas, insistindo que o povo tem uma palavra a dizer, proclamando que reside na intervenção e participação popular no processo de revisão a melhor garantia de defesa da Constituição de Abril.

4

## CONVERGÊNCIA E UNIDADE IMPERATIVO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

O Comité Central do PCP salienta que a convergência e a unidade das forças democráticas se apresentam como um imperativo para fazer frente ao crescente autoritarismo e poder discricionário por parte do Governo e da maioria parlamentar.

A par da ofensiva contra-revolucionária no plano legislativo e do domínio da revisão constitucional multiplicam-se nas áreas mais importantes da vida nacional manifestações de abuso do poder, de repressão e

de discriminação, de clientelismo, nepotismo e corrupção, bem como de intervenções realizadas directamente pelo Governo, por sua indicação ou inspiração, brutalmente atentatórios dos direitos, liberdades e garantias, consagrados e protegidos constitucionalmente.

Apresentam uma gravidade muito especial as medidas de requisição múltiplas nas áreas mais importantes da vida nacional manifestações de abuso do poder, de repressão e

abusivos e intoleráveis, particularmente durante a greve de 28 de Março, por revelarem que o Governo PSD/Cavaco Silva e a sua maioria parlamentar (num comportamento inadmissível em face dos princípios que enformam o regime democrático português) não hesitam em pôr em causa e negar de facto o direito à greve quando a luta dos trabalhadores apresenta uma constatação frontal da sua política.

As forças democráticas não podem permitir sem os

mais enérgicos e generalizados protestos que continuam a repressão e as perseguições desencadeadas contra os trabalhadores das empresas públicas que participaram na Greve Geral.

Exigem uma resposta pronta, conjugada e comum da parte das forças democráticas e até do conjunto das forças de oposição às tentativas do Governo e da maioria parlamentar, para denegrir e enterrar como coisa histórica, velha e ultrapassada o 25 de Abril, para caluniar e desvirtuar a

acção oposicionista e até a actividade política, para voltar a erguer o papão do comunismo, aterrorizar com maldições os que chegam à acção e trabalham com os comunistas, para desprestigiar e desacreditar a Assembleia da República, onde entretanto a maioria PSD toma medidas para sufocar o debate democrático e retirar direitos à oposição. As origens antidemocráticas das concepções que aparecem assim traduzidas são suficientemente conhecidas das forças democráticas para que estas fujam à obrigação de denunciá-las como tal perante o País e para que não tomem as medidas que se impõem para salvaguardar o regime nascido do 25 de Abril.

**O Comité Central do PCP salienta que a convergência e a unidade constituem um imperativo das forças democráticas para acolherem e nortearem para uma nova perspectiva de intervenção política, os crescentes descontentamentos provocados pela actuação do Governo PSD/Cavaco Silva ao arripio das suas promessas eleitorais.**

Além da população laboriosa visada directamente pelos «pacotes» inconstitucionais a política de rendimentos e preços e pela guerra que lhe foi declarada pelo Governo, a tensão e o descontentamento face à actuação governamental alastra às classes e camadas médias que se sentem lesadas pela política económica e financeira de Cavaco Silva sendo, entre outros, motivos especiais de queixa a limitação do crédito, a gestão clientelista e obscura dos Fundos da CEE e de outros subsídios, a instigação à especulação bolsista e a desastrada intervenção na Bolsa, a abdicção e as cedências perante o Mercado Comum, a falta de verdadeiras medidas para enfrentar os múltiplos e graves impactos da integração.

**O Comité Central do PCP entende que é também imperativo das forças democráticas prepararem através da convergência e da unidade uma alternativa de poder democrático que polarize e mobilize apelos crescentes face à progressiva redução dos apoios e ao descrédito do Poder da direita.**

A experiência recente do nosso país demonstra tanto que a falta da unidade na proposta de uma alternativa de Governo penaliza as forças democráticas e favorece a direita, como, ao invés, que a convergência e a unidade nas propostas de solução a nível político ou sindical têm um efeito mobilizador e multiplicador que se traduz em grandes sucessos das forças democráticas e na derrota da direita.

É também incontestável que o avanço da ofensiva da direita tem sido largamente facilitado pelas hesitações, cedências e compromissos do PS em relação a questões tão importantes para a defesa dos interesses do nosso povo e salvaguarda do regime democrático como as privatizações, a política laboral, a Reforma Agrária, o arrendamento rural, os baldios, o estatuto da comunicação social e a própria revisão da Constituição. Não pode deixar de se comparar a resistência que a Direcção do PS manifesta às propostas de diálogo dos partidos democráticos com a diligência com que aceita as que partem do PSD e da direita.

**O Comité Central do PCP aponta, como servindo objectiva e subjectivamente os interesses da ofensiva reaccionária toda a intriga contra a unidade e o entendimento dos democratas e anuncia a disponibilidade dos comunistas para encontros bilaterais e multilaterais com os outros partidos e forças democráticas para debater as ameaças que pairam sobre o regime nascido com o 25 de Abril e para se analisar a forma mais correcta de corresponder às promissoras perspectivas rasgadas pelo ascenso do movimento operário e da luta popular.**

**O Comité Central do PCP considera da maior importância que os partidos e forças democráticas debatam sem demora as questões relacionadas com as eleições autárquicas do próximo ano, incluindo formas de entendimento para derrotar a direita.**

Com este espírito, o PCP renova as propostas de encontros, que já fez ao PS e a outros partidos democráticos, a qualquer nível que se considere adequado, sobre a problemática das futuras eleições autárquicas.

A dinamização da CDU, incentivando a realização de plenários de activistas nos concelhos, freguesias e a outros níveis e sobre problemas concretos, criando comissões coordenadoras abertas e unitárias e reforçando a sua intervenção nas autarquias e na luta pela resolução dos problemas das populações, é um contributo para a unidade democrática dado pelo PCP e pelos seus aliados na CDU — «Verdes», ID e independentes — que deve merecer o maior empenhamento dos comunistas e das organizações do Partido. A direita não perde tempo na sua ofensiva, como está à vista. **Para as forças democráticas é urgente travar a ofensiva da direita e preparar uma alternativa credível que assente na convergência e na unidade.**



## 5

## O PAPEL INSUBSTITUÍVEL DO PCP NA DEMOCRACIA PORTUGUESA

O desenrolar da vida política actual confirma uma vez mais a intervenção activa, empenhada e patriótica do PCP nas diferentes áreas da vida nacional.

Os comunistas estão na primeira linha da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes, das mulheres e dos jovens, em defesa do regime democrático e suas conquistas.

O PCP afirma-se como a grande força política capaz de se opor de forma determinada e consequente à ofensiva de direita, a única grande força verdadeiramente empenhada na unidade do movimento operário e popular e na convergência das forças democráticas, condição fundamental para derrotar os projectos revanchistas e restauracionistas do Governo PSD/Cavaco Silva.

Um dos traços marcantes da situação actual assente no facto de, a par da resistência crescente do nosso povo à política do Governo PSD, traduzida no ascenso da luta de massas, nas acções convergentes e unitárias abrangendo partidos e sectores democráticos e na reafirmação do PCP como a grande força dinamizadora da luta popular, se desenvolver uma intensa campanha que, utilizando largamente os meios de comunicação social, a pretexto de uma alegada «crise do PCP», visa criar no PCP uma crise, desacreditar o Partido e a sua direcção aos olhos das massas, e consequentemente diminuir a sua influência.

A actual campanha anti-comunista é extraordinariamente ampliada por utilizar, como matéria, declarações, escritos e informações deturpadas de alguns membros do Partido, facto que se tornou perfeitamente público e notório.

Numa altura em que o Partido mobiliza todas as suas energias para vencer

deficiências, dinamizar a luta popular e estar à altura das suas responsabilidades na defesa do regime democrático, actividades violadoras das regras e princípios de funcionamento do Partido, designadamente de tipo fraccional, estão a causar e não podem deixar de causar grave dano à força, influência e prestígio do Partido.

A unidade e coesão do PCP, baseada na justa orientação política, no seu funcionamento democrático, no direito de o militantes defenderem as suas opiniões nos seus organismos, junto dos organismos superiores, nas Assembleias, Plenários e Encontros e outras formas de direcção e trabalho colectivo do Partido, nas relações de fraternidade e respeito mútuo entre camaradas, no empenhamento militante na resolução das tarefas partidárias, tem constituído factor essencial da sua influência e capacidade de intervenção na vida nacional.

O Comité Central apela a todos os militantes, independentemente das posições e opiniões que possam ter, que, dentro do grande colectivo partidário, dando a sua contribuição, se juntem no esforço para ultrapassar dificuldades e deficiências, estreitar a ligação do Partido às massas, e acompanhem todo o Partido na dinamização das grandiosas acções populares que se desenvolvem contra a ofensiva reaccionária do Governo PSD/Cavaco Silva.

O Comité Central reafirma, de acordo com a sua experiência de trabalho colectivo, que todos os militantes têm o direito e o dever, no respeito pelas normas estatutárias em vigor, de intervir livremente nos debates e dar o seu contributo para a elaboração da orientação do Partido.

Os trabalhos preparatórios do XII Congresso constituirão um momento de extraordinária importância para se proceder à análise e a um amplo debate sobre numerosas questões que

hoje se põem ao Partido no plano da organização, da direcção e da informação e propaganda sobre a luta popular, o percurso da Revolução, os objectivos do Partido, sua actividade e perspectivas, a complexa situação internacional, as novas perspectivas da luta pela paz e o desenvolvimento do socialismo no mundo.

O Comité Central apela a todos os militantes e organizações, no quadro da preparação do XII Congresso, para que se empenhem no estudo dos diferentes aspectos da vida nacional e da actividade do Partido, fazendo chegar aos organismos executivos do Comité Central sugestões, contribuições e propostas que entendam como úteis para o desenvolvimento, coesão e unidade do Partido — objectivos fundamentais que devem nortear todos os membros do Partido.

O Comité Central insiste entretanto, uma vez mais, em que os trabalhos preparatórios do Congresso não podem enfraquecer o cumprimento de outras tarefas fundamentais do Partido na presente conjuntura política.

A campanha anticomunista, apesar dos esforços efectuados, não conseguiu desviar o Partido das suas tarefas fundamentais. A organização partidária revela um grande dinamismo, confirmado pelas numerosas iniciativas realizadas e pelo papel determinante desempenhado na luta de massas.

É necessário continuar a desenvolver a actividade e as iniciativas do Partido no plano político e ideológico, melhorando e fortalecendo a sua organização, dinamizando a luta de massas, reforçando a ligação aos trabalhadores, aos agricultores, aos intelectuais, aos quadros técnicos, aos jovens, às mulheres, aos reformados, aos deficientes, a todos os que sofrem consequências da política deste Governo e procurando recrutar para o Partido muitos dos que se vão destacando na acção.

A preparação do Partido para as próximas batalhas eleitorais, designadamente nas eleições para as Assembleias das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira que terão lugar já em Outubro próximo e nas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais, a realizar no próximo ano, devem constituir tarefas centrais, mobilizar a atenção e a intervenção empenhada da organização do Partido.

**O Comité Central sublinha que, na conjuntura actual, a batalha ideológica assume extraordinária importância pelo facto de se verificarem hesitações, vacilações e manifestações de oportunismo, em consequência do avanço do processo contra-revolucionário e dos perigos que pesam sobre o regime democrático, extraordinariamente aumentados com os resultados eleitorais de 19 de Julho.**

A batalha ideológica passa pelo combate às campanhas de desinformação e intoxicação anticomunista, e contra actuações de tipo fraccionista, pela melhoria do trabalho de esclarecimento e informação, pela explicação da natureza de classe do Partido, seus objectivos programáticos e conteúdo ideológico, como princípios inseparáveis.

O Comité Central apela aos membros do Partido, sem excepção, para que intervenham activamente em todos os aspectos da vida partidária e reafirma a sua inabalável confiança de que o PCP dispõe de plenas condições para vencer quaisquer dificuldades, para continuar a fortalecer-se e a aumentar a sua influência no País, para desempenhar cabalmente o seu insubstituível papel na luta contra a ofensiva da direita e o seu trabalho incansável para uma alternativa democrática para o Governo e a política nacional.

4/5 de Maio 1988

O Comité Central do Partido Comunista Português

# SOBRE A PREPARAÇÃO DO XII CONGRESSO

1

O Comité Central examinou o andamento dos trabalhos preparatórios do XII Congresso a realizar de 1 a 4 de Dezembro.

Com vista à recolha de dados fundamentais (feita tanto por iniciativa dos organismos executivos do Comité Central, como por iniciativa própria) numerosos organismos e membros do Partido têm enviado à Direcção informações de dados objectivos, apreciações e opiniões sobre aspectos relativos à análise da actividade do Partido e da situação económica, social e política do País.

Outros camaradas, por sua própria iniciativa, verbalmente ou por escrito, têm adiantado opiniões, respostas, sugestões e críticas relativas à análise da situação e à apreciação da actividade e luta do Partido nos últimos anos, assim como à elaboração dos Estatutos e Regulamento do XII Congresso. Procedeu-se também já, em resposta a solicitação feita pelo Secretariado do Comité Central, a uma ampla recolha de opiniões de organismos responsáveis relativas aos quadros mais destacados das respectivas organizações com vistas à elaboração da proposta a fazer pelo Comité Central ao XII Congresso relativa à composição do Comité Central a eleger pelo Congresso.

Os camaradas encarregados do andamento (nesta fase) dos trabalhos preparatórios, informaram o Comité Central que se trata de positivas e importantes contribuições. O Comité Central insiste em que, a par dos debates e consultas promovidas pela Direcção do Partido, além do que os militantes entendam dever colocar nos organismos a que pertencem e sem qualquer prejuízo da intervenção nos debates que a devido tempo serão realizados no Partido, todos os militantes que o entendam (sem qualquer excepção) poderão desde já dar uma contribuição por escrito para os trabalhos preparatórios, certos de que lhe será dada uma séria atenção.

Dando andamento aos trabalhos preparatórios, o Comité Central tomou decisões relativas ao Programa e aos Estatutos do Partido.

2

O Comité Central considerou atentamente a desactualização do Programa do PCP aprovado no VII Congresso realizado em Outubro de 1974.

Três observações fundamentais são de fazer.

A primeira observação, respeita à **revolução democrática e nacional** cujo processo e objectivos foram definidos no Programa do PCP aprovado no VI Congresso realizado em 1965. A justeza das análises feitas e dos objectivos da revolução antifascista foi largamente comprovada pelo processo, as realizações e as conquistas da Revolução de Abril. Com a Revolução alguns objectivos centrais (liberdades democráticas, fim à guerra colonial com reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência, liquidação dos monopólios e dos latifúndios, melhoria das condições de vida do povo, política de cooperação com todos os Estados) foram total ou parcialmente alcançados ou deram-se na sua direcção passos significativos. Apesar de que esses objectivos continuam a corresponder inteiramente aos interesses do povo e do País, a sua realização foi gravemente comprometida pela política contra-revolucionária que se desenvolve a partir de 1976 e que atingiu gravemente, embora em graus diferentes, todas as grandes conquistas democráticas da Revolução de Abril.

A revolução democrática e nacional é **uma revolução inacabada**. O povo português continua firmemente a luta em defesa das suas conquistas. Alguns dos objectivos gerais definidos no Programa do Partido foram realizados efectivamente e outros não respondem no concreto à situação existente.

A segunda observação respeita à **parte do Programa que define a política e as medidas essenciais necessárias para defender e aprofundar a democracia na situação existente na altura do VII Congresso** (realizado em Outubro de 1974) que aprovou o novo Programa na base do Programa de 1965 com a introdução de numerosas alterações e actualizações. Essa parte tem um carácter conjuntural ligado ao momento político e ao impetuoso fluxo revolucionário em curso nesse momento histórico. A política que define está completamente desactualizada e desfasada da realidade nacional presente.

A terceira observação respeita aos objectivos actuais, à definição do sistema, do regime e da sociedade portuguesa conforme com a situação existente

(estruturas socioeconómicas e realidade económica, social e política) e à perspectiva da sua evolução. Tendo em conta as profundas destruições que o processo contra-revolucionário provocou no regime democrático conquistado com a Revolução e consagrado na Constituição da República e também a influência da evolução da situação internacional e a nova situação provocada pela integração de Portugal na CEE, é necessário, tendo em conta os aspectos novos da realidade e os novos condicionamentos, definir no Programa a sociedade portuguesa por que lutam os comunistas, os objectivos e as tarefas que se colocam na actualidade ao Partido, aos trabalhadores e ao povo português.

O momento político que se atravessa é caracterizado por dois aspectos contraditórios: primeiro, pela violenta, inconstitucional e subversiva ofensiva que o Governo de direita, contando com maioria parlamentar, conduz contra o regime democrático alcançado com a Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República, cuja revisão subversiva faz também parte do plano do Governo e do PSD; segundo, por uma ampla, firme e determinada luta dos trabalhadores e de vastíssimas classes e camadas sociais contra essa política. Estes dois aspectos contraditórios conferem ao momento político actual um elevado grau de incerteza e indefinição acerca do resultado da grande batalha que se está travando. Neste momento não é possível prever com rigor, por exemplo, quais serão as estruturas socioeconómicas do País no prazo de um ano ou dois.

A validade dos grandes objectivos da revolução democrática e nacional não acabada e esta dificuldade real de definição conduziram anteriormente à admissão de que seria de adiar a elaboração e aprovação no XII Congresso de um novo Programa do PCP e de que o Congresso poderia limitar-se a aprovar, sob forma adequada, medidas programáticas: um Programa a Médio Prazo em conformidade com a situação actualmente existente e as perspectivas mais previsíveis.

Mas o aprofundamento do exame desta questão, uma melhor consideração do valor de análises e estudos já disponíveis, e a conclusão de que o Programa pode contemplar a situação particular que o País presentemente atravessa, induz o Comité Central a considerar a **necessidade de elaborar, pôr à discussão no Partido e subme-**

**ter à aprovação do XII Congresso o novo Programa do PCP.**

Em conformidade com esta conclusão, o Comité

Central resolve **constituir no imediato uma Comissão do Programa**, a ser ulteriormente alargada a novos membros.

3

Em reuniões anteriores, o Comité Central inscreveu na ordem de trabalhos do XII Congresso **alterações aos Estatutos do Partido.**

No entender do Comité Central é indispensável introduzir nos Estatutos alterações mais profundas do que as introduzidas em Congressos anteriores, uma vez que nos Estatutos em vigor existem definições que não correspondem a diversos aspectos da realidade, da experiência e a necessidades da vida partidária actual e do seu ulterior desenvolvimento.

Torna-se necessário um maior rigor de numerosas formulações, a substituição do texto relativo aos princípios e propostas programá-

ticas, e a definição e formulação de princípios e normas (centralismo democrático, órgãos de direcção, estrutura orgânica, funcionamento) tendo em conta a rica experiência do Partido, a realidade da vida partidária e a necessidade do reforço geral do Partido.

A fim de proceder à elaboração de um projecto de alterações dos Estatutos a ser submetido à aprovação do Comité Central e, uma vez aprovado, a ser submetido ao debate no Partido com vistas ao XII Congresso, o Comité Central resolve **constituir uma Comissão para a revisão dos Estatutos**, a ser ulteriormente alargada com novos membros.

4

Para a elaboração do Projecto de Programa e do Projecto de Alterações aos Estatutos o Comité Central apela a todos os militantes que desde já queiram apresentar motivos de reflexão, propostas e sugestões, para enviá-las às Comissões respectivas, seja por intermédio das suas organizações, seja directamente.

As Comissões deverão proceder à organização de estudos, à recolha de informações e a consultas (a organizações e militantes) que entender necessárias para o seu trabalho.

Os Projectos aprovados pelo Comité Central deverão ser postos à discussão de todo o Partido com a antecedência necessária para que o debate possa ser feito e para que todo o colectivo partidário possa dar a sua contribuição para a redacção final a levar pelo Comité Central ao XII Congresso.

Lisboa, 5 de Maio de 1988

O Comité Central do Partido Comunista Português

## Resolução sobre questões de direcção

No ponto da Ordem de Trabalhos relativo a questões de Direcção tratadas na reunião plenária, o Comité Central (ao abrigo do artigo 51, alínea b) dos Estatutos do Partido que prevê, como sanção, a diminuição de responsabilidades), resolveu afastar a camarada Zita Seabra, membro do Comité Central, do cargo de membro suplente da Comissão Política.

5 de Maio de 1988

O Comité Central do Partido Comunista Português

# SOBRE QUESTÕES DA ACTUALIDADE INTERNACIONAL

**1.** A luta por uma viragem no sentido do desarmamento, do desanuviamento, da liquidação

da ameaça nuclear, avulta como questão central da hora presente no plano internacional. O acordo assinado em Dezembro de 1987 entre a URSS e os EUA sobre a eliminação dos mísseis nucleares de curto e médio alcance foi saudado em todo o mundo como um primeiro passo do maior significado nesta direcção. As negociações em curso visando a redução em 50% dos armamentos nucleares estratégicos dos EUA e da URSS, sobre a redução das forças dos armamentos convencionais na Europa, sobre a abolição das experiências nucleares, sobre a eliminação das armas químicas e bacteriológicas e outras, revestem-se da maior importância para a salvaguarda da paz. No mesmo sentido se inscrevem os acordos assinados sobre o Afeganistão e as múltiplas negociações em torno de outros conflitos regionais (América Central, Kampuchea, Médio Oriente, Golfo Pérsico e África Austral) no quadro da luta para pôr termo à política de ingerência e agressões do imperialismo e assegurar o direito dos povos a decidirem, sem ingerências, o seu próprio destino.

A luta em defesa da paz, tarefa fundamental comum dos trabalhadores e dos povos é inseparável da luta que, num processo irregular e desigual, se desenvolve em todo o mundo pela independência nacional, a democracia, o progresso social e o socialismo. O processo de reestruturação revolucionária na URSS («perestroika») e os processos em curso noutros países socialistas visando o aperfeiçoamento e fortalecimento do socialismo com a superação de atrasos, erros e deficiências, exerce uma enorme influência em toda a vida internacional abrindo novas e mais favoráveis perspectivas à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos ainda sujeitos ao domínio do capital e à esfera da influência do imperialismo.

O PCP valoriza os progressos já alcançados na luta pelo desarmamento e o desanuviamento e a liquidação dos focos de tensão internacional. Ao mesmo tempo chama a atenção para que o imperialismo norte-americano e os círcu-

los mais reaccionários da NATO não abdicaram dos seus propósitos de hegemonia mundial, revanche social e política de agressão. Recusam ou ignoram importantes propostas dos países socialistas; complicam e atrasam importantes negociações de desarmamento em curso; insistem a tese de «dissuasão nuclear»; avançam a teoria da «compensação» dos acordos alcançados na Cimeira de Washington sobre a liquidação dos mísseis nucleares de médio e curto alcance e desenvolvem novas linhas de corrida aos armamentos nucleares e convencionais; através da União da Europa Ocidental (UEO) procuram o «fortalecimento do pilar europeu da NATO»; insistem no projecto da «guerra das estrelas» através do qual os EUA continuam a procurar a superioridade militar estratégica sobre a URSS e o campo socialista. O imperialismo teme a competição pacífica com o socialismo e não esconde o seu propósito de dificultar os processos em curso na URSS e outros países socialistas visando a passagem a uma fase superior do seu desenvolvimento em que se afirmaria mais plenamente a superioridade do novo sistema social sobre o capitalismo.

Entretanto é característica da conjuntura actual que, como resultado da política de paz da URSS e outros países socialistas e das suas propostas e iniciativas e da luta dos povos, das forças democráticas e pacíficas, se verificam modificações favoráveis na situação internacional no sentido do desanuviamento, do desarmamento e da paz.

**2.** A política externa do Governo

PSD/Cavaco Silva confirma-se como uma política de submissão de Portugal ao imperialismo e de alinhamento nos planos político, diplomático e militar com os EUA e os círculos mais reaccionários da NATO, alienando a independência e a soberania de Portugal, transferindo para a NATO, CEE e outros centros do imperialismo decisões que só ao Estado português compete tomar. Esta política, contrária ao interesse nacional, é particularmente evidente em relação aos problemas do desarma-

mento e à luta dos povos pela sua libertação nacional e social.

Em lugar de contribuir para o processo de desarmamento e desanuviamento, o Governo PSD opõe-se de facto a esse processo, segue as campanhas visando «compensar» a liquidação dos mísseis nucleares de médio e curto alcance, preconiza o «reforço da defesa da civilização ocidental», pugna pelo reforço da NATO, negocia o alargamento das facilidades militares estratégicas em território português (Lages, Beja, Almodôvar, etc.), prepara activamente a adesão de Portugal à UEO, admite abertamente a possibilidade de instalação e trânsito por Portugal de armas nucleares.

Em todos os conflitos regionais, a política do Governo PSD/Cavaco Silva é colocar-se activamente ao lado das forças que tentam impedir a libertação dos povos e liquidar revoluções vitoriosas. Têm particular significado as posições do Governo português em relação à África Austral onde prossegue uma política de cumplicidade com o regime do «apartheid» e a estratégia neocolonialista do imperialismo na região, participando activamente nas campanhas de promoção da Unita e continuando a dar guarida em Portugal aos terroristas da Renamo, da Unita e de outros grupos hostis aos governos progressistas dos novos países africanos.

**3.** Denunciando e condenando firmemente a política de abandono

nacional e submissão ao imperialismo conduzida pelo governo do PSD, o PCP opõe-se firmemente a todos e quaisquer compromissos que envolvam o reforço da participação de Portugal na NATO e outras organizações militares e políticas do imperialismo, e o agravamento da presença militar estrangeira em território nacional, seja bilateralmente em relação aos EUA, RFA e França, seja no quadro da NATO ou qualquer outro. A independência e a defesa de Portugal só podem ser asseguradas no caminho do desarmamento, do desanuviamento, da progressiva abolição dos blocos militares. Por isso o PCP se opõe energicamente à anunciada

adesão de Portugal à UEO em cuja revitalização e alargamento aparecem particularmente empenhados sectores do grande capital monopolista europeu, em oposição a uma política de cooperação e segurança europeia.

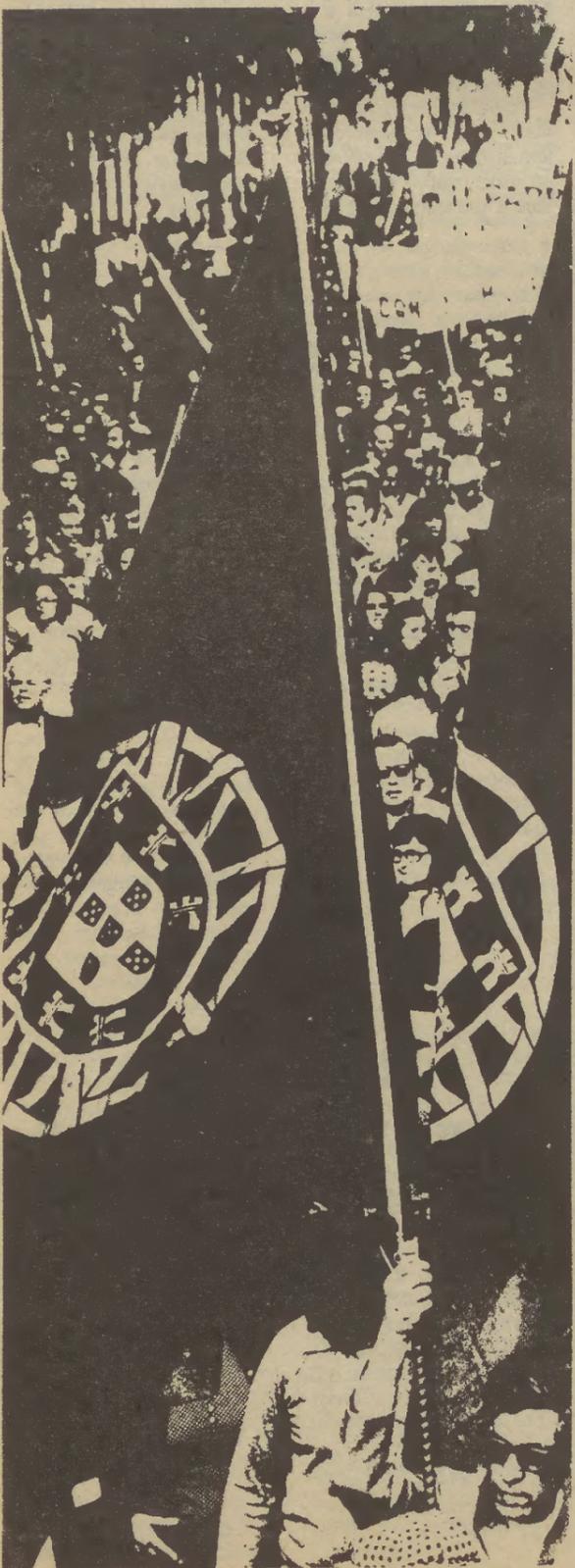
O PCP continuará a lutar para que Portugal, de acordo aliás com o estipulado na Constituição da República, se empenhe numa política de paz e cooperação, única capaz de assegurar a verdadeira segurança do País e contribuir para a paz e segurança da Europa e do mundo.

O PCP prosseguirá a sua solidariedade com todos os povos que lutam pela independência, a democracia, o progresso social, e em particular para com aqueles que são alvo das ingerências e agressões do imperialismo e seus fantoches. É o caso dos povos de Angola e Moçambique, da Nicarágua, do povo palestino, dos povos da Etiópia, Kampuchea, Panamá e outros. O PCP continuará a lutar para que o território português deixe de ser palco de conspiração antiangolana e antimozambicana, e se estabeleçam com a República Popular de Angola e República Popular de Moçambique, assim como demais países de expressão oficial portuguesa, relações de verdadeira amizade e cooperação.

O PCP continuará a defender o direito à autodeterminação e independência do povo Timor-Leste e reafirma a sua solidariedade pela luta que desenvolve contra os invasores da Indonésia.

O PCP continuará a intervir para que Portugal diversifique as suas relações externas (económicas, políticas, diplomáticas, culturais e outras), condição necessária à defesa da sua independência nacional.

O PCP continuará a agir no plano das suas relações internacionais para o fortalecimento da amizade e cooperação de todas as forças progressistas e anti-imperialistas e, em primeiro lugar, para o reforço do movimento comunista internacional e da sua unidade, factor fundamental na luta pelo progresso social e em defesa da paz.



# Agenda

Avante!

Ano 58 - Série VII  
N.º 749

7 de Maio de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## Sábado

• **BAIXA DA BANHEIRA**  
Encontro distrital da CDU de eleitos das freguesias de Setúbal. No Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira a partir das 10.00.

• **AMARANTE**  
Plenário concelhio de militantes no Centro de Trabalho às 21.30.

• **FELGUEIRAS**  
Reunião plenária de militantes no Centro de Trabalho (urbanização do Outeiro) às 15.00.

• **MATOSINHOS**  
Plenário concelhio, às 15.00, no Centro de Trabalho de Matosinhos.

Reunião geral de militantes do sector de Empresas de S. Mamede e Leça do Balio, às 16.00, no Centro de Trabalho de S. Mamede de Infesta.

Reunião geral de militantes do sector de Empresas da Senhora da Hora, às 16.00, no CT da Senhora da Hora.

• **PORTO**  
Reunião do Sector Cultural, às 10.00, no Centro de Trabalho da Boavista.

As 15.30, no mesmo Centro de Trabalho da Boavista, plenário de militantes das freguesias de Cedofeita, Ramalde, Aldoar, Lordelo do Ouro, Foz do Douro e Nevogilde.

As 15.00, em Paranhos — no edifício velho da Junta de Freguesia — reunião plenária de militantes.

As 15.00, reunião plenária de militantes das zonas ribeirinhas, no Centro de Trabalho das Ribeirinhas.

Reunião plenária de militantes da freguesia de Bonfim, às 15.00, no Centro de Trabalho de Barão de S. Cosme.

## SETÚBAL

### Encontro Distrital da CDU de eleitos das freguesias

Sábado - 10 h.

Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira

Festa de reabertura da esplanada do Centro de Trabalho de Barão de S. Cosme. A partir das 18.30. Com projecção de vídeo, concursos e noite de fado às 22.00.

• **V. NOVA DE GAIA**  
Reunião de militantes das organizações da cidade, às 15.00, no Centro de Trabalho de Gaia.

Reunião de militantes de Valadares, no Centro de Trabalho de Valadares, às 21.30.

Reunião de militantes de Oliveira do Douro, às 21.30, no Centro de Trabalho de O. do Douro.

• **VALADA DO RIBATEJO**  
Plenário de militantes, às 15.00, no Centro de Trabalho.

Reunião de militantes, às 21.30, em Casais de Vale da Pedra.

• **FARO**  
Debate sobre a situação económica

nacional. Com a participação do camarada Carlos Carvalhas, do CC, às 16.00, na sede da Assembleia Distrital.

• **QUARTEIRA**  
Debate com Carlos Carvalhas sobre a situação económica, às 21.30, no Centro de Trabalho do Partido.

• **PORTIMÃO**  
A comunicação social e a luta ideológica no momento actual: debate com o camarada Vítor Dias, do CC.

• **CHAMUSCA**  
1.º Encontro Distrital de Professores, organizado pela ORSA, a partir das 10.00 na sala do Teatro de Bolso do Grupo «Borda d'Água». À tarde, convívio e visita guiada à vila da Chamusca.

• **LOURES**  
Encontro de células de empresa da zona oriental do concelho de Loures. No Centro

de Trabalho de Sacavém, das 14.30 às 19.30, com a participação do camarada Abílio Martins, do CC.

• **ALCÁÇER DO SAL**  
Almoço-convívio com início às 13.00.

• **PALMELA**  
Encontro dos trabalhadores comunistas das empresas do concelho de Palmela. A partir das 15.00 no Centro de Trabalho de Pinhal Novo.

• **BARREIRO**  
Plenário de quadros de Santo André, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho da freguesia.

Almoço-convívio da célula da CP, às 13.00, no CT concelhio do Barreiro.

Plenário de quadros de todo o concelho do Barreiro, às 16.00, no CT.

## Domingo

• **FARO**  
Plenário concelhio da CDU no Centro de Trabalho do PCP, com início às 9.00.

• **QUELUZ**  
Almoço comemorativo do 25 de Abril, organizado pela célula da Icosal, no refeitório da empresa, a partir das 13.00, com a participação do camarada José Casanova, do CC.

• **SANTARÉM**  
Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura. Com a participação de agricultores e operários agrícolas, técnicos e especialistas, e do camarada Ângelo Veloso, que fará a intervenção de encerramento.

A partir das 10.00, na Casa do Campino.

## Segunda

• **LISBOA**  
Plenário de militantes da 6.ª Zona da OLL, para discussão da situação política e social e conclusões da reunião do CC, no Centro de Trabalho do Lumiar, a partir das 21.00, com a participação do camarada Francisco Lopes, do CC.

• **PORTO**  
Reunião plenária do sector da Saúde, às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

Reunião plenária de quadros técnicos, no CT da Boavista, às 21.30.

• **BARREIRO**  
A revisão da Constituição — comunicação do camarada Luís Sá, seguindo-se debate, no CT

concelhio do Barreiro, por iniciativa da célula da Quimigal. Às 21.00.

## Terça

• **PORTO**  
Reunião plenária de professores comunistas do ensino superior, a partir das 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

• **ALPIARÇA**  
Reunião concelhia de quadros, no Centro de Trabalho, às 12.30.

## Quarta

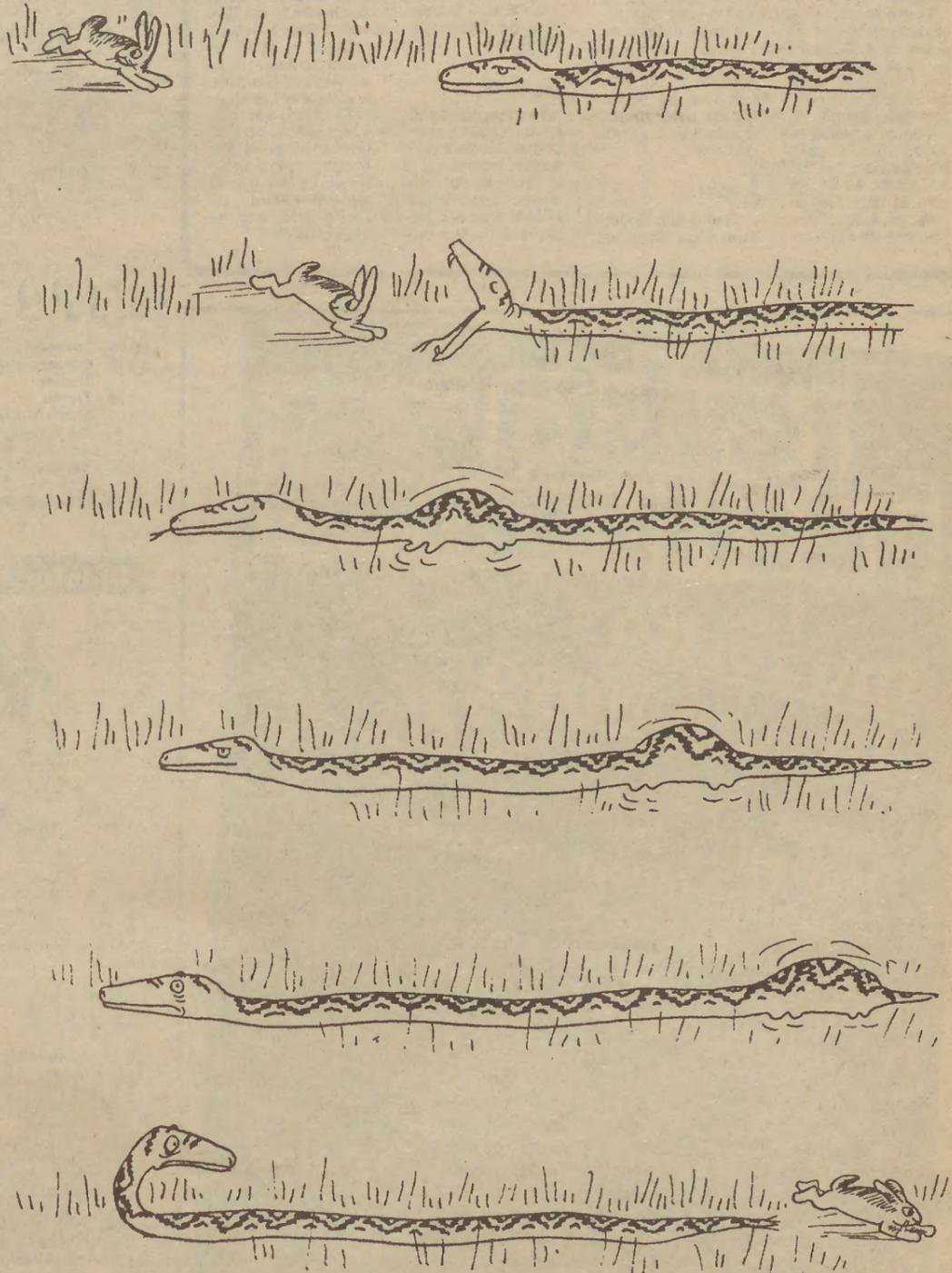
• **PORTO**  
Reunião plenária de professores no CT da Boavista às 21.30. Reunião plenária de Bancários, às 21.30, no CT da Rua do Almada.

## LOURES



### Encontro das células de empresa da Zona Oriental do concelho de Loures

Sábado - 14.30 h.  
CT de Sacavém



## Encontro Nacional sobre AGRICULTURA

- Contribuir para a definição da política agrícola necessária para produzir mais e melhor
- Defender a estabilidade e rendimentos dos que trabalham a terra

Domingo - 10 h.  
Casa do Campino  
Santarém



# Teatro o Cartaz

## • LISBOA

**Casa da Comédia.** De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Anto,** de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.

**Comuna, Praça de Espanha.** De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **O Destino Morreu de Repente,** de Alves Redol, enc. de João Mota.

**Ritz Clube, Rua da Glória, 57.** De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **O Balie,** adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

**Teatro ABC, Parque Mayer.** De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb., dom e feriados, às 16.00, dom., às 21.30. **Cheira a Lisboa,** de César de Oliveira e Henrique Santana.

**Teatro Aberto, Praça de Espanha.** De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **A Rua,** de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

**Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A.** De 3.ª a sáb., às 21.00, dom., às 16.00. **Três Irmãs,** de Anton Tchekov, enc. de Rui Men-

des, pela Cornucópia — de 3.ª a 6.ª às 15.00 (para escolas); sáb., às 16.00, dom., às 21.30. **Acende a Noite,** de Ray Bradbury, enc. de José Caldas.

**Teatro Nacional, Sala Garrett.** De 3.ª a sáb., às 21.15, sáb. e dom., às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino,** de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

**Teatro Variedades, Parque Mayer.** Diariamente às 21.45, dom., às 16.00. **Calcinhas Amarelas,** de José Vilhena.

**Teatro Vasco Santana, Av. da República, As Duas Cartas,** de Júlio Dinis, enc. de Lúzia Maria Martins.

**Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A.** De 3.ª a dom., às 21.30, dom., também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço,** enc. Armando Cortez.

## • PORTO

**Teatro dos Modestos, Rua Gonçalo**

**Cristóvão, 190. O Pássaro Verde,** de Carlo Gozzi, pelos Comediantes.

**Teatro, Rua do Heroísmo, 86.** De 5.ª a dom., às 21.45, sáb. e dom., às 17.00. **Estilhaços,** de Castro Guedes, pelo TEAR.

## • ALGÉS

**1.º Acto - Clube de Teatro.** De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.30. **O Circo dos Desenganos,** de Miguel Rovisco, enc. de Guilherme Filipe, pelo Grupo Persona.

## • BRAGA

**Teatro Circo, de 3.ª a sáb., às 21.45, dom., às 16.00. Com a Arma de Bogart,** de Renato Solnado, enc. de António Fonseca, pela CENA - Companhia de Teatro de Braga.

## • LOURES

**Teatro da Malaposta (Olival Basto). Comédias do Ilustre Amigo,** dramaturgia e encenação de José Martins, José Peixoto e Mário Barradas, produção do Centro Dra-

mático Intermunicipal Almeida Garrett.

## Para Crianças

### • LISBOA

**Comuna, Praça de Espanha.** De 3.ª a 6.ª (para escolas), sáb. e dom., às 17.00. **Nora,** de Gonçalo Fernandes Trancoso, enc. de João Brites, pelo O Bando.

**Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimenteiras, 6-A.** Sáb., às 16.00, dom., às 11.00. **A Moda da Minha Avó,** pelo Teatro de Animação os Papa-Léguas.

**Teatro Nacional, Sala Garrett.** Sábado, às 16.00. **Zaca Zaca,** de António Torrado, enc. de Ruy de Matos.

**TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário).** Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho,** de Ferreira Caetano, enc. de Kim Cachopo.

**Teatro Ibérico, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54.** Sáb. e dom., às 11.00. **O Leão Enganado,** de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

# TV o Programa

## Sábado

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.10 - Trânsito
- 12.35 - TV Mulher
- 13.05 - Notícias
- 13.15 - Série: «O Pantanal de Mato Grosso» (1.ª parte)
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Concurso: «Sobe e Desce»
- 15.40 - Série: «Petzi»
- 15.50 - Sessão da Tarde: «As Crianças de An Lac». Real. John L. Moxey (EUA/1980)
- 17.15 - Série: «Capitão Power»
- 17.50 - ViváMúsica
- 19.00 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.10 - Boletim Meteorológico



- 21.30 - Série: «Sim, sr. Primeiro-Ministro»
- 22.00 - Clubíssimo (1.º programa)
- 23.05 - Cinema da Meia-Noite: «Morangos Amargos». Real. Stuart Hagmann (EUA/1980).



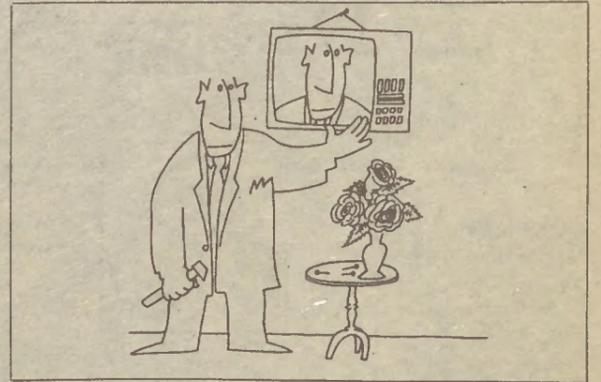
### RTP2

- 09.00 - Compacto Totally Live
- 13.15 - Compacto «Selva de Pedra»
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Music Box Especial: «Off the Wall»
- 21.00 - Uma Boa Idéia
- 21.30 - Série: «Os Caminhos do Exílio»
- 22.30 - O Som da Surpresa.

## Domingo

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.00 - Missa
- 12.10 - 70 x 7
- 12.35 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - PME - Uma Aposta no Futuro («O dia-a-dia na vida de um empresário»)
- 13.35 - Série: «O Mundo da Natureza»
- 14.25 - Primeira Matinée: «O Capitão de Köpérnik»
- 16.00 - Clube Amigos Disney
- 18.10 - Sr. Santo Cristo
- 18.50 - Festival Militar
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.45 - Série: «Humor de Perdição»
- 21.55 - Série: «Pavilhões Distantes»
- 23.00 - Domingo Desportivo.



### RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Série: «O Meu Carro Tem 100 Anos»
- 13.05 - Music Box: Mick Jagger
- 14.00 - Caminhos
- 14.30 - Novos Horizontes
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Série: «O Mundo de Smithsonian»
- 17.55 - Série: «Quinta Dimensão»
- 19.00 - Plano Bar
- 20.15 - Série: «Quem Sai aos Seus...»
- 20.40 - Artes e Letras: «Jean Renoir, the patron» (1.ª parte)
- 21.50 - Cineclube: «O Testamento do Médico e do Monstro». Real. Jean Renoir (França/1959).

## Segunda

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra» (156.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Juventude e Família
- 18.05 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro» (147.º epis.)
- 21.10 - Série: «Mátria»
- 22.45 - Concurso: «Com Pés e Cabeça»
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate.

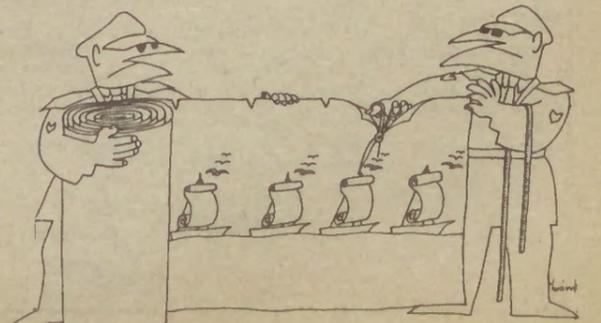
### RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Recital: «Kirite Kanawa»
- 16.40 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes» (244.º epis.)
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.10 - Formula One
- 20.05 - Série: «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Teatro Português: «As Senhoras das Quintas-Feiras».

## Terça

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.05 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Vamos Jogar no Totobola



### RTP2

- 20.30 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.25 - Programa da Direcção de Informação
- 22.45 - Série: «Assassínio Misterioso»
- 23.25 - 24 Horas
- 23.55 - Remate.

### RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.30 - Dols Dedos de Conversa
- 15.40 - Série: «Dallas»
- 16.40 - Trinta Minutos Com...
- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.10 - Formula One
- 20.05 - Série: «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Série: «Lá em Casa Tudo Bem»
- 22.10 - CinemaDois: «O Detective». Real. Jean-Luc Godard (França/1985).

## Quarta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.05 - Estúdio 4
- 18.30 - Futebol: Final da Taça das Taças
- 21.00 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 22.00 - Telejornal
- 22.35 - Boletim Meteorológico



- 22.40 - Lotação Esgotada: «Assim Nasce uma Estrela». Real. George Cukor, com Judy Garland (EUA/1954).

### RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Plano Bar
- 16.40 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.10 - Formula One
- 20.05 - Série: «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Série: «Joana»
- 22.05 - Clube de Imprensa
- 22.35 - Fantasia e Realidade.

problemas da paz e do socialismo

# revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

## Inquérito do Ano Novo

Álvaro Cunhal, H. Florakis, Marcelino dos Santos e muitas outras destacadas personalidades da vida política actual respondem a 3 perguntas da revista internacional

• O problema do carácter integral do marxismo-leninismo na luta ideológica contemporânea

• O Estado socialista e a tarefa

• Capitalismo e socialismo: uma vista de olhos sobre o amanhã

N.º 183 • Fevereiro • 1988 • Preço: 20000

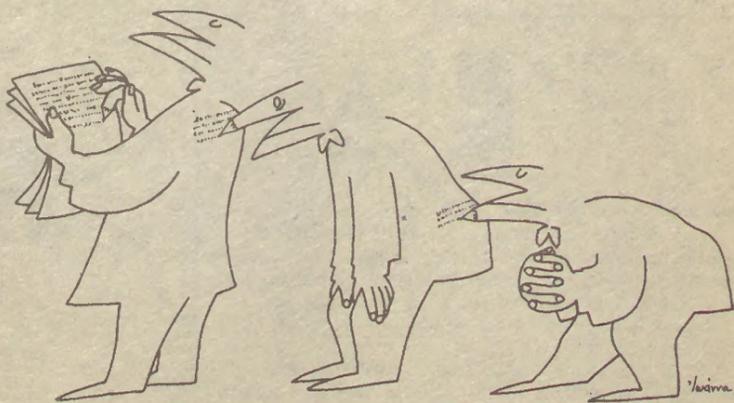
# Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Atracção Fatal	—	★★	★★	★★	★★
<b>B</b>	As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★★
<b>C</b>	Diabo no Corpo	★	★★★	★★★	★★★	—
<b>D</b>	Esperança e Glória	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>E</b>	O Feitiço da Lua	★★★	—	★★	★★	★★
<b>F</b>	Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>G</b>	Jogo Fatal	★★★★	★★★	★★★	—	—

Classificação de \* a \*\*\*\*\*

A — Real. Adrian Lyne — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); S. Jorge/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.15) — Lisboa.  
 B — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. Marco Bellocchio — Mundial/2 (14.00, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.  
 D — Real. John Boorman — Amoreiras/6 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); Apolo 70 (14.00, 16.30, 21.00); Castil (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 E — Real. Norman Jewinson — Alfa/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15); Amoreiras/1 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00); Mundial/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/3 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.  
 F — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Amoreiras/5 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30) — Lisboa.  
 G — Real. David Marnet — Quarteto/4 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.



## ...e ainda

Música, debates, etc.

### Música

O mais importante da semana integra-se nos 12.ºs Encontros de Música Contemporânea promovidos pela Fundação Gulbenkian, com concertos anunciados para várias salas de Lisboa:

Hoje, às 18.30, no Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda, o Coro Gulbenkian sob a direcção do maestro Fernando Eldoro interpreta obras de Fernando Lopes Graça, Jorge Peixinho, Emanuel Nunes e Tomás Marcos;

Amanhã, domingo, às 16.30, um dos concertos é na Sé Patriarcal — pela organista Jennifer Bate com peças de Messiaen. O outro concerto programado para o mesmo dia realiza-se no Grande Auditório Gulbenkian às 21.30 com a participação da Oficina Musical sob a direcção de Alvaro Salazar;

No dia 9: Coro e Orquestra Gulbenkian, maestro Michel Swierczewski, solistas Clélia Vital (violoncelo), Jean-Marie Cotet (piano), Tristan Murail (ondas Martenot) — às 18.30 e no Grande Auditório;

Bilhetes a 300\$00 para todos os concertos. No dia 10: às 18.30, obras de Messiaen para canto e piano por Sigune Von Osten (soprano) e Gunther Reinhold, e às 21.30, obras de Lutoslawski por Sollistas da London Sinfonietta — concertos que decorrerão, ambos, no Grande Auditório.

No S. Luiz: além do recital de harpa por Susana Mildonian, anunciado para hoje às 21.30, recomeça o ciclo «Música dos Descobrimentos» com concertos no domingo às 11.00 e na terça-feira às 18.30. O primeiro com os Segréis de Lisboa e o Coro Vértice, o segundo com o Coro de Câmara de Lisboa. Entrada livre, como habitualmente neste ciclo.



### Teatro

Shepp, Orsted Pederson, Stephane Grappelli, John McLaughlin. Para o primeiro destes festivais os preços variam entre 1000\$00 e 2500\$00.

Na semana que vem também há jazz no Porto: com o Quinteto de Maria João, em concerto na sexta-feira, dia 13, no Auditório Carlos Alberto.

### Teatro na Amadora

A companhia do recém-formado Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett transfere-se nestes próximos dias de Loures para a Amadora, para aí apresentar a sua primeira produção: «Comédias do Ilustre Amigo», textos de Garrett dramatizados por José Martins, José Peixoto e Mário Barradas, que também encenaram. Espectáculos nos dias 7 e 8 e de 12 a 15 no «Recreios Desportivos» (ex-Cine Plaza) da Amadora.

### Bailado

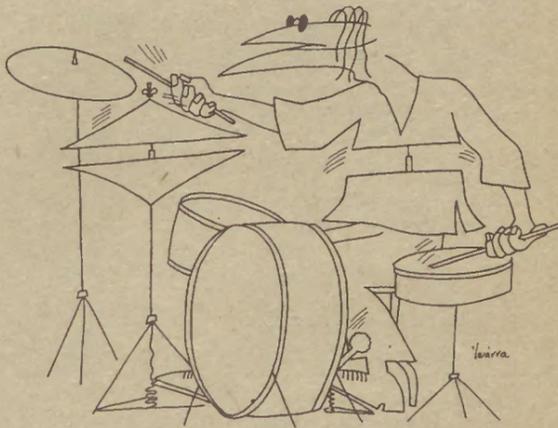
Até 22 de Maio uma Mostra de Dança Contemporânea Alemã (RFA) no CAM da Gulbenkian. Esta semana espectáculos com o Folkwang Tanzstudio e Susanne Linke — nos dias 7 às 16 e 21.30, no dia 11 às 21.30, no dia 11 às 18.30. Bilhetes a 500\$00.

### Teatro Negro de Praga

No quadro de uma digressão em Portugal iniciada anteontem em Évora, a célebre companhia checoslovaca apresenta-se ainda em Cascais — hoje, 21.30, Teatro Gil Vicente, Coimbra — domingo, 21.30, Teatro Gil Vicente, Porto — segunda-feira, 21.30, Auditório Carlos Alberto, Braga — terça-feira, 21.30, Teatro Circo.

### Jazz

Grandes músicos estão anunciados para dois festivais de jazz a realizar em Lisboa ainda este mês: «Jazz na Primavera» nos dias 13 e 14 na Aula Magna e «Jazz na Cidade», de 24 a 29 no S. Luiz e no Pavilhão de Belenenses. São, entre outros, Max Roach, Archie



# Exposições

### • LISBOA

Ana Mor — Aquarelas. Imprevisto, Trav. da Laranjeira, 35. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 15/5).  
 André Gence — Pintura. Soc. Nac. de Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 9/5).  
 António Viana — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 18/5).

Melo. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 19.00 (até 18/5).  
 Joalheria Belga Contemporânea — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 19.00, sáb. e dom. das 10.00 às 17.00.  
 João Cutileiro — Escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. Das 14.30 às 19.30.  
 João Quelroz — Pintura. Gal. Monumental, Campo Mártires da Pá-

Emenda, 66. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 12/5).  
 Margarida Cepêda — Pintura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 17/5).  
 Mestres da Pintura Búlgara — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria das Exposições Temporárias.  
 Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.  
 Paula Rego — Pintura (retrospectiva). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian.  
 «Por Mar e Terra...» — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).  
 René Bertholo — Escultura. Galeria Santa Justa, Rua de S. Justa, 93-2.ª. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 11/5).  
 Thomaz Lamellí — Pintura e gravura. Galeria 111, Campo Grande, 113.



Mestres da Pintura Búlgara na Gulbenkian

Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 12/5).  
 Sebastião Resende — Pintura, desenho, escultura. Gal. Nasoni, Sala Atlântica, Rua Galeria de Paris, 67-68.

### • OUTRAS LOCALIDADES

5 Mulheres do Alentejo — Centro Cultural de São Lourenço (até 20/5) ALMANSIL.



Baltazar na Damaia

Bastazer — Caricatura. Centro Cultural da Damaia, de 2.ª a 6.ª das 17.00 às 20.30, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 18/5) AMADORA.  
 Xana — Desenhos. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 15/5). COLARES.  
 «20 Pintores Contemporâneos» (Armando Alves, Arpad

Szènes, Jorge Pinheiro, Resende, Cargaleiro, Tudela, Rogério Ribeiro, Vieira da Silva, outros). Gal. do Casino, das 15.00 às 24.00. ESTORIL.  
 Manuel Rosa — Escultura. Quiosque St.ª Clara. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 7/5). GUIMARÃES.  
 Arquitectura berlinense — Edifício do Turismo e Sala de Exposições do Sport Operário Marinense. MARINHA GRANDE.  
 Colectiva de Artistas da Monumental — Centro Cultural Emmerico Nunes, Largo do Muro da Praia (até Maio) SINES.  
 Tendências dos Anos 80 — Centro de Arte Moderna, Rua Afão de Moraes, 473. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 23.00, dom. das 14.00 às 20.00 (até 18/5). S. JOÃO DA MADEIRA.

Hélder Cerqueira — Casa do Bocage/Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00 SETUBAL.  
 Maria e Carlos Santos — Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional. SINTRA.  
 Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

### • PORTO

António Dacosta — Retrospectiva de pintura. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977 (até 8/5).  
 Carlos Marques — Pintura. Gal. EG. Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.  
 Marta Seixas — Pintura e desenho, Rua Costa Cabral, 777, Lj. 8. Diariamente das 09.30 às 12.30 e das 14.30 às 22.00.  
 Nuno Santa Cruz — Pintura e desenho. Gal. JN. R. Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 14/5).  
 Obras-Primas da Pintura Portuguesa. Gal. Nasoni-Sala Atlântica, R. Gal. Paris. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e 15.00 às 19.30; sáb. das 15.00 às 19.30.  
 Pedro Saralva — Pintura. Módulo, Av. da



Pomar na Galeria 111 em Lisboa

Arte Portuguesa no Século XIX — Palácio da Ajuda. Diariamente das 10.00 às 17.00, à 4.ª e sáb. até às 22.00 (exceto à 2.ª) 31/5.  
 Cabrita Reis — Pintura. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 4/6).  
 Colectiva — Pintura e escultura de Clara Meneres, Emilia Nadal, Nuno de Siqueira, Luiz Cunha. Soc. Nac. de Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 9/5).  
 «A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.  
 Francisco Gala — Pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e 14.00 às 19.00, sáb. até às 13.00 (até 18/5).  
 Isabel Botelho — Pintura Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de



# Tempo

Fin de Semana

No sábado, céu muito nublado, passando a pouco nublado, podendo ocorrer ainda aguaceiros fracos. Para domingo, a mesma previsão no norte e centro do País; no Sul, céu muito nublado com abertas e sem precipitação.

Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

# a TV

## Baldios aos baldões

Já nos temos referido aqui à rubrica «Parlamento» como sendo o único espaço onde, na RTP, se recolhe (parcialmente embora) o labor da Assembleia da República. Pena é que tão pouco dure e que tão inapropriada seja a hora da emissão. Aquilo não é horário: é exílio.

Sem pretendermos discutir os critérios jornalísticos, parece-nos, no entanto, que a distribuição dos participantes nem se coaduna exactamente... com um critério informativo de qualidade. E não se pense que partimos do princípio de que não há isenção sempre que o PCP não entre na liça. Não é isso. Temos em vista apenas a necessidade de informar tão cabalmente quanto possível.

Vejamos a emissão dedicada aos baldios.

Estiveram presentes um representante do PS e outro do PSD. Esta acusou o PS de seguidismo em relação «aos partidos à sua esquerda». O representante do PS declarou que não era verdade. Explicou: o PSD quer modificar toda a legislação existente; o PCP quer mantê-la integral; o PS quer fazer-lhe algumas correcções.

Ora, destas três posições, apenas a audiência ficou inteirada de duas: uma no extremo, outra «intermédia». Falta um elemento essencial para o entendimento da questão...

Eu sei que uma discussão muito fragmentada nem sempre é a mais útil, particularmente quando é tão reduzido. Mas a presença de três elementos no «Parlamento» tem sido frequente no «Parlamento».

A propósito: porque será que a televisã não organiza uma discussão alargada aos representantes dos compartes?

E porque será que a RTP apenas se preocupa com a organização agrária no Alentejo? Porque não vai até lá acima saber o que se passa sendo tão grave o que lá se passa?

Se a pergunta não ofende. Mas está claro que a pergunta «ofende» mesmo...

## Pela boca morre o peixe

O Governo de Moçambique sempre se referiu aos elementos da «Renamo» como sendo «bandidos armados». Para alguma imprensa portuguesa e também para a RTP, tais elementos eram combatentes da guerrilha, e o que havia em Moçambique era «uma guerra civil»...

Que muda agora? Sucede que os meios oficiais dos Estados Unidos acabam de considerar a Renamo pura e simplesmente como uma associação terrorista, bando criminoso sem ideologia nem objectivos políticos definidos. Acrescentam números elucidativos: a Renamo já matou mais de cem mil civis moçambicanos!

Isto já era do conhecimento público. E faz parte do conhecimento mínimo das palavras e das situações que um guerrilheiro, que vive no povo como o peixe vive na água, não é tão louco que extermine o povo. Sem água, como vive o peixe?...

No entanto, Telejornal continuava a referir-se aos «guerrilheiros da Renamo»...

Talvez a partir de agora mude de linguagem. Que diabo, se os Estados Unidos reconhecem que não se trata de guerrilheiros, mas de criminosos, mal parecia ao telejornal ser mais papista que o papa...

Passa-se algo de semelhante com os «guerrilheiros» do Afeganistão. Também eles atacam civis, também eles destroem povoações inteiras, incluindo mulheres, velhos e crianças.

Ainda há dias, o próprio telejornal anunciava que os rebeldes tinham abatido... um avião civil. Pois nem uma vez empregaram a palavra **terrorismo** — e no entanto é de puro terrorismo que se trata...

Esperamos que a Providência ilumine os cérebros do Pentágono e da Secretaria de Estado da América. Nessa altura, sim, nessa altura, depois de lida a cartilha, o telejornal considere que se trata, também ali, de terrorismo autêntico. Apenas com a máscara que outros lhe querem pôr...

Em tempo e dando agora um salto até Angola, outra grande preocupação da informação na RTP.

Savimbi declarou que «se a África do Sul não se tivesse envolvido tanto em Angola, os cubanos também se teriam envolvido menos.»

Esta declaração, vinda de quem vem, ilumina fortemente uma situação. Pois o Telejornal, pura e simplesmente, ignorou-a!

Até quando? Se calhar até ao momento em que os Estados Unidos reconsiderem o auxílio que prestam ao Savimbi.

Savimbi que fala muito. E pela boca, como vimos mais uma vez, morre o peixe.

## Meios técnicos?

Telejornal tudo faz para minimizar as acções dos trabalhadores, dos seus representantes mais legítimos e coerentes.

É frequente, por exemplo, ele ir fazer a reportagem de um acontecimento e depois dar, ao vivo, um depoimento, uma declaração. Assim faz a câmara privativa do primeiro-ministro, o que, pelos modos, tem ao seu dispor dois grupos de guarda-costas: um, protege-lhe o físico, outro, na RTP, protege-lhe a propagação.

Há dias houve conferência de imprensa da CGTP. Falava Carvalho da Silva, coordenador daquela Central. Falava, porque nós viamos, claramente visto, como os seus lábios mexiam. Mas do que ele disse, ou de alguma coisa que ele disse, soubemo-lo por voz off. Aliás, até direi que o resumo não estaria demasiado imperfeito. Mas, em lugar de se dizer «Carvalho da Silva disse que...» não seria melhor ouvi-lo em discurso directo?

Telejornal acha que não. Deve ser por falta de meios técnicos...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Singelamente: recortes

### Contornos eleitorais do país real

«O carácter unitário das comemorações não sendo inédito, provocou este ano preocupação e despeito, reacções humorais, advertências, críticas. E insistiu-se em que o «25 de Abril» estava cumprido, a sua mensagem realizada não havia, portanto lugar e motivo para o desenterrar do sepulcro das recordações do passado, nem razão para o considerar uma bandeira, um ponto de convergência, uma linha de actuação, uma perspectiva para o futuro.

Por um lado, pretendeu-se reduzir o significado histórico; e, por outro lado, limitar a referência ao evento banalizando-o como efeméride histórica irremediavelmente passada. Deliberadamente, tratou-se de esvaziar o acontecimento, de retirar-lhe conteúdo político e projecção futura. Declarou-se, com variados acompanhamentos retóricos, o «25 de Abril» como cumprido. Concluso. Negou-se o curso histórico; ignorou-se o processo em marcha complexo e contraditório, com os seus avanços e recuos, com pausas e acelerações.

Na realidade — e apesar dos resultados eleitorais de 19 de Julho que exactamente se situam nesse movimento dialéctico —, as forças políticas que convergiram para comemorar o 14.º aniversário da revolução de Abril, constituem uma oposição política mas não se apresentam como «proprietárias» de Abril. Não são responsáveis pelo facto de outros se considerarem alheios ao «25 de Abril».

Essa convergência (democrática, objectivamente antifascista) enunciou um entendimento da continuidade e defesa de Abril que passa por um reconhecimento das diversidades políticas e das diferenças estratégicas. Divisões e distinções no plano político e no plano sindical que não impedem uma solidariedade actuante quando se trata do «25 de Abril». Qualquer análise da situação política nacional não pode desconhecer este dado.

Algumas reacções à política do Governo na Assembleia da República, e a convergência verificada na Greve Geral de 28 de Março mostram que a «unidade na acção» não é o futuro de negociações sigilosas, mas brota, necessariamente, da identidade dos interesses, do alcance das reivindicações, da defesa de direitos.

(...)

O Governo e o Partido Social-Democrata por preconcei-

to voluntarista, e entrincheirados na posição parlamentar maioritária, prescindem do diálogo, recusam a negociação, esforçam-se por impor regras e ideias. Regras que os outros consideram lesivas. Ideias que os outros repudiam.

A Greve Geral de 28 de Março e a vitória unitária no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas mostram que os dados eleitorais não são os únicos. As «eleições» dão o contorno do «País Nominal», mas, nem sempre, são a radiografia do «País Real».

(«Diário de Lisboa», 30. Abril)

### Conjugação no presente

«Quando Vasco Lourenço pergunta se «será preciso explicar o que significa o 25 de Abril», a resposta parece simples: é preciso.

(...)

Vasco Lourenço conjugou o verbo no presente do indicativo, não disse «o que significou o 25 de Abril». Porque certos acontecimentos, independentemente de o que significaram quando eclodiram, mantêm significação, muitos anos depois. Libertaram-se da lei da morte, como disse certo poeta que, por sinal, também ele se libertou da lei da morte, apesar de estar morto e enterrado. Camões faz parte do passado ou também faz parte do presente?

Conversa esta que me leva em linha recta à seguinte frase do general Lemos Ferreira: «o 25 de Abril é, factualmente, um acontecimento histórico do passado». Frase perturbadora não pelo que diz (diz uma coisa óbvia) mas por ter sido dita. (...)

Com maiores ou menores cautelas, que se pretende quando se afirma que o 25 de Abril pertence ao passado? Depende das pessoas que assim falam, mas quanto ao general e a tantos outros, civis e militares, não acredito que eles sejam contra o 25 de Abril, no sentido de que preferem o regime anterior à democracia política, pelo menos se for conservadora. Desejariam sim — é pelo menos a minha interpretação — que o regime anterior pudesse ter evoluído para o actual sem a necessidade da Revolução e de todo o imaginário colectivo que ela desencadeou. No fundo, são contra um Destino que deveria ter amado a «ordem» e não soube arranjar as coisas de modo a prescindir da «desordem». E pois que não podem negar tamanho «pecado» da história, desejam pelo menos que essa «mancha» seja esquecida. E com ela os capitães que deram o mau exemplo da impaciência, pois

deveriam ter aguardado que a História evoluísse ordeiramente para a inevitável democracia política, desejadamente conservadora.»

(Augusto Abelaira, «O Jornal», 6. Maio)

### Modelos condenados

«Os anos 80 foram dominados por esquemas enfatizando a produtividade (e o seu controlo rígido), a agressiva competitividade, a optimização de lucros através da redução de encargos salariais — implicando a eliminação de postos de trabalho — e da fusão de empresas ou, mais frequentemente, a sua compra por grandes grupos transnacionais. Nos EUA, este processo atingiu um ritmo e um nível de que mal suspeitamos; por exemplo, a vigilância sobre a produtividade do trabalhador é muitas vezes exercida pelo próprio computador com que ele opera. O resultado deste sistema é um stress permanente, que atinge três quartos dos Americanos, vitimados por excesso de trabalho, de preocupações e receios pela estabilidade do seu emprego.

Esta situação está a minar as próprias empresas: cresce o absentismo, as baixas por doença, os custos médicos; e a produtividade decresce. Os peritos calcularam que todos estes factores negativos representam uma «brecha» na economia cifrada em 150 biliões de dólares por ano e que muitas grandes empresas chegam a gastar também anualmente mais de 200 milhões de dólares em despesas médicas com o pessoal.

Estes dados mostram que, afinal, o tão celebrado sistema de produção em vigor acaba por neutralizar os seus próprios objectivos: em nome da produtividade e da optimização dos lucros, perde-se produtividade e aumentam-se os gastos.

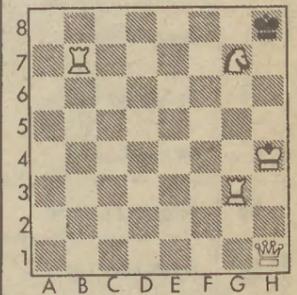
Entre nós, poder-se-á argumentar que, devido ao atraso em que nos encontramos relativamente aos EUA ou à Europa industrializada, urge, antes de mais, acelerar o ritmo, acertar o passo. Ora, a presente realidade americana (e sintomas idênticos são detectáveis na Europa) sugere que os modelos consagrados estão em quebra e que é inevitável uma profunda mutação de conceitos.

... Uma «civilização do lazer» (que tão falada foi), na qual o grande problema seria o preenchimento dos tempos livres, numa sociedade equilibrada e gozando de generalizado bem-estar: em vez disso, encontramos o espectro do desemprego, a instabilidade psíquica e material e uma qualidade de vida ameaçada.

(Editorial do «Diário de Notícias» (excertos), 1. Maio)

# Xadrez

CLII  
5 de Maio de 1988  
Proposição N.º 152  
Por: Eugene Beauharnais Cook  
EUA, 1868  
Pr.: Rex Solus: h8  
Br.: [5]: Cg7-Ts. g7, h3-Dh1-Rh4



Mate em 2 lances

Jogo N.º 152  
«Open» de Lugano, 1988  
Br.: Ernst (S)  
Pr.: Dam (NL)  
1. e4, e5; 2. Cf3, Cc6; 3. Bb5, a6; 4. Ba4, Cf6; 5. 0-0, Bb7; 6. Td1, b5; 7. Bb3, 0-0; 8. c3, d5; 9. e: d5 C: d5; 10. C: e5, C: e5; 11. T: e5, c6; 12. g3, Bf6; 13. Td1, Bb7; 14. d4, c5; 15. d: c5, Dd7; 16. Cd2, C: c3; 17. b: c3, B: c3; 18. Tbl, Tad8; 19. Td2, Dc6; 20. f3, D: c5+; 21. Rg2, B: f3+; 22. R: f3, Td3+; 23. Rg2, Dc6+; 24. Rgl, Bd4+; 25. Tf2, B: f2+; 26. R: f2, Db6+; 27. Rf1, Df6+; 28. Rb2, Df5; 29. Dh1, T: e8+; 30. Rd1, T: d2+; 31. R: d2, Df2+; 32. Rg3, Tc8+; 33. Rd3, Td8+; 34. Bd5, Df5+; 35. Rb2, D: b1; 36. Bd2, Td8+; 37. Rf2, Dd3 e as brancas abandonam.

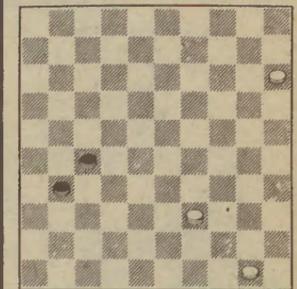
Solução do N.º 152  
Chave: 1. Da1!  
1. .... Rg8; 2. Cc6++  
1. .... Rh7; 2. Cf5++

■ A. de M. M.

# Damas

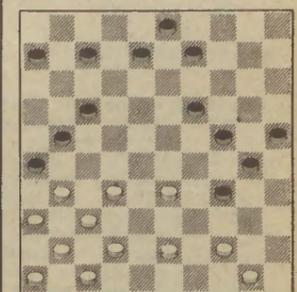
CLII - 5 de Maio de 1988  
Proposição N.º 152  
Por: René Fourgous  
— França, 1983

Pr: [2]: 27-31  
Br: [3]: 15-39-50



Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 152  
Por: J. Bergier  
— França, 1934  
Pr: [13]: 3-6-7-8-9-17-19-21-24-25-26-30-34  
Br: [12]: 31-32-33-36-37-41-42-43-44-46-47-50



Jogam as brancas e ganham

Soluções do N.º CLII  
N.º 152 (R.F.): 15-10 (27-32) A; 10-41 (31-36) B, C; 4-10 (32-38) 10-37 (36-41) D; 37x46 (38-42); 46-32 (42-48); 32-43 (48-42...); 43-48 (42x44); 50x39+  
A - Se: (31-37); 10-4 (27-32); 4-10...+ como antes.  
B - Se: (32-37); 4x36 (37-42); 36-27 (42-48); 27-43...+  
C - Se: (32-38); 40x36 (38-42); 36-27 e 27-43...+  
D - Se: (38-42); 37x48 (36-41); 48-42 e: 42-37 se (41-46) ou 42-38 se (41-47) x  
Golpe N.º 152 (J.B.) (em jogo prático): 43-39 (34x43); 33-29 (24x33); 42-38 (33x42); 37x39 (26x28); 39-34 (30x39); 44x4+

A. de M. M.